



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 733 - DE 15 DE FEVEREIRO A 1 DE MARÇO DE 2025 - R\$ 5,00



Um mês do governo Trump

Uma virada substancial na política externa dos Estados Unidos

Responder com o programa da revolução social

Realizada a VIII Conferência Regional Sudeste/Sul e Rondônia

Toda força à construção nacional do Partido Operário Revolucionário, seção do CERQUI

LULA SE SUBMETE AO GRANDE CAPITAL E AO CONGRESSO NACIONAL OLIGÁRQUICO

Organizar a Oposição Revolucionária ao governo burguês Lula

33 anos da liquidação da URSS



Um mês do governo Trump

Uma virada substancial na política externa dos Estados Unidos

Próximo a completar um mês na presidência, Trump tomou inúmeras decisões, demonstrando que as dezenas de decretos apresentadas no dia de sua posse eram para valer. Medidas de mudanças de política interna e externa estão em andamento. Surpreende a rapidez como Trump vem agindo para deixar para trás a administração dos democratas, sob a condução de Biden. O que mais tem causado assombro não são as mudanças de diretrizes internas, mas sim as externas. A fração da burguesia imperialista vinculada à orientação e determinação ditadas pelo governo dos democratas se mostra estupefata e confusa. Nesse marco, também se manifestam as frações burguesas dos países semicoloniais. A quantidade de medidas e ações lançadas pelo governo Trump, em pouco tempo, não tem como se saber, com precisão, imediatamente, até que ponto serão impostas pela força e quão amplas e profundas serão as suas consequências.

Em linhas gerais, os republicanos confluíram para o protecionismo e as exigências aos demais países para que arquem com a crise da economia norte-americana e ajudem os Estados Unidos a frearem o declínio de sua hegemonia. É o que explica a abrangência de seu plano, que vai da expatriação de milhões de imigrantes à taxação das importações; que pretende decidir diretamente sobre a guerra na Faixa de Gaza, bem como sobre a guerra na Ucrânia; que exige um novo realinhamento tanto das potências europeias quanto das semicolônias na guerra comercial com a China; que pretende expandir o controle sobre as fontes de matérias-primas estratégicas e manter os Estados Unidos na dianteira da tecnologia mais avançada; que impulsiona, de um lado, a escalada militar exortando a elevação do orçamento bélico dos países membros da OTAN, e, de outro, propõe um acordo sobre as armas nucleares.

Trump vem movimentando vigorosamente a diplomacia republicana, o poder econômico e a capacidade de ameaçar militarmente os países mais débeis que resistirem. Obrigou o Panamá a romper seu acordo com a China em torno à Nova Rota da Seda, de forma a manter o absoluto controle do Canal do Panamá. Passou a enviar os imigrantes de forma que os países têm de aceitar as condições traçadas pelos Estados Unidos. Forçou o México e o Canadá a engolirem a taxação. Retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris, cortou as contribuições para a Organização Mundial da Saúde, relegou ao ostracismo o Conselho de Direitos Humanos e acabou com os recursos da instituição USAID destinados a ações norte-americanas em todo o mundo. Trump se mostra obstinado em varrer os feitos dos democratas, considerados como incapazes de reagir à altura da regressão sofrida pelos Estados Unidos e emergência da China.

A virada ultraprotecionista provocou as primeiras reações, com a China taxando alguns produtos de importação essenciais para os Estados Unidos. O México e o Canadá cederam rapidamente. O Brasil espera negociar os termos das taxações, uma vez que os Estados Unidos são superavitários. Mas está fraquejando. Trump ameaçou taxar em 100% os países que compõem o BRICS, caso insistam em substituir o dólar nas transações comerciais. A União Europeia ergueu a voz contra as medidas protecionistas.

Em meio a esses conflitos, ressalta a mudança de orientação da Casa Branca diante da guerra na Faixa de Gaza e na Ucrânia. Quanto ao primeiro caso, Trump mandou às favas a demagogia de Biden e seus aliados de concluir um acordo prevendo a formação de um pseudo Estado palestino e a reconstrução da Faixa de Gaza sob um governo da Autoridade Palestina, excluindo o Hamas. A nova orientação é a de “realocar” (expulsar) a população da Faixa de Gaza e o próprio Estados Unidos passarem a comandar o território. Esse é o conteúdo real da guerra travada pelo Estado sionista contra os palestinos, a devastação da Faixa de Gaza e a carnificina provocada pelos bombardeios. Está em curso uma nova fase de intervencionismo norte-americano no Oriente Médio, que implica estender a guerra ao Irã. Esse passo vai depender da resposta que deem as massas árabes, persas e outras nacionalidades.

Quanto ao segundo caso, Trump decidiu por cima da Ucrânia, da União Europeia e do Reino Unido abrir uma negociação com Putin. Foi também desconsiderado um plano de paz lançado pela China, em fevereiro de 2023. A conflagração completará três anos em 24 de fevereiro. A Ucrânia se encontra debilitada e incapaz de realizar uma contraofensiva. Diminuiu o perigo de a OTAN entrar diretamente em guerra contra a Rússia. O impasse expressa a derrota da Ucrânia. Os Estados Unidos e aliados europeus chegaram à conclusão de que é o momento de fazer um acordo, caso contrário, teriam de continuar com o apoio à Ucrânia, tendo claro a impossibilidade de sua vitória. Esse é, provavelmente, o diagnóstico de Trump. Os republicanos há muito resistiam ao alto financiamento da guerra despendido pelos Estados Unidos. Ocorre que Trump passou por cima dos aliados de Biden, que ficaram abismados com o anúncio da possibilidade de Trump negociar um acordo com Putin sobre a base da anexação de 20% do território ucraniano ocupados pelas forças russas. Trump pôs às claras o interesse dos Estados Unidos pelas “terras raras” da Ucrânia. Esse processo em andamento trará novas complicações das relações da União Europeia com os Estados Unidos. Já se fala que Trump está traíndo a Europa.

Esses acontecimentos condensados em um curto espaço de tempo e em ritmo avassalador dão a dimensão da crise mundial e da desintegração da ordem internacional erigida após a Segunda Guerra. A via mais incisiva e abrangente assumida pelos republicanos adianta os passos que vinham sendo dados pelos democratas. Está previsto o agravamento da crise mundial. O problema está em que a resistência da classe operária e das massas em geral ainda tem sido débil. Mas a tendência é a de vir se potenciar nessa nova etapa da crise mundial do capitalismo. A clareza estratégica de como a vanguarda com consciência de classe luta e lutará contra as ações do imperialismo é a chave da questão. A dimensão das divisões e dos choques interburgueses indica que as tendências bélicas continuarão a predominar. Somente com o programa da revolução social é possível à vanguarda dar passos na superação da crise de direção.

Pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula

O problema fundamental que emerge da crise econômica e política é o da paralisia da classe operária e dos demais trabalhadores diante das medidas antinacional e antipopular do governo de frente ampla montado pelo PT e aliados. De conjunto, as ações do governo Lula protegem os interesses do grande capital. Iludiram-se ou serviram à farsa do petismo as correntes de esquerda que ajudaram a eleger Lula, que, para isso, recorreu à frente ampla burguesa, em nome da democracia e da derrota eleitoral da ultradireita bolsonarista. As direções sindicais acabaram, salvo rara exceção, se alinhando à frente ampla que contou com a presença de importantes partidos da burguesia, principalmente no segundo turno.

A derrota de Bolsonaro – diga-se de passagem, por uma pequena margem de votos – não significou a desintegração da ultradireita, que continua forte e conta, para isso, com o concurso dos partidos de direita. A sobrevivência de Lula e do PT, depois do golpe de Estado que defenestrou Dilma Rousseff da presidência, se deveu à divisão interburguesa no período catastrófico da pandemia e à herança política assentada no assistencialismo dos dois mandatos de Lula, quando a economia se reanimou após os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Lula é reconduzido para um terceiro mandato em situação muito distinta que ao da década de 2000. O baixo crescimento e o peso das forças da inércia voltaram a expor as profundas fraturas sociais, que são de ordem estrutural, típicas do capitalismo atrasado, agravadas nas condições de decomposição econômica. O assistencialismo foi adotado desde o governo de Fernando H. Cardoso, que se posava de socialdemocrata e praticava o mais desbragado entreguismo pró-imperialista. Foi com o PT, porém, que o ideário das socialdemocracias tomou a feição do nacional-reformismo. O imperialismo incentivou essa política como forma de enganar os explorados e conter os instintos de revolta das massas. Esse instrumento de política de dominação burguesa auxiliava a burocracia sindical e movimentos reformistas a praticarem a colaboração de classes.

O Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e ProUni formaram um patrimônio do nacional-reformismo petista. O objetivo de repor, mesmo que a conta-gotas, o valor do salário mínimo sofreu a maior resistência do poder econômico. Mas, seu percurso não alterou sensivelmente a superexploração do trabalho e a situação de pobreza imperante. Essa marca registrada do petismo foi descartada no presente mandato de Lula, por exigência dos capitalistas.

O compromisso do governo de frente ampla com o poder econômico foi o de suprimir o déficit primário por meio de cortes de gastos e o de garantir o que se denominou Arcabouço Fiscal, substituto do Teto de Gastos, adotado na ditadura civil de Temer e mantido no governo de Bolsonaro. Outra condição pré-determinada foi a de manter as contrarreformas – trabalhista e previdenciária –, de Temer e Bolsonaro, e a de promover outras, como a reforma tributária. A reforma administrativa vem sendo feita a retalhos. Sob o governo Lula, os empregadores têm avançado no processo de substituição do trabalho contratado pela empresa pelo trabalho terceirizado. Ganha espaço na economia, o trabalho intermitente e “pejotizado”.

A burguesia derrubou o governo de Dilma Rousseff para acelerar e aprofundar as contrarreformas. Temer, seu vice, assumiu o poder e abriu as comportas para a destruição massiva de antigas conquistas dos explorados. Bolsonaro deu curso. E Lula abraçou o continuísmo ditado pela oligarquia capitalista. A dívida pública é a espada de Dâmoicles que paira sobre sua cabeça. Fechou 2024

na casa de R\$ 8,98 trilhões. Em valores relativos, 76,1% do PIB. Em 2013, correspondeu a 51,5% do PIB. Trata-se de uma projeção espetacular da acumulação parasitária de capital. O aumento de 1% na taxa Selic eleva a dívida em R\$ 55 bilhões. Com uma penada do Banco Central (BC), aumentam-se brutalmente os encargos do Tesouro Nacional.

Lula esperneou diante do ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto, mas seu sucessor indicado pelo governo, Gabriel Galípolo, deu sequência à elevação da taxa básica de juros. É o capital parasitário que determina a condução do BC. A inflação dos alimentos continua penalizando a maioria oprimida. O custo de vida se eleva e os salários continuam congelados. O salário mínimo de R\$ 1.518,00 decretado por Lula é de reprodução da miséria. A base de sustentação do parasitismo da dívida pública se encontra na exploração da força de trabalho. O que implica manter e avançar as contrarreformas antinacionais e antipopulares. O crescimento econômico e diminuição da taxa de desemprego, em grande parte pelos contratos precários e terceirizados em 2024 não terá como se repetir no ano que adentra. É o que tudo indica pelas condições internas e externas.

A guerra comercial traçada por Trump afetará a economia mundial. Se o imperialismo norte-americano impor o plano dos republicanos, como está sendo previsto, o Brasil se ressentirá. A taxação da exportação de aço em 25% alarmou a indústria. A atitude do governo e da burguesia brasileira é a não se contrapor, procurar a via da negociação e aproveitar as supostas oportunidades abertas pela própria guerra comercial que atinge até mesmos os aliados dos Estados Unidos, como México, Canadá e países europeus. Por enquanto, as variáveis caminham no sentido de a maior potência descarregar sua crise sobre os países mais débeis e dependentes.

A crise de governabilidade persiste. O que dificulta o governo Lula em responder às pressões das frações capitalistas que procuram se proteger das tendências desintegradoras do capitalismo

A classe operária permanece à margem dos conflitos interburgueses, que se gestam na disputa pelas medidas a serem adotadas diante da gigantesca dívida pública, dos déficits fiscais, dos juros reais elevados, da distribuição orçamentária, da volta do processo inflacionário, dos desequilíbrios regionais, da potenciação da criminalidade etc. Seus sindicatos, controlados pela burocracia de direita, de centro e de esquerda reformista, são, no entanto, utilizados para os alinhamentos de força em defesa do governo Lula, que vem descaradamente servindo à burguesia em geral e ao grande capital em particular.

mundial e nacional. A tarefa de seu ministro da Fazenda, Haddad, é a de encontrar medidas que não sejam muito agressivas ao crescimento e à vida das massas. Esse pretendido equilíbrio tem sido impossível, o que potencia a crise política. O presidente da República está nas mãos do Congresso controlado pela direita e ultradireita. Cada vez mais dependente, se mostra incapaz de resistir ao avanço das alianças partidárias da oposição sobre o controle do Orçamento da União. As iniciativas do Executivo são motivos de negociações que potenciam a camarilha oligárquica que dá ordem aos partidos e dita o curso do processo legislativo. Das 133 MPs (Medidas Provisórias), somente 20 foram aprovadas pelo Congresso, e com mudanças.

Os partidos que compõem o governo de frente ampla, ocupando vários ministérios, como o PSD, PP e União Brasil, não se alinham ao PT, ultraminoritário na Câmara de Deputados e no Senado. Lula acaba de participar forçosamente do jogo partidário que elegeu Alcolumbre para a presidência do Senado (União Brasil-AP) e Hugo Motta (Republicanos-PB) para a Câmara de Deputados, consagrando o poder oligárquico dos principais partidos da burguesia. Com a ascendência sobre o Orçamento da União e com as emendas parlamentares que estão previstas no valor de R\$ 50 bilhões para este ano, a gangue parlamentar aproveita as contradições do governo Lula para impor as condições de governabilidade. Prepara o terreno para as disputas eleitorais que ocorrerão somente em 2026.

Na confabulação em torno à troca de presidentes no Congresso Nacional, o PT esteve ao lado do PL bolsonarista. Uma das primeiras declarações de Hugo Motta foi a de que não houve tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro. Os bolsonaristas aproveitaram para propagandear a defesa da anistia aos processados e condenados, vislumbrando a remoção da condenação de Bolsonaro, que lhe impede de ser candidato nas próximas eleições.

As Forças Armadas, por sua vez, pressionam o governo e o judiciário a porem uma pá de cal sobre a participação de militares bolsonaristas. Lula teve de pedir ao ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, que permaneça em seu cargo, devido a sua boa relação com os comandantes da Forças Armadas. A prisão do general Braga Neto, apesar da comprovação de que esteve à frente de uma conspiração golpista e de um plano para assassinar Lula, Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes, não foi tragada pelos militares. Foi providencial a sua interferência diplomática no caso do comandante da Marinha que se manifestou contra medidas de regulação das benesses previdenciárias recebidas pela alta cúpula. Esses fatores da crise política não apenas não podem ser removidos por meio de acordos partidários. Vão intensificar-se os choques de força no interior do Estado e da burguesia.

A classe operária permanece à margem dos conflitos interburgueses, que se gestam na disputa pelas medidas a serem adotadas diante da gigantesca dívida pública, dos déficits fiscais, dos juros reais elevados, da distribuição orçamentária, da volta do processo inflacionário, dos desequilíbrios regionais, da potenciação da criminalidade etc. Seus sindicatos, controlados pela burocracia de direita, de centro e de esquerda reformista, são, no entanto, utilizados para os alinhamentos de força em defesa do governo Lula, que vem descaradamente servindo à burguesia em geral e ao grande capital em particular.

Está posta a luta pela organização de um movimento dos explorados independente dos governantes, que encarne um programa próprio de reivindicações e assinale o caminho da luta por um poder revolucionário da classe operária apoiado inteiramente na maioria oprimida. A bandeira do POR pela constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula norteia estrategicamente a luta pela independência de classe dos explorados.

Lucro recorde dos bancos privados em 2024

Pela estatização sem indenização do sistema financeiro e por um banco único do Estado sob controle operário

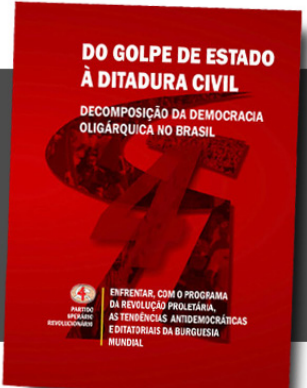
No noticiário da imprensa especializada chamou atenção o lucro recorde dos bancos de varejo privados em 2024. O maior deles, o Itaú-Unibanco, faturou R\$ 41,4 bilhões com um crescimento de 16,2% frente a 2023. Trata-se do maior lucro da história financeira do Brasil, batendo o recorde anterior que pertencia ao BB em 2023 (R\$ 33,8 bilhões). Bradesco e Santander também tiveram lucros recordes. O primeiro faturando R\$ 19,5 bilhões (20% a mais que no ano anterior) e o segundo R\$ 13,8 bilhões, com alta de 48,6% sobre 2023. De conjunto, os três grandes bancos privados lucraram R\$ 74,8 bilhões com uma média de crescimento de 22% em relação à 2023.

Os capitalistas do setor bancário nunca lucraram tanto como no governo burguês de Lula/Alckmin. A alta da taxa selic (juros de referência para o mercado, definidos pelo BC) que passou de 10,50% em maio de 2024 para 13,25% em janeiro de 2025 está na base desse lucratividade recorde além da ampliação das carteiras de créditos e dos empréstimos bancários aproveitando a demanda causada pelo aquecimento do PIB. Em 2025, embora haja expectativa de juros mais altos em 15,75% (o que favorece o lucro dos acionistas dos bancos) a desaceleração econômica e o próprio risco de inadimplência podem puxar para baixo seu faturamento este ano.

O capital financeiro que tem sob seu poder os bancos e é o grande credor da dívida pública do governo (hoje na casa do R\$ 7 trilhões) age como um enorme monopólio privado que parasita a atividade econômica e o trabalho social. O lucro recorde, que não poderia ser obtido sem a conviência dos governos, é uma verdadeira provocação e acinte contra os milhões de assalariados que sobrevivem com até uma salário mínimo e deve ser respondido pelos trabalhadores e juventude pobre com a defesa da expropriação sem indenização do sistema financeiro sobre controle operário.

ADQUIRA ▶

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS



DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL
DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL

ENFRENTAR, COM O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, AS TENDÊNCIAS ANTIDEMOCRÁTICAS EDITORIAIS DA BURGUESIA MUNDIAL

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Crise política no PSOL se agrava

O episódio da demissão do assessor da bancada do PSOL na Câmara de Deputados, o economista David Deccache, acendeu mais um capítulo de sua crise interna. O partido, que atravessou situações de crise regional, com as últimas eleições, volta a enfrentar uma crise nacional com acusações mútuas entre parlamentares e militantes.

A demissão de Deccache ocorreu no dia 06/02 após reunião da bancada que deliberou por 8 votos a 5 seu desligamento. Votaram a favor Guilherme Boulos (SP), Luciene Cavalcante (SP), Henrique Vieira (RJ), Talíria Petrone (RJ), Erika Hilton (SP), Célia Xakriabá (MG), Tarcísio Motta (RJ) e Ivan Valente (SP). Os 5 parlamentares que se colocaram contra, Chico Alencar (RJ), Fernanda Melchionna (RS), Glauber Braga (RJ), Luíza Erundina (SP) e Sâmia Bomfim (SP), denunciaram a perseguição da maioria que deseja impedir qualquer crítica ao governo. Em entrevista ao Estadão, Deccache, em pessoa, acusou Boulos de mandar na sigla “de forma autoritária”. Por sua vez, a nota publicada pela maioria justifica que o assessor (filiado ao PSOL) foi demitido por realizar ataques públicos a parlamentares e à presidente do PSOL. Boulos citou postagens do assessor nas redes sociais caracterizando parlamentares do partido como “mentirosos”, “oportunistas” e “covardes”. A minoria acusa a ala governista do partido de preterir-las nas decisões de bancada e manobrar na escolha da liderança partidária. A maioria rebate explicando que “a ‘polêmica’ parte de um grupo do partido que faz ‘debate interno de maneira pública e desrespeitosa’ na ‘tentativa de jogar o PSOL na oposição ao governo Lula’” (Revista Fórum, 7 de fevereiro). A crise, tornada pública, se acentuou a ponto de circular uma profusão de notas na imprensa, tanto de um lado quanto do outro, e o próprio deputado Glauber Braga ameaçar deixar o partido.

A crise do PSOL já havia se acentuado no último Congresso do partido, em 2023, quando as correntes majoritárias, Primavera Socialista e Revolução Solidária (com a ajuda da Resistência) lideraram uma maioria que esmagou o setor minoritário (MES e aliados) e impuseram a eleição de Paula Coradi para presidência, com direito a socos e agressões físicas do assessor de Henrique Vieira. De lá pra cá, a crise se manifestou na forma de cisões, com a saída de correntes internas da ala esquerda: CST, Esquerda Marxista e Revolução Brasileira. Desde as últimas eleições municipais um profundo mal-estar tem pontilhado o partido, cuja natureza tem sido sempre a mesma: o choque entre a ala oportunista e aber-



tamente governista do partido e a ala reformista que se agarra à bandeira da independência formal diante dos governos petista, ainda que ambas tenham os dois pés fincados no eleitoralismo oportunista.

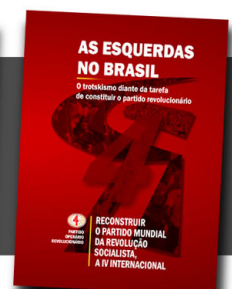
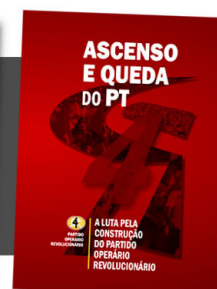
O PSOL nasceu em 2005 como uma costela do reformismo apodrecido e reivindicando o PT das origens. Na ocasião, a agitação nas hostes petistas contrárias à aprovação da reforma da previdência de Lula, em 2003, terminou com a expulsão de parlamentares opositores. Capitaneado por Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro, o novo partido imediatamente se lançou às disputas eleitorais com seu característico oportunismo de esquerda. O fracasso eleitoral nas disputas majoritárias foi empurrando o partido a abrir seu leque de alianças para além dos aliados tradicionais PSTU e PCB. A resistência às alianças com os partidos burgueses, embora quixotesca, não impediu o acelerado e inevitável processo de apodrecimento na democracia burguesa. Figuras de proa, como Marcelo Freixo, rapidamente largaram o partido pequeno-burguês (2021) em troca de legendas com maior capitalidade eleitoral, a exemplo do PSB. Em 2022, um novo salto na integração burguesa do PSOL se deu com a formação de uma federação partidária com a Rede Sustentabilidade, de Marina Silva.

A sobrevivência eleitoral exige do partido o ‘pragmatismo’ político de colocar-se na base do governo Lula/Alckmin ainda que tentando diferenciar-se em pontos como o apoio ao arcabouço fiscal. O PSOL está obrigado a caminhar cada vez mais à direita, aliar-se aos partidos burgueses ditos progressistas, restringir o espaço dos opositores internos e integrar-se mais fielmente ao governo de frente ampla.

Tudo indica que a atual crise não alcançará uma acomodação no curto prazo. Novos conflitos serão preparados pela guinada à direita do partido e pela resistência da esquerda eleitoreira em abandonar a organização. As pequenas e contínuas convulsões internas são expressão do apodrecimento burguês do partido. Os trabalhadores e a juventude com consciência de classe não podem ter lugar nesta agremiação pseudossocialistas de lacaios do governo burguês do PT. As lições a extrair da crise do partido pequeno-burguês é a da inadiável necessidade de superar a crise de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, POR, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

ADQUIRA

COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



VIII Conferência Regional Sudeste/Sul



A Conferência se realizou no dia 9 de fevereiro de 2025. Além das regiões

Sudeste e Sul, participou a regional de Rondônia. Contou também com presença de militantes da Coordenação Nordeste. Além dos delegados e militantes, a Conferência teve a participação de simpatizantes.

Após a constituição da mesa, Atilio fez a abertura assinalando que as Conferências Regionais passaram a ter uma importância muito grande para o partido. Inicialmente, o POR realizava o Congresso a cada dois anos e, no intervalo, existia a Conferência Nacional. Conforme o partido foi se constituindo nos estados, viu a necessidade de estudar as realidades locais, não só para ajustar o programa como também para responder aos problemas particulares das regiões. Em função das condições do país, foi se evidenciando que não era possível colocar em pé um partido revolucionário sem conhecer a realidade que se propõe a transformar. Daí a importância que assume as Conferências Regionais. Certamente, conforme o partido vai se constituindo em outros estados, mais e mais o nosso programa vai expressando a lei do desenvolvimento desigual e combinado, inerente ao modo de produção capitalista de um país semicolonial.

O POR realizou sua 1ª Conferência Nacional, em 1990, um ano após sua fundação. A partir de 2009, iniciaram-se as Conferências Regionais de São Paulo e Nordeste.

Essa Conferência recebe a saudação internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), do qual a seção brasileira faz parte, juntamente às seções da Bolívia, Argentina e Chile.

Dedicamos a VIII Conferência a Miguel Lora, um dos dirigentes do POR boliviano, que se encontra em estado final de vida. Com muita dor, ressaltamos a dedicação desse camarada à construção do partido na Bolívia e do CERQUI.

O camarada encerrou com um VIVA à Conferência e um VIVA ao CERQUI!

Após a abertura, houve a saudação dos militantes do Nordeste, que assinalaram o lugar do PT e do governo Lula como instrumento da burguesia. Um governo de continuidade das contrarreformas de Temer e Bolsonaro e a serviço de novas medidas antioperárias e antipopulares. O camarada ressaltou a necessidade de fortalecer o partido revolucionário, o que significa penetrar seu programa no seio da classe operária e dos demais oprimidos.

Uma camarada em nome da regional de Rondônia fez a sua saudação, mostrando a importância da reconstituição do partido na região.

Depois da apresentação e saudações, a Mesa chamou o camarada Antônio para expor os aspectos centrais do Projeto de Resolução Nacional.

Resolução Nacional

Reproduzimos abaixo os principais pontos:

1. Lula se elegeu nas condições de profunda crise política, crise que se manteve e assumiu novos aspectos, expondo seus fundamentos econômico-sociais. Bolsonaro foi derrotado, mas numa disputa apertada e que revelou uma trama golpista enraizada no aparato militar. Os golpistas continuam impondo uma política antinacional e antipopular, expressando o domínio do grande capital e do imperialismo. O governo Lula se mantém na condição de réfém do Congresso Nacional.

2. Lula dá continuidade às contrarreformas. A previdenciária e trabalhista representaram e representam um duro golpe sobre os oprimidos. O pacote de Lula/Haddad afeta o salário mínimo, o BPC, abono salarial, saúde, educação e assistência social. As privatizações têm avançado no país – no âmbito da União, dos estados e municípios.

3. As contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula refletem as imposições do capital monopolista. A diferença entre eles é de grau. Lula conta com o apoio direto das burocracias sindicais. Temer e Bolsonaro contaram com o apoio indireto delas, com o freio imposto às lutas, que foram desviadas para o caminho institucional, com uma linha de desgaste eleitoral, representada pela Campanha “Fora Bolsonaro”. E com a regressão nas lutas, as contrarreformas têm avançado.

4. Conclusão: a experiência vem revelando, novamente, a inviabilidade histórica do reformismo. O nacional-reformismo se decompõe na forma de uma caricatura popular.

A relativa retomada econômica favorece a governabilidade, mas essa situação tende a se esgotar. A crise econômica mundial poderá atingir o Brasil. Um rebaixamento nas exportações de produtos agroindustriais e minerais afetará o conjunto de sua economia. Com a escalada na guerra comercial, o Brasil será afetado. É insustentável a diretriz de se equilibrar entre os EUA e China.

5. O fortalecimento das tendências fascistas se dá nas condições de fracasso do nacional-reformismo. A vitória da direita e ultradireita nas últimas eleições municipais mostrou que o reformismo não é capaz de fechar passagem às tendências fascistas. As massas foram arrastadas pelas disputas interburguesas, condicionadas pelas relações oligárquicas do Estado burguês. Lula se ressentiu da derrota. Depende, por um lado, de ir adiante nas contrarreformas; por outro lado, de manter a burocracia sindical disciplinada.

6. O POR combate os governos burgueses de direita e de esquerda, com a política do proletariado. A distinção entre os governos direitistas - francamente pró-imperialistas - e os nacional-reformistas serve para melhor combatê-los. Frente ao governo petista estão colocadas as oposições de direita, pequeno-burguesa e a porista, que se destaca pela bandeira de oposição revolucionária. Trata-se da tática adotada para esgotar as ilusões democráticas, para colocar uma cunha entre as massas e o governo.

Para isso, é fundamental a defesa 1) das reivindicações elementares dos explorados, por empregos, salários e direitos; 2) da independência política e organizativa do proletariado e 3) do método da ação direta. Destaca-se a bandeira por um Dia Nacional de

Luta, com paralisações e atos massivos. Só o proletariado, à frente da nacionalidade oprimida, pode derrotar as contrarreformas.

7. É nesse terreno que o POR luta por se construir e dar passos no sentido da superação da crise de direção. A desagregação econômica impulsiona os confrontos instintivos. A tarefa que está colocada é a de transformar esse ódio instintivo em ação política classista, coletiva e organizada. O que passa por desenvolver a propaganda e a agitação no sentido 1) da elevação da consciência de classe da vanguarda, e 2) no sentido da penetração no seio das massas com o programa da revolução social. Faz parte desse programa a luta internacionalista, contra as guerras de dominação. Daí o enorme esforço dirigido à construção do CERQUI, como forma de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A mesa abriu a discussão ao plenário. Foram várias as colocações, enfatizando aspectos do Projeto de Resolução e apresentando algumas propostas de mudanças. Após as discussões, o documento foi aprovado indicativamente, uma vez que se trata de uma formulação sobre a situação nacional, que serve também à Conferência Regional do Nordeste.

Em seguida, coube ao camarada Raul fazer a apresentação da Resolução Sudeste/Sul.

Resolução Sudeste/Sul

Reproduzimos abaixo a essência de sua apresentação.

O camarada iniciou pela ideia de que esse Projeto de Resolução faz parte de um conjunto de resoluções dos Congressos e Conferências anteriores, que elevam o conhecimento do partido sobre as particularidades da regional. Trata-se da tarefa de conhecer o mais precisamente possível a realidade que se luta para transformar. Indicou ainda nessa introdução que o eixo principal do documento está no problema da desindustrialização da região.

Assim como a relação entre as regiões do país estão marcadas pelo desenvolvimento desigual e combinado, os estados do Sudeste e Sul também podem ser caracterizados por essa desigualdade e combinação nas diferentes formas de produção. O estado de SP concentra a maior parte da produção capitalista mais avançada, seja na cidade ou no campo, enquanto outros estados combinam formas mais atrasadas de produção. O crescimento econômico da região está, por um lado, determinado por essa desigualdade e pelas limitações do mercado nacional. E por outro, pelas determinações da divisão internacional do trabalho, que relega ao Brasil o papel de exportador de matéria-prima e importador de manufaturados das potências.

Em seguida, o camarada expôs alguns dados da desindustrialização, entre eles o fechamento de 28 mil unidades fabris no período de 2013 até 2019. Expôs ainda o fato de que no período da Pandemia, 2020-2021, ampliou-se enormemente o número de fechamentos de fábricas na região, com destaque para o ABC, que sofreu com esse processo, com o fechamento da Ford, por exemplo, levando um grande número de operários ao desemprego.

Aliado ao problema da desindustrialização, está o da desestatização, ou da privatização, que marca as regiões Sudeste e Sul do país. Foi dado destaque na apresentação para as privatizações que ocorreram e vêm ocorrendo nos setores chave da economia, como energia, transporte, saneamento básico etc. Os casos da Cedae no RJ e da Sabesp em SP são exemplares. Foi importante concluir esse ponto indicando que houve um embrião de resistência à diretriz privatista do governo Tarcísio, em SP, mas que se desfez logo em seguida, devido aos interesses corporativos das burocracias sindicais.

Outro ponto importante da Resolução trata do problema do campo na região, onde um elevado número de famílias, que produzem na forma da agricultura familiar, estão submetidas ao capital latifundiário. Os conflitos no campo têm crescido, como mostra o caso dos assassinatos em Tremembé-SP. A estratégia da aliança operário-camponesa está colocada para o Brasil como um país de economia capitalista atrasada. Eis a razão de fortalecer nossa compreensão dos problemas do campo na região e no país, como forma de ampliar a intervenção.

Na sequência, o camarada expôs o fato da região ser controlada pelas oligarquias regionais. O caso de São Paulo é exemplar porque foi governado pelo PSDB por 28 anos, cedendo lugar ao partido Republicanos, representando o avanço das posições de ultradireita no estado. A dificuldade do PT em chegar ao poder nos estados do Sudeste e Sul também expõe o controle das oligarquias.

Sobre a base da ampla desindustrialização, do amplo processo privatista por parte dos governos entreguistas, do avanço do agronegócio e do domínio das oligarquias, emerge a crise social na região mais avançada economicamente do país. A miséria e a fome, comuns na região, principalmente nos estados de SP e RJ, são produto do desemprego, dos baixos salários, da informalidade, da terceirização etc. As massas estão acossadas pela opressão econômica, de um lado, e pelo Estado policial, de outro. O governo Tarcísio, por exemplo, impõe suas medidas pela força policial e judicial.

Por fim, a exposição da resolução concluiu com o problema da crise de direção, que se manifesta, entre outras formas, na submissão das direções sindicais aos governos, no divisionismo e no corporativismo dessas direções. Expõe assim, a tarefa de fortalecer o POR na região e nacionalmente, para se contrapor à paralisação e às travas que as burocracias, encasteladas nas grandes centrais sindicais, oferecem aos instintos e às necessidades de luta da classe operária e dos demais trabalhadores.

Resolução Rondônia

Em seguida, a mesa chamou a camarada Telma para apresentar o Projeto de Resolução do estado. Destacamos aqui algumas de suas principais conclusões.

Inicialmente, a militante expôs uma breve história da constituição do estado, que faz parte da região amazônica. Assinalou o avanço do agronegócio, com o cultivo da soja e a produção de carne bovina. E as consequências para os camponeses pobres e os sem-terra, bem como para o avanço da devastação da floresta. Mostrou o controle político do estado por uma fração da burguesia ultradireitista, representada, na atualidade, pelo governo do coronel Marcos Rocha e o avanço da pobreza e miséria, exemplificando com o crescimento dos moradores de rua.

Deixou claro que as particularidades do desenvolvimento econômico, das relações entre as classes e da existência de povos indígenas na região Norte não podem ser desvinculadas da realidade nacional. O que se passa nos mais distantes lugares da floresta amazônica está condicionado às leis gerais de funcionamento do capitalismo e à formação histórica do Brasil como país de economia atrasada e semicolonial.

Rondônia como parte dessa região, atrasada em relação ao Sudeste Sul, concentra os problemas mais díspares de uma economia que combina a expansão da agropecuária com a permanência de uma economia pré-capitalista – formas indígenas de cultivo da terra, de extrativismo e agricultura de subsistência dos camponeses pobres. O que traz à tona o imperativo de resolução das tarefas democráticas próprias da revolução agrária. No entanto, a burguesia brasileira não foi capaz de resolvê-las, pela sua constituição tardia,

quando o capitalismo já adentrava à sua fase imperialista.

O desenvolvimento capitalista na região se dá às custas da violenta opressão sobre os explorados do campo e os oprimidos indígenas da floresta. Os indígenas e camponeses não poderão se libertar dos exploradores e saqueadores sem que estejam vinculados à luta da classe operária. E a classe operária não pode encarnar as tarefas democráticas se não se colocar como dirigente da maioria oprimida.

A solução da questão da terra só poderá ocorrer por meio da revolução agrária, que tem como essência a expropriação dos latifúndios e o livre acesso à terra aos camponeses. Essa tarefa democrática é parte do programa da revolução social. A opressão sofrida pelos indígenas não será erradicada sem a defesa do direito à autodeterminação das nações indígenas. O direito à autodeterminação se conquistará com a expropriação geral da grande propriedade e sua transformação em propriedade social.

A miséria e fome que abatem sobre a população pobre nos bairros depende da luta pelo programa próprio de reivindicações e dos métodos da luta de classe. O programa que combina as reivindicações transitórias de emprego, salário e direitos trabalhistas com a estratégia de derrocada do capitalismo. O que implica o combate pela expulsão das burocracias que controlam os sindicatos e pela erradicação da política de conciliação de classes.

A camarada Tema concluiu ressaltando que a defesa do programa revolucionário permite ao POR se diferenciar política e organizativamente da política das burocracias sindicais, em boa parte petista e pecebista. No caso de Rondônia, obriga a responder aos problemas particulares da região, com os métodos e a estratégia de fim do capitalismo e edificação do socialismo. É nesse sentido que a regional do partido, apesar de todos os obstáculos, vem trabalhando para construir o partido nesse estado profundamente marcado pelas contradições do capitalismo semicolonial.

Resolução Sindical

Por último, o camarada Luiz fez a exposição da Resolução Sindical. Assinalamos alguns pontos essenciais de sua exposição.

O camarada iniciou fazendo uma breve história da constituição da classe operária e suas lutas, destacando a greve geral de 1917. Assinalou que em 1937, o “Estado Novo”, com a finalidade de consolidar sua intervenção no movimento operário, para conter a luta de classes, impôs a lei de Greve, que colocava na ilegalidade o movimento grevista. Em 1939, criou a Justiça do Trabalho, que, sob a aparência de neutralidade, busca “mediar”, isto é, amortecer os conflitos entre patrões e operários. Em 1940, implantou o imposto sindical, onde um dia de salário era descontado anualmente de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não. Em 1940, o governo de Getúlio Vargas decretou o salário mínimo.

No final da ditadura militar, foi criada a CUT, pelos dirigentes das greves metalúrgicas do início dos anos de 1980. Em 1991, fundou-se a Força Sindical. No comando dessas duas centrais se constituiu as burocracias reformista e direitista. A direitista Força Sindical, pró-imperialista, defensora do “sindicalismo de resultados” e a reformista, vinculada ao PT, que tem como estratégia o “sindicalismo propositivo”. O sindicalismo de “resultado” e o “propositivo”, no essencial, rejeitam a luta de classes e se colocam pelo colaboracionismo com os capitalistas e governos.

No início dos anos 2000, o PSTU rompeu com a CUT, sob a bandeira de uma “alternativa” de luta para os trabalhadores. Em pouco tempo, passou a defender os mesmos métodos da burocracia cutista. Apesar de criticar demagogicamente a conduta corporativista e colaboracionista das outras centrais, não se diferencia na prática. Passou a realizar a mesma política de conciliação e traição das demais centrais ao negociar os acordos de demissão por meio

do PDV, PDI, Lay-off. O POR foi o único partido que se colocou contra a cisão da CUT pelo PSTU e defendeu a constituição de uma única central, independente, classista e revolucionária. Uma Central que defenda o programa próprio de reivindicações do proletariado por meio da ação direta, e que se coloque a serviço da luta pelo fim ao sistema de exploração capitalista por meio de uma revolução social e a constituição do governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

O camarada Luiz encerrou sua exposição enfatizando duas importantes conclusões: 1) Os sindicatos na fase imperialista do capitalismo ou se colocam a serviço da luta revolucionária pela destruição do capitalismo e a construção do socialismo, ou se tornam instrumentos de conciliação e de manutenção do sistema capitalista; 2) O POR trava um combate no movimento operário para construir as comissões de fábrica de luta, independentes, classistas e revolucionárias, para expulsar a burocracia reformista e centrista e recuperar os sindicatos para a luta de classes. É parte de nosso programa a total independência dos sindicatos frente ao Estado, aos patrões e seus governos. Faz parte de seu programa a defesa da democracia operária, apoiada na soberania das assembleias e no direito de expressão de todas as correntes no movimento e a luta por um programa próprio de reivindicações da classe operária. Tem para isso, além do Jornal Massas, o Boletim Nossa Classe.

Em seguida, a mesa abriu as discussões sobre os Projetos de Resoluções Regional e Sindical. Vários camaradas fizeram considerações e adendos. Os projetos foram votados e aprovados.

Balancos de atividades

No final da tarde, houve as exposições dos Balancos da Coordenação São Paulo, da Comissão Operária e da regional de Rondônia. Vários companheiros puderam se expressar, mostrando os acertos da linha política, as dificuldades de penetração na classe operária, a atuação do partido nos comitês de luta e nos movimentos sociais e o esforço em divulgar o Jornal Massas, folhetos e livros do partido junto à classe operária e demais trabalhadores.

Após a votação dos balanços, a mesa encaminhou o encerramento da Conferência. Coube à camarada Magda fazer uma breve colocação sobre o momento político em que se realizava a Conferência. Eis seus principais pontos.

1. Vivemos o predomínio das tendências bélicas. Esse fator expressa o esgotamento da partilha do mundo ditada pelos Estados Unidos após a 2ª guerra mundial. O que evidencia que os Estados Unidos já não podem sustentar sua hegemonia imperialista a não ser pela sobreposição do poderio militar sobre o econômico.

2. O acirramento da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. A vitória de Trump e sua estratégia de recuperar a hegemonia dos Estados Unidos obriga a travar um violento combate à expansão econômica da China na América Latina, Europa e Ásia.

3. A bandeira do governo Trump de “América em Primeiro Lugar” expõe abertamente essa estratégia - a guerra comercial contra a China. A exigência de que governos latino-americanos rompam os acordos com a China, dificulta, assim, a expansão do plano chinês da Rota da Seda. Fazem parte dessa estratégia a deportação dos imigrantes dos Estados Unidos; maior comprometimento dos países europeus com as diretrizes norte-americanas; o uso do governo sionista para controlar a Faixa de Gaza e a expulsão dos palestinos. A China restauracionista, por sua vez, não tem como responder a não ser pelos próprios métodos do capitalismo.

4. O prolongamento da guerra na Ucrânia, que já dura 3 anos, expõe o quanto avançou a escalada militar. Nesses três anos de guerra, a OTAN fortaleceu sua capacidade militar. Ampliou o número de países europeus associados. Os Estados Unidos, assim,

puderam movimentar sua poderosa indústria bélica, visando a submissão do conjunto das ex-repúblicas soviéticas, entre elas, da própria Rússia ao capital internacional. Trump, que prometeu pôr fim à guerra, exige que a OTAN eleve a contribuição em 5% de seus países membros.

5. A guerra desencadeada pelo Estado de Israel contra os palestinos de Gaza integra o processo geral de decomposição do capitalismo. A burguesia judia sionista utilizou a operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 para impulsionar a anexação de toda a Palestina e aumentar suas fronteiras com o Líbano. Por trás das forças militares de Israel, se encontram os Estados Unidos e sua estratégia de domínio do Oriente Médio. O encontro de Netanyahu com Trump e as ameaças de expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza evidenciam que o cessar-fogo na Faixa de Gaza não desativará os confrontos que envolvem o Oriente Médio, tendo de um lado o Irã e de outro Israel/Estados Unidos.

6. As crises econômicas contínuas, o intervencionismo militar do imperialismo, as inúmeras guerras, bem como a escalada militar voltada a conter o avanço econômico da China, trazem em suas entranhas a luta de classes. A alta concentração de riqueza sob o controle de uma ultraminoria capitalista e a vastidão da pobreza e miséria das massas estão na base dos choques de classes e da luta contra a opressão nacional sobre as nações oprimidas.

7. As manifestações populares e greves vêm ocorrendo constantemente em vários países, incluindo os Estados Unidos. O exemplo mais flagrante é o da luta mundial das massas pelo fim do genocídio do povo palestino e pelo seu direito à autodeterminação. As manifestações nos Estados Unidos contra a deportação de imigrantes. Os protestos no Panamá contra a política de Trump de se apropriar do Canal de Panamá. A greve na Alemanha contra o fechamento da Volks e a elevação do custo de vida. As manifestações na Servia contra o governo. De conjunto, essas manifestações indicam que os explorados não estão passivos, ao contrário, vêm reagindo em várias partes do mundo.

8. Trata-se de uma tendência que caminha no sentido da generalização impulsionada pela decomposição do capitalismo, pelos ataques da burguesia às condições mais elementares das massas e ao avanço da opressão nacional.

9. O problema está em que os sindicatos estão sob o controle de burocracias colaboracionistas, pró-capitalistas. A defesa da independência dos sindicatos e sua recuperação para a luta de classes é de fundamental importância.

A camarada Magda assinalou as duas grandes campanhas do POR e CERQUI nesse último período: a) a defesa do programa de reivindicações da classe operária e dos demais oprimidos. Esse programa se expressou na bandeira de um Dia Nacional de Luta, por emprego, salário, direitos e pelo fim das contrarreformas e dos planos de privatizações dos governantes, sob a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula; b) o fim das guerras de dominação, materializadas na guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Essa campanha se expressou na consigna de que somente a classe operária, organizada e em luta pode pôr fim à escalada militar. Na defesa da revolução social, na autodeterminação da Ucrânia e dos palestinos, e na tática da luta anti-imperialista. Daí as bandeiras: Estados Unidos Socialistas da Europa e Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Concluiu a exposição reafirmando a caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A tarefa dos revolucionários é a da construção dos partidos marxistas e do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Para isso, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) é o instrumento do proletariado para superar a crise de direção e impulsionar a luta contra o capitalismo decomposto e edificar o socialismo.

Em seguida, foi lido o Manifesto da Conferência. O plenário de pé, de punhos erguidos, cantou o Hino da Internacional Comunista. E deu um Viva à VIII Conferência e um Viva à construção do POR e do CERQUI.

Abaixo publicamos o Manifesto da Conferência.

À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

A VIII Conferência Regional Sudeste/Sul, de 8 de fevereiro de 2025, se realiza nas condições de abrupto agravamento da crise mundial. Trump tomou posse em 20 de janeiro, divulgando centenas de decretos que, de conjunto, constituem um programa governamental de ataque à vida dos trabalhadores norte-americanos, de agressão a países concorrentes, de recrudescimento da opressão imperialista sobre as nações oprimidas e de ameaça de intervenção militar.

No dia seguinte à posse, Trump iniciou a prisão e expulsão de milhares de imigrantes, anunciou a elevação das tarifas de importação a países como México, Canadá e China, reafirmou o objetivo de se apossar da Groelândia e indicou que o Canal do Panamá deve estar sob o controle dos Estados Unidos. Assinalou que a Europa deve se alinhar à guerra comercial dos Estados Unidos contra a China, e que a OTAN tem de elevar em 5% a contribuição dos países membros ao seu orçamento militar. Aos países que resistirem às decisões dos Estados Unidos, ameaçou com retaliações, principalmente aos mais débeis e dependentes do capital financeiro e monopolista norte-americano. É o que fez com o México e o Canadá, apresentando-os como exemplo. A China, na condição de potência econômica, respondeu elevando as taxas de determinados produtos fundamentais para ramos da produção dos Estados Unidos. Espera-se a reação de Trump, no sentido de aumentar as tensões da guerra comercial em curso.

A repatriação de imigrantes deu o primeiro sinal de conflito com a resistência do governo colombiano em aceitar as condições ditadas pela Casa Branca. O presidente Gustavo Petro teve de recuar em sua posição diante das ameaças de Trump. O presidente Lula lamentou a forma “desumana” como os brasileiros foram deportados sob algemas e humilhações, sem, contudo, reagir praticamente. Trump foi mais longe ao reativar a prisão de Guantánamo, montada em território cubano, cuja história é de torturas e assassinatos de prisioneiros da jihad islâmica. O secretário de governo, Marco Rubio, recebeu a proposta do sanguinário Nayib Bukele, presidente de El Salvador, de acolher prisioneiros provenientes dos Estados Unidos, de forma a aumentar o orçamento prisional. El Salvador sedia a maior prisão da América Latina - Centro de Confinamento Contra o Terrorismo (Cecot) -, cujos métodos de tratamento dos detentos se assemelham aos campos de concentração nazistas. Esse país, um dos mais atrasados da América Latina, retrata a decomposição do capitalismo e o avanço da barbárie social.

Não é, portanto, um fato inesperado a retirada dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos da ONU e a suspensão do financiamento à UNRWA, uma agência de assistência aos refugiados palestinos. Trump põe em prática sua política republicana, que se diferencia em aspectos da política dos democratas. No fundamental, ambas as variantes representam os interesses da burguesia norte-americana e a dominação imperialista. Trump pretende ser mais incisivo e abrangente agindo, ao mesmo tempo, em várias frentes com a política de dominação do capital monopolista

e financeiro. Mas, o seu epicentro se encontra no enfrentamento à China, que vem ganhando projeção econômica em todo o mundo, e, em particular, na América Latina, que historicamente se constituiu como “quintal” dos Estados Unidos.

Trump está determinado a preparar as condições para uma confrontação de grande magnitude com a China e Rússia. É inaceitável à maior potência mundial que a China lidere um movimento de independência diante das determinações dos Estados Unidos, nas condições em que se agudizam os choques entre as forças produtivas e as relações de produção, e daquelas com as fronteiras nacionais. Trump aponta o dedo em riste ao BRICS. A hegemonia norte-americana edificada após a Segunda Guerra não pode ser posta em questão pela ascensão da China.

É nesse marco que se deve compreender o programa de Trump, sustentado pela diretriz “América em Primeiro Lugar” e pelo objetivo de recuperar o terreno que vem sendo perdido nas duas últimas décadas.

No dia 4 de fevereiro, Trump recebeu o primeiro-ministro de Israel, Netanyahu, cujo comunicado à imprensa foi de ataque frontal à luta dos palestinos pelo fim da carnificina na Faixa de Gaza e pelo direito de sua autodeterminação. O presidente dos Estados Unidos expôs, sem meias palavras, a sua intenção de ocupar a Faixa de Gaza, expulsar os palestinos e impor um ordenamento de acordo com o poder do dinheiro e das armas. Deixou claro que chegou a hora de aproveitar o enfraquecimento do Irã e de seus aliados nacionalistas, para retomar o acordo de Abraão e realinhar as forças da feudal-burguesia árabe em torno ao objetivo de fortalecer ainda mais o poder militar do Estado sionista de Israel.

No Oriente Médio, os Estados Unidos vêm agindo sistematicamente para afastar a influência da Rússia – influência essa herdada da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e, principalmente, da China, que tem se projetado na região, tentando reduzir o precipício criado entre a Arábia Saudita e Irã. A derrubada do governo sírio, Bashar al-Assad, foi um dos últimos acontecimentos que serviram à política imperialista dos Estados Unidos e colonialista do Estado de Israel.

Trump assumiu a presidência justamente no momento em que as forças de resistência nacionalista à dominação norte-americana e à política anexadora desenvolvida pelo sionismo se retraíram. Aproveitou para impor o acordo de cessar-fogo em três fases entre Israel e o Hamas, com a perspectiva de colocar a Faixa de Gaza sob seu controle. Esse passo favorável aos Estados Unidos e à Israel serve à estratégia de preparar uma confrontação aberta com a China.

O imperialismo norte-americano conta a seu favor com a subserviência das feudais-burguesias árabes e com a ausência de um movimento revolucionário impulsionado pela maioria oprimida, sob a direção da classe operária. Essa é a contradição que ganhará corpo diante das ações de Trump.

Trump prometeu acabar com a guerra na Ucrânia rapidamente. Essa questão, no entanto, ficou em segundo plano, por enquanto. Acenou com a possibilidade de os Estados Unidos mediarem um acordo entre Zelensky e Putin. Tudo indica que Trump pretende manter a China à margem, embora tenha apresentado uma proposta de discussão sobre o fim da guerra, proposta esta apoiada pelo governo Lula. Ao completar três anos de guerra, os Estados Unidos e a aliança europeia não puderam evitar a derrota da Ucrânia, sem que a OTAN interviesse diretamente e levasse a generalização do confronto a toda a Europa. Trump necessita de um acordo, ainda que provisório, já que seu governo prepara um choque de grande magnitude com a China.

O programa que responde à guerra de dominação e à opressão nacional é o da revolução social. E a tática que corresponde é a da organização da frente única anti-imperialista sob a política revolucionária do proletariado. Ganhará importância no próximo

período as bandeiras de “Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio” e “Por uma República Socialista da Palestina”. Quanto à Ucrânia, a bandeira do proletariado é a de uma paz sem anexação, sob um governo revolucionário do proletariado, assentado na maioria oprimida ucraniana.

Os primeiros sintomas de resistência emergiram no movimento mundial contra o genocídio na Faixa de Gaza e pelo fim da guerra de intervenção do Estado sionista. O que não ocorreu diante da guerra na Ucrânia, ainda que tenha havido, no início, manifestações pontuais na Europa. O movimento de defesa da autodeterminação da Palestina deve ser retomado, ampliado e fortalecido no combate aos objetivos de dominação apresentados pelo governo Trump. A potenciação dessa resistência certamente se refletirá nos explorados da Ucrânia, Rússia e demais países europeus.

Nos Estados Unidos, a contestação nas ruas, ainda que minoritária, à expulsão dos imigrantes e as manifestações no Panamá contra as imposições do imperialismo norte-americano, e contra a sujeição do governo José Raúl Mulino, são indicações do curso que deverão tomar os explorados. No Brasil, está colocado reerguer o movimento de defesa da autodeterminação do povo palestino. É importante assinalar de passagem as manifestações na Alemanha contra a aliança entre o partido União Democrata-Cristã (CDU) e o partido de ultradireita Alternativa para a Alemanha (AfD) em torno ao projeto anti-imigrantes.

Trump encarna as tendências fascizantes que vêm se potenciando na Europa e se organizando na América Latina. O enfrentamento a essa tendência política depende de a classe operária e sua vanguarda com consciência de classe colocarem em pé a luta anti-imperialista, sob o método e a estratégia da revolução social, que, por sua natureza de classe, é proletária.

É nesse marco da crise mundial que se configura a crise nacional no Brasil, bem como em toda a América Latina. Poucos dias antes do início da VIII Conferência Regional Sudeste/Sul do Partido Operário Revolucionário (POR), se elegeram os novos presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, fortalecendo ainda mais o poder dos velhos partidos da burguesia, a subserviência do governo Lula e do PT, e a presença dos partidos oligárquicos no governo de frente ampla. A impotência do nacional-reformismo petista e dos aliados de esquerda favorece o predomínio das forças burguesas de direita e ultradireita.

A política de Lula de manter as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, bem como promover suas próprias contrarreformas, empurraram as camadas mais empobrecidas da classe média para o lado da reação. A colaboração da burocracia sindical com o governo de frente ampla, por sua vez, atravanca a revolta e a luta da classe operária. A crise econômica e social se manterá em linha ascendente, condicionada pela crise mundial e pela ofensiva do imperialismo norte-americano sob a direção de Trump. Está claro que o governo Lula não tem capacidade para usar a potencialidade do Brasil contra os ataques do capital monopolista e financeiro, desfechados desde o exterior e potenciados internamente. A luta sob a bandeira de “Oposição Revolucionária” ao governo burguês de Lula vem norteando a política do POR e a defesa do programa de reivindicações próprias dos explorados por meio da ação direta e da organização independente.

As Conferências Regionais do POR do Sudeste/Sul e do Nordeste encarnam a tarefa de organizar os explorados no terreno da independência de classe, sob a estratégia da revolução social e da tática da frente única anti-imperialista. Colocam-se pela tarefa de superar a crise de direção, fortalecendo o Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Viva a VIII Conferência do POR do Sudeste/Sul!

Toda força à construção nacional do POR!

8 de fevereiro de 2025



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Fevereiro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Combater o aumento de preço dos alimentos e do custo de vida!

Abaixo o salário mínimo miserável de R\$ 1.518,00 decretado pelo governo!

Lutar por um salário mínimo vital, suficiente para manter os trabalhadores!

Fim da escala 6x1! Pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário!

O custo de vida está nas alturas. O preço do café disparou, subindo 40%. O prato de arroz e feijão ficou mais caro, o arroz chegou a subir mais de 18%. A carne há muito deixou de fazer parte da comida da grande maioria da população. O aluguel subiu 13%. Os combustíveis subiram em torno de 10%. Em janeiro, após a privatização da Sabesp, houve um aumento expressivo da tarifa. Os trabalhadores, por sua vez, aqueles que tiveram dissídio, receberam um reajuste miserável de 3,8% a 5%.

O governo diz que o desemprego caiu. Mas não diz que ainda são mais de 6 milhões de trabalhadores desempregados e 40 milhões que estão na informalidade, como autônomos, fazendo bicos, sem qualquer direito trabalhista, tentando sobreviver. Como podemos ver, o tão falado crescimento econômico foi apenas para os empresários, para os capitalistas. Para os trabalhadores, na verdade, o que houve foi a redução do poder de compra dos salários e o crescimento dos empregos cada vez mais precários.

Os governantes justificam a elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade aos problemas do clima e da safra. Mentira! O grande problema é que o café, o milho, o trigo, a soja etc. são comercializados na Bolsa de Valores e têm seu preço determinado em dólar. Quem ganha com isso são os exportadores, o agrone-

gócio. Quem perde é a maioria da população, que com o salário minguado, já não pode comprar o café, a carne, o feijão e o arroz.

No momento que os preços estão disparados, Lula continua enchendo os bolsos dos exportadores. E o Banco Central subindo os juros para beneficiar os bancos e o capital financeiro. A cada 1% que sobe a Selic (juros), aumenta a dívida pública em R\$ 55 bilhões. A política do governo Lula é a mesma de todos os governos burgueses: pagar a dívida aos banqueiros às custas do salário mínimo de fome e da escravização dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe diante dessa terrível situação defende um reajuste automático e imediato aos trabalhadores. Defende o salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores. Defende o emprego a todos, por meio da redução da jornada sem redução dos salários. Defende o fim das contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula. Que as direções sindicais parem de bajular o governo capitalista de Lula. O que significa romper com o governo e organizar a luta por salários, empregos e direitos. Para isso, o ponto de partida é a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa do programa de reivindicações dos explorados.

Unir a classe operária, mulheres e homens, por um programa de reivindicações próprio dos explorados!

Dia 16 de fevereiro e 8 de março, marchemos juntos contra a exploração capitalista!

Nas distribuições do Boletim Nossa Classe nas fábricas Lorenzetti e Pepsico, observamos o quanto a jornada de trabalho noturno para as mulheres operárias vem se espalhando. A abolição do trabalho noturno para as mulheres foi uma das primeiras reivindicações da luta dos operários no Brasil. Entre as principais reivindicações da greve geral de 1917, constava a proibição do trabalho noturno para as mulheres. Isso porque pesava e ainda pesa sobre as mulheres operárias a dupla jornada de trabalho, que inclui as tarefas domésticas e a maternidade. A inclusão do fim do trabalho noturno para as mulheres na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não foi uma concessão do Estado getulista, mas sim uma conquista dos combates travados durante toda a Primeira República.

Aos poucos, os capitalistas foram incluindo as mulheres no trabalho noturno. E a reforma trabalhista de Temer escancarou a condição de semiescravidão dos trabalhadores, em particular das mulheres operárias, que foram submetidas ao trabalho terceirizado e noturno.

Nas fábricas Pepsico e Lorenzetti, os operários/as estão submetidos à superexploração da escala 6x1, que é uma semiescravidão.

Essa condição subumana ainda é mais dura no caso das mulheres operárias, porque a sua labuta tem de começar ainda mais cedo para deixar tudo pronto em casa antes de sair para o trabalho.

No dia 16 de fevereiro, foi marcado atos nacionais contra a escala 6/1. No dia 8 de março, estão previstas as manifestações do Dia Internacional das Mulheres. No entanto, a maioria das direções sindicais não vêm se esforçando para organizar os trabalhadores para as manifestações. Fazem discursos contra a exploração do trabalho, mas acabam colaborando com o governo, que impõe o salário mínimo de fome e as violentas contrarreformas.

O Boletim Nossa Classe defende a independência dos sindicatos diante dos governos. Chama os trabalhadores, homens e mulheres, a se colocarem contra a escala 6X1 e o trabalho noturno das mulheres. Defende que as direções sindicais convoquem as assembleias nas fábricas para preparar o dia nacional pelo fim da escala 6X1 e o dia nacional das mulheres trabalhadoras. E a retomar a reivindicação histórica da classe operária, que é a redução da jornada sem redução dos salários.

Patrão fecha a fábrica ZABET em Bauru e demite 495 trabalhadores

Combater o fechamento de fábricas e as demissões com a greve, ocupando as fábricas e implantando o controle operário da produção.

A fábrica Zabet, indústria do ramo da alimentação, encerrou suas atividades em Lençóis Paulista no início de 2025, demitindo 495 trabalhadores, em sua maioria mulheres e com mais de 15 anos de trabalho na empresa. A direção da fábrica anunciou que a produção dessa unidade será transferida para outras unidades. A burocracia sindical traidora negociou e assinou o acordo de demissão dos operários por meio do PDI (Plano de Demissão Incentivada). Além de negociar o acordo que condena os operários ao desemprego, a burocracia também, aceitou a exigência da empresa de que os operários que aderissem ao PDI, deveriam abrir mão do direito de apresentar futuras reclamações trabalhistas na justiça. A

burocracia pelega permitiu ainda que a negociação da indenização seja feita individualmente entre os operários e a empresa, deixando a patronal de mãos livres para fazer o que bem quiser com os trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama os operários/as da Zabet, Mercedes, Volks, GM e demais empresas a rejeitarem os acordos de demissão, PDI e Lay-off. A lutar contra o fechamento das fábricas e a defender os empregos, salários e direitos com os métodos próprios de luta da classe operária, que são a greve, a ocupação das fábricas e o controle operário da produção. Chega de baixar a cabeça diante do fechamento de fábricas. É preciso levantar a bandeira da estatização das fábricas fechadas e o controle operário da produção.

Construir as comissões de fábricas, classistas e de luta

O Boletim Nossa Classe vem trabalhando para que a classe operária tome em suas mãos a reivindicação da comissão de fábrica. Que em cada empresa, os operários possam eleger livremente, sem a interferência dos patrões, sua comissão de fábrica. Um organismo de defesa das reivindicações e de combate às medidas patronais e governamentais.

Para isso, é fundamental que os trabalhadores mais conscientes venham a participar das atividades convocadas pelo Boletim Nossa Classe, entre elas o Encontro Operário, que se realiza uma vez por mês.

Acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza!

Fora as tropas Sionistas e imperialistas de Gaza e do Oriente Médio!

O anunciado acordo de cessar-fogo entre o Estado de Israel e o Hamas foi traçado pelos Estados Unidos e apoiado pelos governos árabes, tendo à frente a diplomacia do Catar e do Egito. O fundamental está em que o cessar-fogo, caso a previsão das três etapas seja cumprida, se realizará sobre uma montanha de cadáveres palestinos, mutilados, desaparecidos e deslocados, bem como sobre uma vasta destruição das cidades e quebra quase total da vida econômica.

É importante compreender que o Estado sionista de Israel não

abandonou seu objetivo de anexação do que resta do território palestino. Para isso, se reuniu com Trump para traçar o plano de expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza e ocupar por inteiro o território.

O Boletim Nossa Classe defende o direito dos palestinos ao território invadido pelo Estado sionista de Israel. Levanta a bandeira da autodeterminação do povo palestino. E defende a luta anti-imperialista de palestinos e judeus para expulsar os Estados Unidos e aliados do Oriente Médio.

Formação política do Nossa Classe

A luta de classes entre a burguesia e o proletariado

A história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes, ou seja, a luta permanente de uma maioria explorada contra uma minoria exploradora. Na sociedade escravista, os escravos lutaram contra a classe de escravocratas. No feudalismo, os servos lutaram contra os senhores feudais. Na sociedade capitalista, a classe operária luta contra a classe burguesa, proprietária dos meios de produção. Está aí por que em toda sociedade dividida em classes sociais existiu a luta dos explorados contra os exploradores.

Na sociedade em que vivemos, a classe burguesa lucra com a extração da mais-valia. A burguesia (patrões) lucra às custas da exploração do trabalho. Ou seja, não pagam aos operários por toda a sua jornada de trabalho. Já ficou evidente que com duas ou menos horas de trabalho, por exemplo, um operário produz um valor suficiente para o patrão pagar todo o seu dia de trabalho. Portanto,

se ele trabalha 8 horas, tudo que ele produzir nas 6 horas restantes será a mais-valia, será lucro para o patrão.

Está aí por que a luta de classes entre os patrões e os trabalhadores é permanente e irreconciliável. Os patrões para aumentar seus lucros aumentam a jornada de trabalho ou a velocidade da linha de produção. A classe operária, por sua vez, para não morrer de fome com os baixos salários e o desemprego, está obrigada a utilizar seu método próprio de luta, que é a greve, a ação direta, para defender suas reivindicações vitais como, emprego a todos, salário mínimo vital e direitos.

O Boletim Nossa Classe luta pelo fim do capitalismo e da sociedade de classes. Defende uma sociedade socialista, onde não haja explorador e explorado. O que significa trabalhar pela organização da classe operária e demais explorados para a revolução social.

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Pirelli

Durante a panfletagem, um operário perguntou: “você defendem que tipo de sindicato”? O militante disse que o Nossa Classe é um boletim de oposição à direção do sindicato. Luta por recuperar os sindicatos que estão sob o comando de direções que não defendem as reivindicações vitais dos trabalhadores. E que fazem acordos que só favorecem a exploração dos patrões. Defendemos, assim, sindicatos classistas, independentes dos patrões e dos governos.

Em seguida, o operário completou: “Então, vocês fazem Opo-

sição ao sindicato daqui?” Sim. O sindicato daqui é dirigido pela Força Sindical, uma burocracia vendida aos capitalistas. E o operário lembrou que há alguns anos atrás, durante uma assembleia, os trabalhadores expulsaram os dirigentes do sindicato.

Mais uma vez, o militante do Nossa Classe mostrou que era necessário construir a oposição à direção do sindicato. E que o Boletim trabalha para constituir as oposições de luta e independentes nas fábricas. Para isso, vem realizando reuniões e encontros e que era importante a participação dos operários classistas da Pirelli.

São Paulo

Sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos divide a luta dos Metalúrgicos do Vale do Paraíba

O Boletim Nossa Classe/POR chama os metalúrgicos do Vale do Paraíba a constituir uma oposição sindical classista e formar as comissões de fábrica independentes e de luta

Os metalúrgicos do Vale do Paraíba, interior de São Paulo, realizaram várias greves no início de 2025 em diversas fábricas da região, demonstrando disposição de luta para enfrentar os profundos ataques à força de trabalho, expressas no avanço das contrarreformas trabalhista, previdenciária, lei de terceirização e o novo pacote de medidas antipopulares e antinacionais de Lula/Haddad, que em conjunto, vem destruindo as condições de vida da classe operária e demais trabalhadores.

Na fábrica da Eaton, empresa multinacional do ramo energético, os operários realizaram uma greve de 24 horas, no último dia 24 de janeiro, reivindicando o vale – alimentação e o pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Após a interrupção da produção, a empresa recuou e atendeu a reivindicação dos operários. Na JC Hitachi, no dia 22, os trabalhadores realizaram uma paralisação, reivindicando também aumento no valor do vale-alimentação e abono salarial, além da PLR e estabilidade no emprego. Em Santa Branca, região de São José dos Campos, os trabalhadores da Estrela Mobil estão em greve por tempo indeterminado, reivindicando o pagamento de salários atrasados entre outros direitos como FGTS, 13º salário e verbas rescisórias. Em Igaratá, os trabalhadores de Retrovex realizaram também uma paralisação pelo não pagamento das cestas básicas. Já na Cable Tech, em Caçapava, a paralisação teve como reivindicação o pagamento do bônus devido pela empresa aos trabalhadores referente ao ano de 2024.

Com essa onda de greves e paralisações, é possível perceber a disposição de luta da classe operária. No entanto, sob o controle das direções sindicais, que trabalham ativamente para desmantelar as greves, dividindo as lutas por fábricas, fazendo assembleias com turnos separados em uma mesma fábrica e assinando acordos com a patronal que resultam apenas migalhas.

Existe um elemento comum a essas greves do Vale do Paraíba, que é a reivindicação de melhorias salariais, reajuste do valor do vale-compra e pagamento do PLR. Isso ocorre porque o custo de vida está nas alturas e o salários rebaixados. E a resposta operária a esses problemas só se encontra na luta em defesa das condições de existência do proletariado.

O Boletim Nossa Classe, diante da elevação do custo de vida, em particular os preços dos alimentos, defende o salário mínimo vital. O governo burguês de Lula fixou o salário mínimo em R\$ 1.518,00. Boa parte da classe operária e dos trabalhadores em geral recebem esse salário de fome. O Dieese fez o cálculos e anunciou que uma família de 4 pessoas necessita um salário de R\$ 7.156,15. Também luta para pôr fim às contrarreformas trabalhista, previdenciária, lei da terceirização, a escala 6X1 e o pacote antioperário do governo Lula, que atingiu o salário mínimo, abono salarial entre outros benefícios.

Por outro lado, o Boletim Nossa Classe combate a política conciliadora das direções sindicais, que só fortalece o patronato e os governos. E defende que somente a classe operária organizada e em luta pode derrotar os ataques da patronal e dos governos. O que significa defender as reivindicações com os métodos próprios da classe operária, que são as greves, as manifestações de rua, as ocupações e bloqueios. Para isso, chama as centrais, sindicatos e movimentos a romperem com a política do governo burguês de Lula e convocarem um Dia Nacional de Luta, por empregos, salários, e pelo fim das contrarreformas, como ponto de partida para a preparação de uma greve geral.

São Paulo

Sindserv participa do ato público e da assembleia dos petroleiros

Na manhã do dia 10, como também no dia 6 de fevereiro, o Sindserv prestou apoio aos trabalhadores da UTGCA-Caraguatuba junto ao Sindipetro-LP, que está fazendo uma paralisação de turno/horas a cada 2 dias por melhores condições de trabalho. A precarização imposta pela patronal, que já causou a morte de um

funcionário ativo em Angra dos Reis, a falta de funcionários e estruturas são os principais motivos dos atos.

O Sindipetro-LP, juntamente com um grande número de trabalhadores, realizou mais uma reunião/assembleia e enfatizou a

importância dos apoios dos sindicatos. Mostrou a importância na constituição de uma frente única para enfrentar a patronal.

A diretoria do Sindserv, durante a paralisação, defendeu as reivindicações dos trabalhadores, que executam atividades que envolvem muito cuidado, por serem passíveis de provocar acidentes. De acordo com o Sindipetro-LP, o direito à salubridade e segurança devem ser mantidos e é uma exigência da categoria. É urgente

e necessário um número maior de funcionários nos vários setores, em todas as unidades da Petrobras, tanto para a aplicação das manobras no maquinário, quanto para a supervisão, substituição de aposentados e licenciados.

O Sindserv São Sebastião presta um efetivo apoio às reivindicações da categoria dos petroleiros, ao convocar e participar das reuniões e manifestações. Pela vitória dos trabalhadores!

Paraíba

Greve dos motoristas de João Pessoa: a defesa do método da greve radicalizada

Na última semana do mês de janeiro, explodiu na região metropolitana de João Pessoa a greve dos motoristas de ônibus. As principais reivindicações são o reajuste de 15%, o auxílio alimentação e o retorno de outros adicionais que foram cortados ou diminuídos de seus já baixos ganhos que ficam entre 1 e 2 salários-mínimos. Há ainda, mesmo que fora da pauta, a séria questão da dupla-função, já que a função de cobrador foi praticamente extinta e substituída por um adicional mísero de R\$300,00 para os motoristas.

Ao que tudo indica, a radicalização partiu da base que mostrou disposição ao não aceitar a proposta inicial de 3%. A luta se deu entre sindicatos, já que o Sintur-JP (Sindicato das empresas de transporte coletivo urbano no município de João Pessoa) representa as empresas exploradoras e sua direção foi à mídia chamar de criminoso a paralisação da frota, já que a justiça burguesa obrigava o funcionamento de 60% da frota, o que é uma medida para impedir uma greve efetiva. A base reagiu corretamente, com os motoristas em luta impedindo a circulação de toda a frota dos ônibus no primeiro dia de greve. Alguns dias antes ensaiaram uma paralisação de uma hora pela manhã e diante do não atendimento de sua pauta, tiveram todo o acerto em deflagrar a greve, e mais ainda, de radicalizar seu primeiro dia com motoristas se negando a sair da garagem, se negando a identificar a frota mínima imposta pela justiça e até com tentativas de bloqueios para impedir os fura-greve de saírem.

As pressões da mídia, daqueles que lucram com o transporte público e do governo municipal foram enormes. O prefeito Cícero Lucena (PP) saiu a pedir a prisão do presidente do sindicato que representa os motoristas do estado da Paraíba. Não faltaram formas de tentar jogar os pessoenses contra os motoristas. O que todos os trabalhadores devem ter claro é que os responsáveis pelo caos que acometeu a cidade de João Pessoa não são os motoristas ultra explorados, mas sim dos grupos capitalistas e do governo que se aliam todo ano para aumentar a passagem dos ônibus, que estão cada vez piores e mais demorados, ao mesmo tempo que impõem mais e mais exploração aos rodoviários em dupla função, que passam horas e dias seguidos trabalhando sem reajuste, em quantidade cada vez menor, com salários defasados e expostos a terem

seus já baixos auxílios atacados ou retirados. E que a revolta da população deve se direcionar para esses donos e aos governantes.

Ao encerrar a greve, no início do quarto dia, após ir desradicalizando, as conquistas foram limitadas, melhorando o índice apenas de 3% para linear de 5% e o auxílio para R\$500,00, com uma promessa de mais R\$50,00 em julho e mais R\$50,00 no final de 2025. No segundo dia de greve, houve acertado ato de rua, que reuniu cerca de 200 motoristas pela manhã, mas nesse mesmo dia não houve total paralisação da frota. No terceiro dia, a frota já estava rodando obedecendo a justiça burguesa. É preciso tirar dessa lição a importância do método grevista radicalizado e as formas de não ceder à pressão imediata da mídia e governos que servem os donos das companhias. Recentemente, a passagem foi aumentada com anuência de setores que deveriam representar os trabalhadores que dependem do ônibus, como sindicatos e secretarias municipais. É preciso que a defesa das condições de vida dos trabalhadores do transporte público se vincule à população, demais trabalhadores, estudantes e desempregados.

É importante a divulgação desta greve para todos os explorados, já que dela podemos tirar lições rumo à unidade e à ação direta necessária para conquistar as pautas e impor derrotas aos governos e exploradores capitalistas. Que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares convoquem plenárias unificadas contra os aumentos das tarifas e pelo passe livre a todo estudante, idoso e desempregado. Unir categorias em luta em João Pessoa, bem como de outros motoristas como os de Recife, que também fizeram greve contra o atraso de salário no início do mês de janeiro. Defender os empregos dos rodoviários, sob a bandeira de fim da dupla função, que só serviu para demitir massivamente e superexplorar os que ainda estão trabalhando. Para combater a exploração dos capitalistas do transporte, é urgente a defesa da estatização do transporte sob controle dos trabalhadores e usuários. Contra o avanço da exploração capitalista, retomar a luta nas ruas contra as contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, e o pacote do governo Lula), que estão sendo aplicadas e avançam na destruição de direitos.

Rio Grande do Sul

Avança a privatização do DMAE

É urgente reagir

Os trabalhadores dos serviços públicos e a população de Porto Alegre, assim como de todo o Brasil, tem acumulado derrotas diante da ofensiva privatista dos governos sobre o serviço público estatal. A perda de empresas como a CEEE, a Corsan, a Sulgás, a Carris e a ameaça à Trensurb são exemplos claros dessa tendência. Agora, avança a passos largos a privatização do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) de Porto Alegre. Essa não é

uma realidade isolada do Rio Grande do Sul ou de Porto Alegre; é uma tendência nacional, evidenciada em estados como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde a precarização e a privatização dos serviços públicos têm sido a regra. No entanto, esses mesmos exemplos também mostram que a resistência é possível e necessária.

A privatização do DMAE não é um fenômeno local, nem resultado de uma política específica de um partido ou governo. É uma expressão da crise estrutural do capitalismo, que pressiona os governos, independentemente de sua orientação política, a adotar medidas de desmonte do Estado e entrega de serviços públicos ao setor privado. No caso do setor hídrico, a base legal para essa ofensiva foi estabelecida pelo marco do saneamento básico, aprovado durante o governo Bolsonaro e mantido pelo governo Lula, apesar das promessas de revogação feitas durante a campanha eleitoral. Essa continuidade revela a subordinação dos governos aos interesses do grande capital e do imperialismo, que pressionam pela privatização de setores estratégicos da economia.

As centrais sindicais e as direções dos sindicatos, que durante a campanha eleitoral mobilizaram os trabalhadores em apoio a Lula, prometendo a revogação das contrarreformas e o fim das privatizações, agora se veem diante de um governo que mantém as mesmas políticas de seu antecessor. Em vez de organizar a resistência, essas direções têm priorizado a manutenção da governabilidade, desviando a luta para métodos inócuos, como pressões parlamentares e atos virtuais, que não enfrentam de fato a ofensiva privatista. Essa postura contribui para manter os trabalhadores na passividade, impedindo a organização de uma resposta contundente.

É urgente reagir a essa situação. Precisamos exigir a realização de assembleias presenciais, onde os trabalhadores possam debater e decidir coletivamente os rumos da luta. Essas assembleias devem ser o ponto de partida para organizar um dia de luta em defesa do DMAE e dos serviços públicos, com greves e mobilizações que envolvam amplos setores da população. A defesa do DMAE não pode ser isolada; deve ser parte de uma luta mais ampla contra a privatização e a precarização dos serviços públicos em todo o estado e em todo o país.

Há que exigir que os sindicatos e centrais mobilizem suas bases e convoquem paralisações, ocupem as ruas e realizem grandes manifestações. Que rompam o imobilismo e a colaboração de classes.

A experiência histórica demonstra que somente a mobilização direta dos trabalhadores, organizada de forma independente e com um programa classista, pode enfrentar a ofensiva do capital. As direções sindicais burocratizadas, que priorizam a colaboração com os governos e a manutenção da ordem capitalista, na prática se colocam do lado dos privatistas. Cabe aos trabalhadores e à população organizada tomar as rédeas da resistência, construindo

uma frente única que una os sindicatos, os movimentos sociais, populares, estudantis e os explorados em geral.

A privatização do DMAE é mais um capítulo na longa história de ataques aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional. Mas também pode ser o ponto de partida para uma reação organizada e combativa, que mostre que os trabalhadores não estão dispostos a aceitar passivamente a destruição de seus direitos e a entrega do patrimônio público ao setor privado. A luta em defesa do DMAE deve ser o início de uma ampla mobilização contra a privatização e a precarização, em defesa do caráter público dos serviços sociais e dos nossos direitos.

NÃO HÁ NINGUÉM LUTANDO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

SIMPA ENTREGA DE BANDEJA O DMAE

A direção do Sindicato dos Municipais tem demonstrado uma postura completamente descompromissada com a luta contra a privatização do DMAE. Ao invés de organizar os trabalhadores, unificar as categorias e construir uma mobilização real contra o avanço da privatização, se limitam a fazer teatro na Câmara de Vereadores. Passam o tempo aplaudindo vereador, se colocando como se estivessem cumprindo um papel de oposição, mas, na prática, estão mais preocupados em servir de palanque para o PSOL do que em enfrentar o projeto privatista. O mais grave disso tudo é que, enquanto esse teatro se desenrola, o prefeito Sebastião Melo deixa claro que pode avançar com a privatização sem sequer passar pela Câmara, pois o projeto é do executivo. Ou seja, enquanto o sindicato finge que está lutando, o prefeito já segue com sua agenda, sem a menor resistência real. Uma direção sindical que, ao invés de organizar os trabalhadores para uma verdadeira ação, fica se ocupando com gestos vazios e trabalhando para promover partidos políticos, deixando os trabalhadores do DMAE e a população que utiliza seus serviços de mãos atadas diante de um processo de privatização que pode ser imposto de forma autoritária, não pode mais ser tolerada. A constituição de oposições nos sindicatos para enfrentar e varrer estas burocracias que se apropriam do aparato para benefício próprio não pode mais ser adiada.

São Paulo

Jardim Pantanal Zona Leste

O flagelo de todos os dias!

Os moradores do Jardim Pantanal, localizado no distrito Jardim Helena Zona Leste, estão submetidos às péssimas condições de vida. São lembrados somente em dois momentos. Primeiro, na época eleitoral, quando os politiquinhos, sejam de direita, ultradireita e centro-esquerda, vão até o Jardim Pantanal pedir votos. Visitam casa a casa, fazem discursos e prometem aliviar o sofrimento dos trabalhadores e da juventude. Segundo, quando chega o período de chuvas e o bairro é alagado. Os politiquinhos não perdem a oportunidade para fazer novas promessas para impedir a desgraça dos alagamentos. Não faltam também os representantes do governo, os especialistas do clima e os conhecedores dos problemas das margens do Tietê, que usam dos meios de comunicação para mostrar preocupação com os moradores. Mas tudo é um “faz de conta”.

Na época da caça de votos, Ricardo Nunes, candidato à reeleição, prometeu transformar o Jardim Pantanal em um lugar arborizado, com contenção das águas do Rio Tietê e com postos de saúde

e de escolas, bem como, criar uma política de assistência às duras condições das mulheres. Foi mais longe, requeitou sua promessa de construir um Pólder para evitar os alagamentos. Lembremos que essa construção foi prometida na enchente de 2023, prevista para ser concluída em 150 dias e estimada em R\$ 6 milhões. Dessa promessa ficou apenas a placa, que agora foi derrubada pela nova enchente.

Diante da nova catástrofe, a única resposta do prefeito foi pedir para os moradores, que perderam tudo, que saiam do local. Ricardo Nunes, temendo a reação da população, enviou seu vice, o ex-comandante a Rota Militar, o coronel Mello Araújo, para a tarefa de acalmar os moradores furiosos e apresentar a solução da prefeitura de remoção das famílias. No entanto, a sua presença foi recebida sob protestos.

Não tendo para onde ir, os moradores em meio ao lamaçal tentam limpar suas casas e pertences. Certamente, essa é mais uma lição negativa para o Jardim Pantanal.

Não há outra saída a não ser a organização da luta, independente dos politiquinhos e dos governantes. A exigência para a que a prefeitura resolva o problema dos alagamentos só pode se dar a partir da mobilização dos moradores do Jardim Pantanal, que de-

verá se unificar com os bairros vizinhos, que vivem a tragédia da falta de moradias, saúde, educação e empregos. Chega de promessa eleitoral! Constituir os comitês de luta nos bairros para exigir que os governantes atendam suas reivindicações.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária nos atos contra o desemprego de professores

O processo de atribuição de aulas e classes da rede estadual foi um dos mais ultrajantes e conturbados dos últimos anos para os professores. Após uma forte onda de fechamento de salas e turnos por parte do governo, milhares de professores contratados foram empurrados ao desemprego. Muitos efetivos antigos da rede ficaram adidos. O processo de recondução dos contratados e de realocação no PEI foi marcado pelo autoritarismo das gestões e Diretorias de Ensino.

Estima-se que houve uma redução de mais de 35% de aulas da área do núcleo comum, o que implica em redução de todas as disciplinas, em maior ou menor porcentagem, e desemprego para os professores. Esta realidade de falta de aulas, principalmente na área de humanas, ocorreu em todas as Diretorias de Ensino, principalmente na capital. Outro elemento que contribuiu com o desemprego ou subemprego foi a redução de uma aula por turno em todas as escolas, em virtude do aumento do tempo da hora-aula, que era de 45 minutos e passou para 50 minutos no diurno.

A Corrente Proletária acompanhou o processo de atribuição nas regiões e participou do ato centralizado em frente à Seduc. Defendeu a estabilidade para todos, contra o fechamento de salas e turnos e da EJA (Educação de Jovens e Adultos), pela reabertura das salas de aula fechadas e redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos. Colocou-se contra as atribuições de aulas virtuais. E criticou a direção da Apeoesp que se recusou a convocar uma assembleia para unificar a luta em todo o estado.

Como foi aprovado os atos nas regiões, a Corrente Proletária trabalhou para que os professores desempregados se manifestassem nas portas das diretorias de ensino.

Atos na região Oeste

A subseção da Apeoesp da região Oeste, Lapa e bairros vizinhos, convocou dois atos. Um no dia 3 e outro no dia 6. Ambos contra o desemprego. No ato do dia 6, foi distribuído um manifesto à população, denunciando o fechamento de escolas, a privatização e o desemprego. Os militantes da Corrente proletária intervieram reforçando a campanha do partido de “nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem desempregado”. “Nem professor desempregado, estabilidade a todos”. Lamentavelmente, além do governo dividir os professores (efetivos e contratados), os militantes da Articulação (PT), Resistência (PSOL) e PCB continuam boicotando os atos e manifestações convocados pela oposição que dirige a subseção. Isso só tem contribuído para enfraquecer o movimento.

Duas manifestações na Diretoria Leste 3

Desde o primeiro dia de atribuição de aulas, no mês de janeiro, na Leste 3, a Corrente Proletária vem denunciando a atribuição

virtual de aulas e classes. Não há transparência, os professores não ficam sabendo o saldo de aulas por disciplina, não conseguem fazer a “manifestação de interesse” etc.

A Corrente Proletária por duas vezes, juntamente com alguns professores, esteve na Diretoria de Ensino para cobrar explicações. Na primeira vez, a exigência era de que a atribuição de aulas fosse presencial e que fosse exposto o saldo de aulas. A resposta foi que a atribuição seria virtual, que havia poucas aulas das áreas de humanas, que só poderia atribuir um número menor de aulas para os professores com contrato aberto e que poderia aparecer mais aulas por conta das substituições, designações e projetos. Na segunda vez, o dirigente reafirmou o que os supervisores já haviam dito e acrescentou que a Leste 3 era a única região que ainda tem salas de EJA e que poderia abrir contrato de emergência para aulas não atribuídas.

Nessa ocasião, um membro da Executiva da Apeoesp (PSOL) chegou a elogiar o papel democrático do dirigente de receber o sindicato e convocou os professores desempregados a participarem da assembleia do dia 21 de março.

Coube à Corrente Proletária denunciar o fechamento de salas a cada bimestre feito pelos supervisores a mando do dirigente, o que provocou essa falta enorme de aulas, além dos elementos apontados como corte da grade, aumento do tempo da hora aula e a municipalização. Lembrou da luta contra o fechamento da EJA realizada no ano passado. Exigiu a reabertura das salas fechadas e o número máximo de 25 alunos.

O dirigente, por sua vez, concluiu que estava ali para cumprir as Resoluções da Seduc. Pediu que os professores apresentassem listas de alunos para abrir salas.

Como se vê, enquanto a direção da Apeoesp divide os professores por região para enfrentar o desemprego, o governo e seus porta-vozes se mantêm firmes no propósito do fechamento de salas e turnos, de demissão de professores e da farsa da realocação e recondução de professores praticada pelos diretores de escolas.

Cabe à vanguarda classista tomar em suas mãos a tarefa de organização dos professores para exigir a convocação imediata de uma assembleia estadual. O indicativo de greve, que faz parte do discurso da direção do sindicato, só terá sentido se houver o esforço para a organização imediata dos milhares de professores desempregados e subempregados. A assembleia de 21 de março, é tardia, pode ser o enterro dos movimentos que ocorrem nas regiões.



Sinpeem

Carta da Corrente Proletária/ POR à Plenária Sindical do dia 8/2 e aos educadores da rede municipal

Justificativa, propostas e método de luta

Companheiros(as),

Entendemos como uma boa iniciativa o chamado feito pela Coeduc (Sinpeem, Sedin e Sinesp) à Plenária Sindical do dia 8/2. Na convocatória, consta como justificativa a necessidade de responder às graves medidas impostas pelo governo Nunes. Correto, os ataques, a exemplo da perda da Jeif imposta aos readaptados, bem como a proposta de privatizar a gestão das escolas com baixos índices, são realmente muito duros, e devem ser respondidos com a mais ampla mobilização por parte dos trabalhadores.

Nós, da Corrente Proletária, no entanto, estamos impedidos de participar dessa Plenária, dada a realização de uma importante atividade de nossa organização política, marcada e organizada há bastante tempo. Nem por isso deixamos de apoiar a realização da Plenária. Pelo contrário, publicamos esta Carta com o intuito de contribuir com o debate e apresentar propostas de luta.

A Corrente Proletária tem feito uma campanha sistemática demonstrando a necessidade de que a categoria compreenda a raiz dos golpes desferidos pelo governo Nunes, e essa raiz se encontra na profunda crise do capitalismo. A retirada de direitos, o arrocho salarial, o avanço da privatização e da terceirização, a precarização das escolas, o crescimento da plataformização e do EaD, o fechamento do noturno e os ataques à EJA, a imposição do SP Integral, entre outras medidas, compõem, de conjunto, a resposta burguesa de desmonte da educação pública e precarização às condições de ensino e trabalho. Comparecem ao lado de outras ações, que recaem sobre outros setores, basta ver a deterioração da saúde pública.

Acontece, porém, que o município de SP não está isolado, a onda de destruição dos serviços públicos, do funcionalismo e dos direitos dos trabalhadores é bem mais abrangente, estende-se por todo o estado – governado pelo ultradireitista Tarcísio –, pelo país sob o comando do governo Lula. A venda da Sabesp, os leilões de escolas, o fechamento de salas e turnos e outras ações do governador possuem a mesma base, em última instância, do pacote antipopular de Haddad/Lula. Trata-se de uma política ditada pelo capital financeiro, que vem sendo implantada não só nos países capitalistas atrasados, mas também nas potências.

O capitalismo enfrenta o recrudescimento da crise de superprodução. Necessita destruir forças produtivas em larga escala, o que significa fechar fábricas, impor as guerras, golpear a força de trabalho etc. Isso ocorre porque as forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontram em contradição com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais. Um trágico exemplo está na transformação de Gaza em ruínas. A desfaçatez do imperialismo chega ao ponto de Trump, lado a lado com Netanyahu, declarar o interesse em anexar o território dos palestinos. Por trás de Trump e Netanyahu encontramos o capital financeiro.

É, portanto, o capital financeiro internacional quem determina os ataques à educação e aos serviços públicos em geral. São medidas que correspondem ao enxugamento neoliberal do Estado, o que, por sua vez, está ligado à necessidade de a burguesia impor o pagamento da extorsiva dívida pública. A dívida pública federal

cresceu 12,2% em 2024, chegando a R\$ 7,3 trilhões, segundo dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. A cada 1% que sobe a Selic, aumenta em R\$ 55 bilhões os gastos com a dívida pública. Não por acaso, metade do orçamento do Estado é destinado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida. Trata-se de uma soma absurda de valores drenados para os bolsos dos grandes capitalistas, que parasitam a economia nacional. Em suma, o problema vai além da ofensiva de Nunes sobre nossa categoria, que já é extremamente grave.

Daí a necessidade de que nossa resposta política extravase os limites da cidade de São Paulo e da educação. É a realidade que impõe a mais ampla unidade dos trabalhadores e da juventude, no campo da independência de classe. É preciso começar unificando a nossa luta com a dos estaduais. Estes acabam de passar pela atribuição de aulas mais caótica que já houve, milhares de professores contratados se encontram desempregados. Várias reivindicações da Apeoesp são comuns com as do Sinpeem, como a luta contra as privatizações, terceirizações, a defesa dos direitos etc.

É tarefa dessa Plenária aprovar o caminho da unidade e, para isso, precisa antecipar a assembleia da nossa categoria, marcada somente para março. Em março, o ataque sobre os readaptados já terá se consolidado, tornando mais difícil a sua revogação. Em março, Nunes provavelmente já terá avançado em seu intento privatista. Enfim, março será tarde demais. É necessário que a assembleia ocorra o quanto antes, para que os trabalhadores possam organizar a resistência coletiva. Mais do que isso: é necessário que a CNTe, as centrais sindicais e movimentos aprovechem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos de rua, como forma de preparar uma greve geral em defesa das reivindicações dos oprimidos.

E essa resistência tem de se dar com os métodos históricos de luta dos trabalhadores. Se não estiverem apoiados na mobilização massiva nas ruas, os recursos à Justiça burguesa, como tem divulgado a direção do Sinpeem, não terão a capacidade para reverter o ataque aos readaptados, assim como em relação às demais medidas contra a categoria tomadas pelos governos. A Justiça está a serviço dos governantes e da manutenção da exploração do trabalho. Está aí por que a nossa luta tem de ser com nossos próprios métodos.

Esperamos, então, que a Plenária aprove essas quatro resoluções: 1) unidade do funcionalismo municipal e estadual, e com os explorados em geral; 2) por um Dia Nacional de Luta, com paralisação; 3) antecipação da assembleia e 4) erguer o combate nas ruas, com o método da ação direta. É fundamental que essa Plenária esteja voltada à preparação da greve. Encerramos esta Carta afirmando a nossa disposição de trabalhar pela mobilização dos trabalhadores. Esperamos que as resoluções e o calendário de lutas aprovados contemplem essa necessidade, de organizar a categoria para a construção da maior e mais forte greve. Está aí o caminho da vitória!

São Paulo, 5 de fevereiro de 2025

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Ceará - Fortaleza

Balanço da campanha salarial do magistério

A campanha salarial da rede municipal foi encerrada no dia 04 de fevereiro após dois dias de paralisação e promessa do prefeito Evandro Leitão/PT de reenviar à Câmara a mensagem do reajuste de 6,27%, corrigida das atecnias verificadas. O reajuste do piso será extensivo aos inativos, pensionistas e assistentes da educação infantil além de retroativo a 1º de janeiro.

A prefeitura anunciou na véspera da assembleia da categoria, marcada para 29/01, que pagaria o piso. A direção aproveitou para fazer demagogia de que o reajuste foi arrancado graças à sua luta. Frente ao atendimento da reivindicação salarial, as possibilidades de greve foram descartadas e os demais pontos da pauta (fim do confisco dos aposentados, pagamento das pecúnias, recuperação dos direitos destruídos na licença prêmio e anuênio etc) empurrados para negociações futuras.

A democracia sindical teve de ser esmagada na assembleia com a imposição de falas de apenas 1 minuto para os ativistas e a oposição. A Corrente Proletária/POR interveio defendendo o salário vital e um calendário de lutas que levasse a categoria ao choque com a prefeitura.

A vitória de Evandro Leitão e a consequente volta do PT ao comando da prefeitura tem despertado certas ilusões nas bases sindicais o que tem permitido as manobras da burocracia colaboracionista. Curiosamente, a eleição de Evandro ascendeu rivalidades e disputas no interior dos reformistas. A direção do Sindiute tem se mostrado insatisfeita com o secretário de educação (o deputado federal do PT Idilvan Alencar) e parte da bancada petista na Câmara Municipal. Tem processado os conflitos internos no sentido de poupar Evandro e atacar o titular da SME.

A tarefa do momento é lutar contra o encerramento da campanha salarial. Sem a greve não será possível arrancar os demais pontos da pauta. A burocracia apresenta o calendário de reuniões com a SME/Prefeitura como um novo momento para novas conquistas, embora Evandro tenha reiteradas vezes se referido ao rombo de R\$ 4,6 bilhões, deixado pela gestão Sarto/PDT. É preciso rejeitar as manobras da direção e o apoio à gestão petista. É preciso realizar um trabalho de base, visitar escolas, defender a independência de classe e impulsionar a campanha pelo atendimento dos demais pontos da pauta com a luta nas ruas.

Rio Grande do Norte

Vergonhosa manobra da direção do Sinte-RN (PT) para postergar greve do magistério estadual

Os professores do estado iniciaram o ano letivo com mais um ataque do governo Fátima (PT/MBD). Diz que não repassará o Piso do Magistério de 2025 para toda a categoria, mas apenas para quem recebe abaixo do Piso Nacional. O Piso Nacional por 40 horas foi fixado em R\$ 4.867,77, muito abaixo do salário mínimo do Dieese, que é de R\$ 7.156,15. Somado a este ataque estão a suspensão, por decisão arbitrária do Tribunal de Justiça do RN, do pagamento do restante do retroativo de 2023, assim como a suspensão por parte do governo do retroativo de 2024.

Além disso, os professores temporários foram surpreendidos no final do ano passado e no final de janeiro, respectivamente, com o anúncio pelo governo de que não pagaria o décimo terceiro e o terço de férias. Para isso, o governo se baseou num entendimento de 2020 do STF, usando o subterfúgio de que esses direitos não estariam previstos no contrato dos temporários.

A governadora Fátima, professora, ex-dirigente do Sinte-RN, tem revelado o caráter burguês de seu governo. Assim, aplica a mesma política dos governos direitistas e ultradireitistas contra o magistério, que não acatam a Lei do Piso e o transforma em complemento do Piso, o que implica o não reajuste a todos os professores, incluindo os aposentados.

A direção do Sinte-RN, que inicialmente lavou as mãos sobre o problema dos temporários, também enrolou desde o início do ano para convocar a assembleia geral estadual, para discutir a campanha

salarial. A assembleia só foi chamada para o dia 11 de fevereiro, com paralisação.

A assembleia foi realizada no auditório do sindicato. Dezenas de professores amontoadas em um espaço pequeno, e uma parte do lado de fora, pois não cabia no sindicato. Isso mostra que a direção não apostava no elevado estado de ânimo da categoria. No entanto, os ataques do governo do PT eram grandes, que acabou provocando revolta dos professores.

Na assembleia, duas propostas estiveram presentes: 1) a da Corrente Proletária que defendia a greve a partir do dia 17; 2) a da burocracia do Sinte, que propunha um indicativo de greve para dia 21, para só iniciar a greve 72 horas depois, no dia 24. A categoria incorporou a proposta da Corrente Proletária e alguns professores passaram a defender o dia 17 como início da greve. A direção do Sinte tentou deslegitimar a proposta do dia 17 por não se enquadrar nos prazos da Lei de Greve. Os professores não se convenceram, uma vez que a proposta da CPE não ia contra o prazo legal de 72 horas para iniciar a greve.

A burocracia, após a votação, anunciou que por contraste venceu a proposta da direção do sindicato. Diante dos protestos da base, que não aceitou o resultado da votação, a direção do Sinte recuou e fez uma proposta supostamente "de consenso", de realizar uma assembleia dia 19, com indicativo de greve, e assim aprovou como se fosse a única proposta.

O embate em torno ao início da greve expressou duas táticas no movimento: uma governista de conciliação de classes, que busca postergar ao máximo a greve e dar chances para o governo; outra, a revolucionária, que expressa as tendências de luta da categoria, em um momento de profundo ataque e insatisfação.

Trata-se agora de fortalecer a assembleia do dia 19, intensificar a passagem nas escolas e buscar organizar uma vanguarda clasista em torno da Corrente Proletária, que expresse a política revolucionária diante do governo burguês e da tática governista da direção do Sinte-RN (PT).

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Rondônia

Primeiros passos do prefeito de Porto Velho, Leo Morais (Podemos), junto ao Sintero

No dia 03 de fevereiro, o prefeito Leo convocou os trabalhadores da educação do município para participar de encontro que se realizou em um templo evangélico da Assembleia de Deus. O evento foi indicado como o 1º Encontro de Servidores da Educação, representando a abertura oficial do ano letivo em Porto Velho.

Neste momento, o prefeito demagogo discursou sobre uma promessa de campanha em revogar a obrigatoriedade do ponto eletrônico. Disse que a implantação do Piso Nacional está sendo analisada pelas secretarias, mas sem prazo definido para a implementação. No entanto, durante sua campanha eleitoral se comprometeu com os trabalhadores em educação em atender às reivindicações relacionadas ao Piso e demais problemas salariais e resíduos atrasados deixados pelo prefeito Hildon Chaves. Até o momento, depois de quase dois meses na prefeitura, as promessas, como temos visto, foram deixadas de lado.

No dia 8 de fevereiro, ocorreu a reunião do prefeito com a burocracia do Sintero. Na reunião, o prefeito foi pedir para os burocratas que tenham calma, porque ainda está no início da gestão, se inteirando das reivindicações dos trabalhadores da educação.

Pediu que o Sintero apresentasse uma pauta de reindexações para 2025.

Como se vê, começa a mesma ladainha do prefeito anterior. Recebe a direção do sindicato, pede novamente a pauta de reivindicações e instituiu as negociações infundáveis.

A Corrente Proletária denuncia as manobras do prefeito e o servilismo da burocracia do Sintero. Exige que o sindicato organize, desde as escolas, a luta pelas reivindicações da categoria. Já ficou evidente que o prefeito não irá implantar o Piso, não reajustará os salários de acordo com a elevação do custo de vida e que não melhorará as condições de ensino e trabalho em Porto Velho. Por outro lado, a burocracia sindical já deu sinais que não enfrentará o prefeito. Daí a necessidade da pressão dos trabalhadores da educação. A direção do sindicato só vai se movimentar se houver uma forte pressão a partir das escolas. Nesse sentido, a Corrente Proletária chama os trabalhadores da educação a participarem de suas reuniões e iniciarem o trabalho de fortalecimento de uma oposição classista e independente dos governos.

O 16º Conselho Nacional de Entidades de Base da União Nacional dos Estudantes (CONEB/UNE) não cumpriu a tarefa de organizar a luta estudantil

Entre os dias 29/01 e 02/02, estudantes de todo o Brasil se reuniram para debater suas teses em um dos maiores eventos nacionais do movimento estudantil, o Conselho Nacional de Entidades de Base da União Nacional dos Estudantes (CONEB/UNE). Após 6 anos sem o Conselho, a 16ª edição do CONEB, que ocorreu em Recife, junto com a Bienal da UNE, com diversos shows em Recife e Olinda, com participação de milhares de pessoas, escancarou um grau de burocratização elevada, que reafirma a direção governista presente nas entidades.

O CONEB ocorre em uma conjuntura de graves ataques à educação e à juventude, que se agravaram nos governos de Temer e de Bolsonaro, e que o governo de frente ampla de Lula/PT dá continuidade, com uma política de arrocho fiscal (cortando verba da educação e de outros serviços públicos) e aplicação e aprovação de contrarreformas que ferem duramente a vida da juventude oprimida.

No cenário internacional, enfrentamos o avanço das tendências bélicas e continuidade das guerras na Ucrânia e Palestina. Diante disso, a tarefa do 16º CONEB era de organizar a juventude, sob o programa de reivindicações mais sentidas pela juventude e sob a política de independência de classe, sem ilusão no governo burguês de Lula. Defender os métodos próprios de organização e de luta, com a aprovação de um calendário de mobilização que aponte: as assembleias nas universidades e Institutos Federais, plenárias unificadas com os trabalhadores e desempregados, atos massivos de rua e greves que aponte a defesa da vida da juventude explorada, inclusive como forma de combater a exploração da jornada 6x1, tão mencionada durante o Conselho. É urgente que as pautas que tocam a juventude sejam vinculadas à luta anti-imperialista, necessária para derrubada das contrarreformas ditadas pelo capital financeiro, que financia o genocídio do povo palestino e a quem interessa a guerra na Ucrânia.

O que vimos foi a direção da UNE (majoritária UJS/PCdoB) conduzir um CONEB burocratizado e despolitizado. Com muitas atividades festivas, a direção da UNE utilizou o CONEB para desviar a atenção dos problemas centrais trazidos nas teses dos estudantes, mantendo a juventude entretida durante todo o evento e ignorando qualquer chance de se estruturar um calendário de lutas. Atividades culturais, como apoio para expressões artísticas e encontros sociais, são importantes para a juventude, porém, não é com esse propósito que tais atividades foram agendadas. E, sim, para afastar a base estudantil dos debates, evitando que se organizem e pensem criticamente no cenário político. Assim, a direção atua para manter o controle da entidade, que tem servido à política de blindagem do governo Lula/Alckmin.

16º CONEB sob direção burocrática da UJS (PCdoB) e Juventude do PT

Há mais de 40 anos, a UJS (União da Juventude Socialista/PCdoB) e, em segundo plano, o PT dirigem burocraticamente a UNE, o que faz com que a entidade não sirva aos interesses gerais dos estudantes. Ao chegar no evento, estudantes foram orientados a não participar de plenárias de oposição, nem receber nenhum panfleto que não fosse da UJS, o que fazia com que os estudantes ficassem com medo de interagir com outras pessoas que não estivessem com a camiseta ou identificadas como UJS. A JPT (Juventude do PT) cercou os militantes da CPE/POR para impedir a distribuição do nosso manifesto, afirmando que ali era a “base” deles, assim tratam os estudantes como gados em currais, utilizam o controle que possuem sob a estrutura do evento (alojamento, refeição e transporte) para manter os estudantes sob seu domínio.

A própria organização do Conselho é articulada para não elevar o nível político dos estudantes, assim, evitando que se choque com os interesses do governo Lula. Observa-se, no momento, que a entidade passa por um fortalecimento da política abertamente pró-governo – submissa e serviçal, enquanto o conjunto dos estudantes tem necessidades urgentes de realizar uma luta contra o governo. Mas, a direção governista escolhe arrastar os jovens para um campo ilusório, manipulando todas as chances de organização estudantil com festas, músicas e bebida. A tese da CPE responde a essas questões, exigindo que a UNE rompa com o governismo e se coloque no campo da oposição revolucionária ao governo Lula!

O retorno do CONEB após 6 anos foi marcado pela sua desorganização. O espaço não comportava o número de estudantes, que vieram de todo o país. As refeições limitadas deixaram diversos estudantes sem alimentos, e a qualidade da água colocava em risco a saúde dos participantes. Também foi disponibilizado aos estudantes banheiros químicos, que não atendia a demanda do CONEB, com a grande quantidade de estudantes, ficaram sujos e para utilizá-los era preciso enfrentar enormes filas. Estudantes sofreram perseguição política dentro dos espaços, sendo impedidos de se alimentar, de dormir ou de participar de atividades. Destaca-se ainda que os eventos festivos junto a grade de plenárias atrapalhou enormemente a concentração e disposição dos estudantes, que esgotavam sua energia nas festas, ignorando o real motivo da reunião do CONEB.

Na plenária final do CONEB, 15 moções foram consensuadas e votadas, divididas em 3 resoluções: educação; conjuntura; e movimento estudantil. Sem espaço para independentes, as falas foram divididas entre oposição e majoritárias, tendo entidades aliadas ao PSOL, como o Afronte/Resistência-PSOL, caminhando lado a lado com a diretoria da UNE. Parte das falas que criticaram a burocratização do evento não se dispuseram a pensar em métodos de organizar a luta, mostrando a fragilidade da oposição de esquerda dentro da UNE; enquanto outras repetiam as mesmas bandeiras com pouco ou nenhuma análise crítica. Entre as pautas, destacam-se: fim da escala 6x1; novo arcabouço fiscal; novo ensino médio; reforma universitária; e taxação dos super-ricos. O PT propôs e foi aprovado um pedido ao governo federal para realizar um plebiscito sobre escala 6x1 para setembro. Em nome do enfrentamento ao avanço da ultradireita, justificam-se todas as variantes de governismo, do PCdoB, PT, PSOL e UP. O enfraquecimento da Oposição de Esquerda, que já fazia uma política que não se diferenciava do ponto de vista programático, é a expressão organizativa dessa movimentação à direita do governo, seguida pelas correntes estalinistas e reformistas. As correntes que integram de forma minoritária a direção da UNE, acabam se adaptando aos métodos burocráticos. O PSTU, por meio da sua juventude, a Rebeldia, retornou à UNE após o fracasso da aventura divisionista que deu origem à Conlute e depois à ANEL, e tenta aglutinar as correntes de esquerda em torno à bandeira eleitoreira de Oposição de Esquerda ao governo Lula, sem sucesso.

O CONEB concluiu sem aprovação de um plano de lutas. Desta forma, os 5 dias de atividades não serviu para organizar a luta do próximo período. A direção da UNE é defensora do projeto

privatista para a Educação, baseado no PROUNI e FIES, e blinda o governo ao responsabilizar apenas o Congresso Nacional e o Banco Central pelos ataques ao povo e à Educação Pública. A bandeira de revogação do Novo Ensino Médio nunca foi empunhada seriamente pela UNE. Assim, o CONEB não serviu para aprovação de um calendário de mobilização, que indicasse a necessidade da construção dos atos massivos de rua.

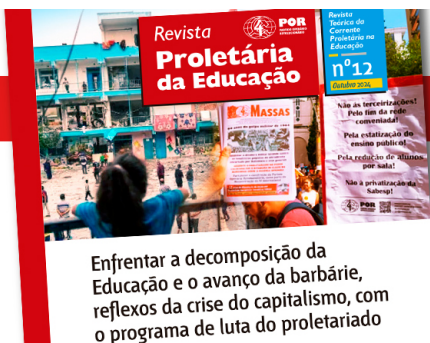
A direção da CUT esteve presente, assim como representantes sindicais e do VAT (Vida Além do Trabalho), mas isso não serviu para aprovação de um Dia Nacional de Luta, para derrubar a penosa escala 6x1, que é parte da contrarreforma trabalhista. Sem indicar o caminho da luta unificada nas ruas, estas direções só participaram do Conselho de Base da UNE para ressonar a política de conter o descontentamento das massas.

Atuação da CPE/POR – Defesa da independência política da UNE perante o governo Lula/AIckmin

O POR fez sua intervenção junto à Corrente Proletária Estudantil sob o chamado: “Para defender a juventude e o direito à Educação, a UNE precisa romper com o governo e organizar a luta contra o pacote de contrarreformas de Lula!”. Participamos com distribuição de manifesto, falas e montamos banca. Ainda convocamos e realizamos uma plenária da CPE, para discutir nossas teses e fazer um balanço político e organizativo do 16º CONEB, apontando a tarefa da juventude constituir uma fração classista e revolucionária contra a burocracia da UJS no interior da UNE.

Diante da divisão burocrática, onde a ala minoritária se submete às regras draconianas e aos métodos burocráticos, intervimos e puxamos as palavras de ordem para que todas as correntes que quisessem falar tivessem seu direito garantido. Gritamos “Eu vim de longe, quero falar/Não vim aqui só pra escutar”. Interpelamos as demais correntes para lutar contra o método da mesa, fomos ignorados. O debate se dividiu por alas (minoritárias e majoritárias), sendo 10 falas para a maioria e 4 falas para minoria. Quem fosse independente não poderia falar nos debates, pois para ter direito de fala deveria ser de uma dessas alas, independentes estavam censurados. Fomos impedidos de divulgar a nossa linha para a base estudantil durante o evento final, a primeira pela JPT (juventude do PT), que juntou 10 militantes, cercando os camaradas, gritando e empurrando para que nós saíssemos dali, afirmando que aquela era a base deles. Ou seja, a direção da UNE fala de defesa da democracia, mas não permite a democracia interna dentro da própria entidade.

Diante do limite das falas, um dirigente do PCBR quis substituir nossa fala pela deles. Recusamos e ainda conseguimos exigir da plenária que garantisse a fala da outra corrente. Segue a fala com a defesa da democracia operária: “Sou do partido operário revolucionário, [venho falar] pela corrente proletária estudantil, a CPE. E eu queria abrir minha fala, falando sobre a organização da mesa. A gente só tem 2 minutos para fazer uma fala de análise política. Isso é muito pouco. As falas das correntes [minoritária]



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.

são 4 falas e têm de se organizar para falar. Isso é muito pouco. A gente tem de pressionar para que tenha mais falas, para o debate fluir melhor. A camarada vem me falar que o debate tem hora para acabar, mas a gente já começou atrasado. Então garanta a fala das correntes que querem falar. O outro camarada tá querendo falar e não tá podendo. Eu falei "botem pro plenário, mandem pro plenário. Pra ver o que eles dizem" por uma fala só, de 2 min. Sobre o EAD, nós temos de ser contra a privatização da educação [superior]. Não podemos apoiar um convívio do ensino público com o particular. Pois essa balança vai pender favoravelmente para a educação privada. O convívio desses dois modelos de ensino causa um financiamento por parte do Estado ao ensino privatizado, ou seja, dinheiro que deveria ir para as instituições do Estado está sendo destinado ao setor empresarial da educação. Outro ponto importante é quanto ao acesso ao ensino superior, as leis e implementações de cotas foram um avanço para que negro, indígenas e demais minorias tivessem acesso a esse local, mas não deve se limitar a isso. Nossa luta deve ser pelo fim do vestibular, por livre acesso ao ensino superior. Só assim o ensino superior será democratizado de fato. Devemos ser contra a esse filtro".

São Paulo - ABC

Balanço e Perspectivas da Greve da Educação Federal

O POR participou da discussão do "Balanço e Perspectivas da Greve da Educação Federal", que ocorreu em 3 de fevereiro de 2025 na FADIR/UFGD e contou com a participação do SINTEF, CPE-SinTUFABC, ANDES-Regional Pantanal, DCE UFGD e Comitê de Apoio do AND. Sem dúvida, os balanços e debates são fundamentais para elevar a consciência de classe e preparar os próximos embates. Publicamos a seguir uma síntese da discussão.

Os servidores federais da educação chegaram em um quadro de cerca de 50% de perdas salariais inflacionárias acumuladas desde a última reposição devido há anos de ausência dos dissídios.

A FASUBRA-Sindical iniciou a greve em março de 2024 e foi a última a aprovar a saída da greve. O movimento grevista ocorreu após a aprovação do arcabouço fiscal, que estabeleceu o congelamento salarial para os servidores públicos federais em 2024. A greve cresceu com a adesão de outros sindicatos e categorias, o que favoreceu a realização de atos e atividades regionais, mas o movimento não se unificou de fato. À medida que uma entidade assinava o acordo, como o Proifes, depois ANDES-SN e SINASEFE, enfraquecia o movimento, de maneira que o divisionismo ajudou o governo.

Entre os TAEs, a grande pauta foi a Reestruturação do PCC-TAE, sob o discurso de superar o sucateamento da carreira vencendo o governo a atender "propostas factíveis" formuladas pelas entidades sindicais e de não ser "massa de manobra" reivindicando o reajuste linear para o conjunto do funcionalismo federal. Essa foi uma forma corporativista de desviar a luta em defesa da reposição integral das perdas salariais e por um salário-mínimo vital.

O método grevista, que é próprio da classe operária, a qual paralisa a cadeia de produção e afeta a economia imediatamente, foi descaracterizado com o corporativismo, a passividade e a virtualidade. Para comprometer os negócios da burguesia e uma greve da educação ser vitoriosa é necessário ganhar às ruas com ações massivas, o que praticamente não ocorreu nesta greve. Em uma clara atitude hipócrita, durante a greve, quando as direções sindicais buscaram sensibilizar as Reitorias, dezenas de gestões de IFEs chegaram a publicar notas de apoio à Proposta de Reestruturação do PCCTAE, mas na fase de implementação do Acordo de Greve estas mesmas Reitorias se colocaram contra a criação do cargo amplo de Auxiliar em Educação e apoiaram a ampliação da terceirização. Outro ponto destacado foi a projeção de lives e expedientes midiáticos, praticamente substituindo os Informes de Greve, retirando

Apesar do alto nível de burocratização o POR defende as intervenções nos espaços que servem para fortalecer a luta unificada dos estudantes. É urgente a necessidade da vanguarda estudantil construir uma fração classista e revolucionária no interior do movimento estudantil, para varrer a burocracia apodrecida da UJS e PT. Isso só é possível partindo das reivindicações mais sentidas da juventude explorada, que sofre com os ataques à educação, com o desemprego, subemprego, salários de fome e com o conjunto de contrarreformas que servem para piorar suas condições de vida.

A CPE/POR defende a unidade dos estudantes com a classe operária e demais explorados, que sob os métodos de luta próprios – sem nenhuma ilusão em governo e patrões, construa uma oposição revolucionária ao governo. Para combater o avanço oposto de ultradireita, é preciso convocar assembleias, plenárias unificadas, atos com bloqueios de ruas e avenidas para pôr abaixo as contrarreformas, e erguer uma luta que envolva entidades estudantis, centrais, sindicais e organizações populares na defesa do emprego, salário, educação e todos os direitos necessários para combater o avanço da miséria e da fome que alastra a maioria oprimida.

a profundidade das informações e favorecendo a política governista. As direções capitularam antes, durante e depois da greve, de maneira que o Termo de Acordo assinado no final da greve, atendendo o pedido do caudilho petista para que as burocracias sindicais tivessem a coragem de encerrar a greve, apenas selou a traição. Um exemplo recente, após a greve, foi a aprovação da solitação de prorrogação do prazo para implementação do Termo de Acordo pela própria FASUBRA-Sindical.

Os docentes da UFGD não entraram na greve de 2024. Localmente, houve pressão em relação ao calendário acadêmico e à suposta evasão para instituições privadas. Nacionalmente, porém, há um forte discurso antigreve entre os docentes universitários. Nos governos ultradireitistas argumentam que entrar em greve é suicídio e nos governos nacional-reformistas argumentam que a greve desestabiliza o governo.

Os estudantes da UFGD não entraram na greve de 2024, mas o DCE-UFGD pautou e propagandeou a greve de ocupação. Foi ressaltada a importância dos estudantes entrarem em greve com suas próprias reivindicações como forma de defender as condições de estudo e funcionamento da universidade, de massificar o movimento e de fortalecer a greve dos servidores, que em geral têm mais limitações políticas. Destacou-se a importância de unificar os três setores da universidade (estudantes, funcionários e professores) na greve e no cotidiano, reconhecendo a importância de eventos como este para unir setores avançados.

Avaliou-se que a greve foi positiva para mobilizar as massas, avançar no aprendizado e consciência e trazer mais pessoas para o caminho da luta, principalmente após o período de desarticulação e dispersão com a pandemia. A greve foi traída pelas direções sindicais e partidárias, o que colocou a necessidade de erguer oposições sindicais classistas e revolucionárias para constituir novas direções.

Por fim, em uma análise da situação política atual, afirmou-se que o governo burguês de frente ampla está derretendo pela sua própria política, como mostra a recente pesquisa que indica o aumento da sua desaprovção, sobretudo no nordeste, principal base eleitoral do caudilho. Colocou-se, ainda, a impotência do nacional-reformismo em combater as tendências golpistas oriundas do regime democrático-burguês, como comprovado historicamente. Eis por que é necessário unificar as massas para combater os banqueiros, latifundiários e militares que comandam o país.

Chapa da Oposição à Direção do SinTUFABC: o programa dita a conduta

A Greve Nacional dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) na UFABC em 2024 expôs o embate entre a direção sindical majoritária, que tentou impor sua política por cima das instâncias, e a oposição sindical, que se submeteu à soberania das assembleias. No 6º Congresso do SinTUFABC, novamente, reproduziu-se esse conflito.

Durante o 6º Congresso do SinTUFABC, correntes e ativistas opositoristas se reuniram para organizar o combate à burocracia sindical e discutir a construção de uma chapa unitária da oposição nas eleições à Coordenação Executiva do SinTUFABC. Nesta reunião, o grupo estabeleceu os seguintes princípios: defesa da democracia no sindicato, independência dos governos e reitorias, e combate à burocracia sindical, e criou um grupo de comunicação.

Na primeira reunião, após a articulação do grupo, ainda em dezembro, surgiu uma divergência quanto à proposição da Coletiva (agrupamento feminista de TAEs da UFABC) de que as mulheres deveriam encabeçar a chapa, isto é, ocupar as três candidaturas/vagas da Coordenação Geral. Foi agendada uma reunião para 7 de janeiro para debater a divergência e iniciar a discussão do programa da chapa, que não ocorreu.

No antepenúltimo dia do prazo de encerramento de inscrição de chapas, quando o grupo havia marcado para, finalmente, discutir o programa, a Coletiva apresentou um Código de Conduta (CC) para ser apreciado antes do programa. O POR se contrapôs a esse método defendendo a primazia da discussão programática, considerando o processo que vinha sendo construído e que o programa é o compromisso que todos os integrantes da chapa devem respeitar e levar adiante. A maioria, porém, decidiu iniciar a reunião pelo CC. Em nossa avaliação, essa decisão foi um equívoco, pois o CC impõe uma concepção política e programática restringindo e substituindo a discussão do programa.

Para o POR, o programa dita a conduta. A conduta de um/a sindicalista é determinada pelo conteúdo de classe da sua linha política. Durante a atual gestão do SinTUFABC e, principalmente, na greve, quando se expressaram divergências de classe, vimos que a direção sindical majoritária, que encarna o programa reformista da pequena-burguesia, tentou impor sua política por todos os métodos possíveis. Ao contrário disso, a política proletária se

impôs pelos seus métodos, baseados na soberania das assembleias e na ação direta coletiva. Não há moralismo pequeno-burguês que segure a conduta de um/a ativista. Aliás, o burocrata da atual direção majoritária que age sistematicamente de forma autoritária certamente não divergiria do CC.

Por fim, ressaltamos que a unidade da oposição é fundamental para reconstruir o SinTUFABC pela base e que a conformação de uma chapa unitária deve se dar sob a defesa intransigente da força de trabalho, o que depende, fundamentalmente, da democracia sindical e da independência dos governos e, nesse sentido, da unidade entre lutadores classistas.

Proposta de 20 itens principais para o programa da chapa

Serão estabelecidas 20 propostas principais, das quase 100 apresentadas na chapa, em função da Campanha Eleitoral. Abaixo apresentamos a contribuição da Corrente Proletária da Educação/POR..

Reivindicações

1. Cumprimento do Termo de Acordo N.º 11/2024. Implementação da jornada de trabalho de 30h semanais, para todos os TAEs; do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC); e demais conquistas;
 2. Ampliação das vagas de TAEs na UFABC e demais IFEs;
 3. Reorganização da Estrutura Organizacional da UFABC com participação direta da comunidade. Defesa da reabertura da Enfermaria da UFABC, com garantia das condições necessárias ao seu pleno funcionamento;
 4. Cumprimento da Lei N.º 8112/1990. Realização dos exames periódicos, pagamento dos adicionais ocupacionais e criação do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas;
 5. Direito irrestrito de greve;
 6. Estabilidade no emprego;
 7. Fim das discriminações raciais, sexuais, etárias, e regionais (trabalho igual, salário igual);
 8. Que nenhum(a) trabalhador(a), inclusive do funcionalismo público, receba menos que o salário-mínimo necessário calculado pelo Dieese;
 9. Fim das privatizações, das terceirizações e das medidas de ajuste fiscal, como limitações e cortes nas áreas sociais e contrarformas (trabalhista, previdenciária, educacional e administrativa) que retirem direitos da maioria oprimida para beneficiar a minoria capitalista;
 0. Sistema único de educação, público, gratuito, laico, voltado à produção social, com acesso universal em todos os níveis, financiado integralmente pelo Estado, e controlado pelos estudantes e trabalhadores!
- Método
1. Defender a independência diante dos governos e de toda a política burguesa;
 2. Reconhecer a soberania das assembleias dando encaminhamento às votações e deliberações;
 3. Defender a presença coletiva como aspecto incontornável da democracia e funcionamento sindicais;
 4. Construir a unidade na luta com as demais categorias da UFABC (terceirizados/as, docentes e estudantes) e retomar a participação ativa do SinTUFABC na Central Sindical à qual o SinTU-

R\$5

110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alekmin: percurso da luta na UFABC

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!

POR PARTIDO OBRIGADO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

FABC é filiado (CSP-Conlutas) e em outros espaços de unidade de ação, como o Fórum dos Trabalhadores do Setor Público de SP, para organizar a mobilização junto a outras categorias;

5. Exigir que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios de rua, como preparação da Greve Geral!

6. Organizar a frente única anti-imperialista! Pela autodeterminação dos povos! Pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos no mundo.

7. Promover Ciclos de Formação Política, inclusive debates preparatórios para o 7º Congresso do SinTUFABC;

8. Aprimorar a comunicação e transparência sindicais, reformulando os canais de comunicação, e retomando as Assembleias de Prestação de Contas;

9. Realizar reuniões semanais da Coord. Executiva;

10. Publicar, em intervalo no mínimo quadrimestral, uma edição do boletim ou jornal do SinTUFABC.

Campanha Salarial - Política Operária

O aguardado "reajuste" salarial dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal (SPFs) ainda não foi implementado. O pagamento ocorrerá somente em maio, quiçá em abril, com efeitos financeiros retroativos a janeiro, após a Sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 com votação prevista para março no Congresso. Observa-se que, em meio às greves da educação federal, como forma de minimizar o congelamento salarial em 2024, o Governo Lula/Alckmin adiantou a primeira parcela do "reajuste" salarial de maio para janeiro de 2025, ciente dos recorrentes atrasos na aprovação da LOA.

Agora as burocracias sindicais que não combatem à política econômica e fiscal do governo burguês de frente ampla posam de indignadas. Utilizam-se do método eleitoreiro de pressão parlamentar "exigindo", em palavras, a aprovação da LOA, e correções pontuais na MP N.º 1286/2024 visando, segundo elas, garantir o cumprimento dos acordos. Contudo, a MP decumpra o Termo de Acordo de Greve (TAG) dos TAEs, implementando medidas que não são pautas da categoria, como a eliminação de cargos vagos e a vagar para terceirizar suas funções, a eliminação do step constan-

te, a instituição de um percentual de reajuste salarial menor para TAEs médicos e médicos veterinários, dentre outras. A Reunião do GT PCCTAE de 23 de janeiro manteve essa tendência. A Greve do INSS em 2024 mostrou que, mesmo com respaldo jurídico, isoladamente não é possível quebrar a intransigência do governo com a aplicação da contrarreforma administrativa.

Em 20 de fevereiro ocorrerá a reunião da Mesa Central de Negociação Permanente que abrange o conjunto dos SPFs. É a primeira reunião após a trágica assinatura do Termo de Compromisso que foi imposto chantageando os trabalhadores a abrirem mão da Pauta Única de Reivindicações (PUR) e da Mesa Central. O governo já afirmou que não discutirá reajuste, eliminando a discussão sobre a reposição das perdas históricas. Tudo indica que sequer atenderá as reivindicações sem impacto financeiro, como a revogação do entulho autoritário. A Plenária da FASUBRA entre os dias 14 e 16 de março deve fazer um Balanço da Campanha Salarial e aprovar um Plano de Lutas com Dias de Mobilização, paralisações e bloqueios de ruas, buscando unificar a luta com as entidades sindicais e estudantis.

Há embates em curso em diversas instituições públicas. No INSS a FENASPS vem sendo obrigada a combater o novo Programa de Gestão e Desempenho (PGD) que impõe adesão compulsória e metas de produtividade abusivas. Setores do Sistema Petrobrás, por sua vez, vêm se mobilizando contra a restrição ao teletrabalho por parte das administrações. O governo precisou suspender a Fundação IBGE+, que é parte dos planos privatistas, devido à crise da ASSIBGE-SN com a Gestão do IBGE. O vergonhoso "Manifesto de solidariedade ao Presidente do IBGE Márcio Pochmann" assinado pela CUT, CTB, Intersindical-CCT, Frente Povo Sem Medo e outras organizações, expõe o grau de colaboracionismo das direções que agem como camisa de força da luta de classes.

Para mudar esse quadro é necessário um levante das massas. Um exemplo a ser seguido é o da recente vitória dos explorados no Pará. A ocupação da Secretaria da Educação do Pará por povos indígenas durante 23 dias, acompanhada de bloqueios de rodovias e de uma greve de professores, obrigou o Governador Helder Barbalho (MDB) a revogar a Lei N.º 10.820/24 que instituiu o Ensino à Distância (EaD) nas comunidades indígenas e revogou o Estatuto do Magistério. Essa experiência demonstrou, mais uma vez, que o caminho para os explorados conquistarem suas reivindicações é o da organização independente com os métodos da ação direta coletiva. Devemos confiar em nossas próprias forças e apenas nelas.

Balanço do 43º Congresso do ANDES: Governismo se divide, mas continua ditando rumos do movimento docente

De 27 a 31 de janeiro, aconteceu em Vitória-ES, o 43º Congresso do ANDES, reunindo 467 delegados e 127 observadores de 88 seções sindicais de universidades municipais, distrital, estaduais e federais, além de CEFETs e Institutos Federais. Somando com os diretores do sindicato nacional presentes, foram mais de 600 docentes reunidos em uma programação intensiva com plenárias e GTs pela manhã, tarde e noite, chegando às 23h59 do último dia. Tantas horas de debates e deliberações, porém, não levaram à aprovação de um verdadeiro plano de lutas capaz de colocar a categoria docente em movimento em defesa da Educação Pública, salários e direitos. Apesar de haver um acompanhamento detalhado sobre as novas medidas dos governos que afetam os trabalhadores e os serviços sociais o tempo coletivo é desperdiçado em debates formais. A diretoria, presente em todos os GTs monopoliza o tempo propondo emendas aos seus próprios textos, além de indicar a supressão sumária de tudo que venha dos setores opostos. Além disso, quanto mais o movimento docente se despo-

liza, mas crescem as tendências academicistas que resultam em um preciosismo nas formulações, sem que se debatam os métodos pelos quais conseguiremos revogar contrarreformas, defender o financiamento das instituições de ensino, combater o sistema da dívida, preservar a natureza e enfrentar as opressões.

Os frutos da Greve das Federais

Passados sete meses do fim da greve, os docentes ainda não receberam a reposição parcial de 9%, prometida para o salário de janeiro. O governo publicou em 31 de dezembro uma Medida Provisória com o conteúdo dos acordos com 38 categorias do funcionalismo federal, mas para que haja o pagamento, será necessária a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) por parte do Congresso Nacional, o que ainda não tem data para ocorrer. Além disso, a MP embutiu elementos da Reforma Administrativa.

Após uma forte greve, o movimento docente mostra-se em 2025 mais enfraquecido e em crise. A forma de encerramento com uma traição à categoria alimentou crises no interior de todas as correntes governistas e favoreceu a unidade das oposições à esquerda. Nas falas de conjuntura se manifestaram as principais linhas de balanço da greve que, por sua vez, revelam os diferentes matizes do governismo e o campo antigovernista. A atual diretoria tem a sua frente o coletivo Andes de Luta pela Base (ALB), composto até então pelo PSOL e PCB; a principal oposição é o Renova Andes, do PT. A novidade é que, desde o congresso de 2024, ALB e uma ala do Renova passaram a convergir, juntos se opuseram à deflagração da greve no primeiro semestre e chegaram ao fim da greve conspirando para dismantlar o movimento, em nome do governismo e eleitoralismo. Essa aproximação levou a uma cisão no Renova, precedida por troca de documentos públicos em que a ala majoritária, em torno da corrente O Trabalho passou a defender maior aproximação com a ALB que teria aprendido com o Renova a ser mais responsável e a “negociar”, defenderam como critério para compor a chapa para a diretoria que estivessem à frente dirigentes sindicais que atuaram na greve, marginalizando a ala mais pelega do petismo, que boicotou a greve. Na troca de documentos, revelou-se que Renova e ALB chegaram a cogitar se juntarem em uma única chapa, provavelmente não foram adiante pelas disputas aparelhistas. Ao fim do Congresso, após convenções eleitorais que aconteciam nos poucos intervalos do evento, o governismo saiu dividido em 3 chapas. A Chapa 1, da ALB sofreu um racha, pois o PCB se retirou apontando um hegemonismo do PSOL em uma carta em que critica a política recuada. O governismo cada vez mais acentuado do PSOL foi um fator de crise no interior dessa aliança, mas nota-se uma divisão burocrática, considerando a submissão do PCB ao longo dos últimos 10 anos. A informação dos dirigentes do PCB é de que não apoiarão nenhuma chapa. O PT, que na última eleição, em 2023, ficou em segundo lugar com uma diferença de apenas 1,81% nos votos em relação à diretoria eleita, compareceu dividido, resultando na chapa 2, da maioria do Renova e na chapa 4 com a denominada dissidência do Renova. As correntes de oposição à esquerda se uniram em torno da crítica ao governismo, agregando o coletivo Rosa Luxemburgo (com ex-dirigentes do ANDES e independentes, com uma linha heterogênea, mais próxima das correntes à esquerda do PSOL), CAEL/PSTU, CPE/POR e ART, essa unidade prática se desdobrou na Chapa 3 Andes-SN Classista e de Luta. Publicamos ao final dessa nota a transcrição da nossa fala de conjuntura.

Principais debates: greve e carreira

A resposta ao descumprimento do acordo de greve foi um dos temas em que se expressaram diferenças. A diretoria propôs que o setor das federais realizasse rodada de assembleias para avaliar a construção de uma greve, trata-se de um blefe, diante da recusa em mobilizar concretamente. Os setores do Renova queriam tirar a referência à palavra “greve”. Venceu a defesa da construção da greve. Nós da CPE, em outra proposta, defendemos a criação dos comitês de mobilização com estudantes, professores e técnicos e a unificação com instituições federais de ensino em cada cidade/estado, para conseguir dar corpo às mobilizações, que atualmente não passam de atos simbólicos em Brasília, para alimentar as redes sociais do sindicato. A diretoria atacou nossa proposta como “inócua”, que a criação de comitês só serviria para conjunturas pré-revolucionárias (!) ou que comitês são criados em momentos de “luta concreta”. Por trás do malabarismo verbal, revela-se a política imobilista, envernizada por um chamado à greve após o balde de água fria do dismantelamento da greve. Defendemos também que o ANDES fizesse um chamado público às centrais, sindicatos e movimentos por um Dia Nacional de Lutas, com bloqueios e pa-

realizações, em defesa dos empregos, salários e direitos. Obtivemos 101 votos nessas propostas, mas não foi o suficiente.

As direções governistas passaram a deslocar o debate para o tema do plano de carreiras, uma expressão do abandono da luta pela reposição das perdas inflacionárias, considerando que o acordo assinado até 2026 mantém o arrocho e as perspectivas para 2027 são de limitar os aumentos acima da inflação ao teto do arcabouço fiscal, atualmente 2,5%. Adaptam-se ao descumprimento, por parte dos governos em todos os níveis, do reajuste linear ao funcionalismo, alimentando ilusões corporativistas. A diretoria chegou ao Congresso com a proposição de um bizarro projeto de lei de Carreira, abandonando a referência do menor salário da categoria equivalente ao salário mínimo do DIEESE (bandeira que estava no ostracismo) e passando a adotar a referência do piso do magistério. Com isso, a proposta da diretoria para 20 horas, com a metade do valor do piso do magistério, levaria a uma redução do salário base. O pretexto era o de “unificar” com o magistério. Apontamos que se a busca era por unidade, não se deveria abandonar a referência do DIEESE que nos unifica com TODOS os trabalhadores do país ou do reajuste linear do funcionalismo, que nos unifica com TODOS os servidores públicos. Criticamos também o método de direcionar a luta para o parlamento, em um momento em que os governos aproveitam os planos de carreiras para implementar gradualmente a contrarreforma administrativa. Ante um grande rechaço, a diretoria se viu constrangida a retirar de pauta sua proposta de projeto de lei, embora tenha mantido a linha de rebaixamento do plano de carreiras.

No tema da política educacional, nossa proposta de defesa da Estatização da rede de educação privada, sem indenização, e criação de um sistema único público, gratuito, laico e vinculado à produção social, não conseguiu passar pelo filtro dos GTs. O debate se deu entre a integração do ANDES ao Fórum Nacional de Educação, rejeitada; e a proposta de construção de um novo Encontro Nacional de Educação (ENE), que perdeu por apenas 10 votos. O ANDES permanece em um certo limbo, não integra o FNE, órgão governamental que junta representações sindicais, setores empresariais e governo, subordinado à linha privatista, mas também não tentará mais construir um espaço unitário junto a outras entidades sindicais e estudantis da educação.

Outro tema polêmico foi a política para as Oposições. No 67º CONAD foi criado um grupo de trabalho dedicado às oposições, o GTO. Trata-se de uma forma de enfrentar a federação Proifes, criada no primeiro mandato de Lula para substituir o ANDES-SN. Como fruto do GTO, a diretoria chegou ao Congresso com uma proposta de mudança estatutária e do regimento eleitoral que foi aprovada e passa a considerar como parte do ANDES-SN as entidades sindicais que não se desmologaram formalmente, possibilitando que docentes da base do Proifes possam participar das eleições do sindicato nacional, além de poderem se filiar diretamente às secretarias regionais do ANDES-SN. A medida responde ao anseio de parte dessas bases que se rebelam contra o Proifes, como na UFBA, UFRN, UFG e UFSC e que denunciam os métodos fraudulentos de desvinculação. A decisão sobre esse tema que trará grandes mudanças, porém, ocorreu de forma açodada e cercada de muitas dúvidas a respeito das implicações políticas para a luta das oposições. O caminho do retorno por meio da luta política e vitória sindical, como ocorreu na UFSCAR e UFC, por mais que seja mais difícil, permanece como a forma mais sólida de combate a Proifes.

Propusemos a mudança estatutária para que a eleição da direção passasse a ser proporcional e as secretarias regionais fossem eleitas pelos docentes de cada região. São medidas democráticas que consideram o sindicato como uma organização de frente única, cuja direção deve expressar proporcionalmente a diversidade política existente. A discussão não conseguiu passar pelo filtro dos GTs.

Opressões

O debate sobre o combate às opressões tem ganhado cada vez mais destaque no âmbito sindical. Por um lado, essa realidade expressa uma crescente diversidade da categoria docente, resultante da aplicação de políticas afirmativas nas graduações, ampliando a presença de negros, indígenas, pessoas trans, pessoas com deficiência etc. Vemos, porém, como a condição geral de ataque ao orçamento das universidades e salários está levando a uma deterioração geral das condições de trabalho e alimenta-se a solução fragmentada e corporativa dos problemas. A promessa é de, por meio da visibilidade e representatividade, garantir políticas públicas de reparação das discriminações. Vemos, porém, que enquanto se mantiver a base material das opressões e discriminações, a propriedade privada dos meios de produção, mesmo que se conquistem ações afirmativas e legislações punitivas em relação às discriminações, essas mazelas seguirão existindo e se manifestando com maior força no cenário de contrarreformas, o que exige o fortalecimento da unidade entre os oprimidos. Por outro lado, o combate às opressões tem sido utilizado na luta política, para anular adversários em uma lógica de linchamento público. No 41º Congresso, um docente que criticou a proposta que trazia embutida a defesa de cotas para LGBTQIAP+ na diretoria sindical, considerando absurdo que as pessoas fossem obrigadas a tornar pública sua vida íntima, foi humilhado em público e obrigado a se retratar, tendo que declarar a uma plenário hostil, inclusive sua condição de homossexual. Desta, vez, um membro do PSOL/ALB, nitidamente irritado com as críticas da oposição ao governismo de sua corrente, usou o fato de um docente ter usado os termos “dissociação cognitiva” e “delírio” para fazer um discurso violento o acusando de “capacitismo”. O docente se desculpou em público e, mais uma vez, para conquistar o “perdão” teve que revelar sua condição de pessoa com transtornos mentais (autismo, TDAH e TOC).

O tema da Palestina, nesse congresso ficou em último plano, e a diretoria combateu a proposta de resolução que cobrava uma atuação mais efetiva, inclusive com a exigência de rompimento de convênios no âmbito das Universidades. Por mais que já haja liberações de adesão às campanhas de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), o sionismo tem tido o caminho livre para manter vínculos com as universidades brasileiras, inclusive com a recente divulgação da viagem de uma delegação de docentes de várias Universidades Federais, patrocinada pela Stand With Us, organização reconhecida por seu agressivo lobby pró-Israel e perseguição de apoiadores da causa palestina. Defendemos que as Centrais e sindicatos, dentre eles o ANDES-SN, fortaleçam os comitês de luta e os atos de rua contra o genocídio, que continua após a assinatura do cessar-fogo. É preciso uma resposta anti-imperialista pela autodeterminação do povo palestino.

Toda força à chapa 3 ANDES-SN Classista e de Luta: a única candidatura antigovernista

Na eleição de 2023, nós da CPE, junto com a ART, inscrevemos uma pré-candidatura à eleição do ANDES-SN. Diante da inviabilidade de compor a chapa com 83 nomes, em todo o país, com paridade de gênero, e pela diferenciação colocada pela chapa 2, do Rosa e CAEL, resolvemos nos posicionar pelo apoio crítico, pois não tinha havido plenárias abertas para construir a chapa e os materiais apenas defendiam a “independência” perante o governo Lula/Alckmin, sem afirmar a oposição a ele. A partir de 2024, com a construção da greve e denúncia de seu desmantelamento, houve uma aproximação prática entre as oposições, que resultou em um balanço crítico da greve, assinado por mais de 180 docentes. Sobre a base da crítica ao governismo, passamos a construir a chapa.



Nas primeiras plenárias, definimos os pontos programáticos. Ficou definido o posicionamento de oposição à esquerda do governo Lula, mesmo sem se definir pela “oposição revolucionária” defendida por nós, também não se formulou a “oposição de esquerda”. O CAEL/PSTU defendeu que nos comprometêssemos a propor o retorno do ANDES-SN à CSP-Conlutas. Nos opusemos, explicando que embora tenhamos combatido a saída do ANDES da Conlutas, por ser motivada pelo governismo e divisionismo, temos uma trajetória de crítica ao divisionismo que, inclusive, nos levou a ser contra a cisão da CUT e criação da Conlutas. Defendemos um congresso de unificação das centrais. A partir da votação saiu uma proposta que propunha “reabrir o debate sobre a filiação a uma central verdadeiramente classista e combater o divisionismo e fragmentação”, fomos contrários, por amalgamar distintas políticas. No tema da política educacional, defendemos nosso programa de estatização da rede privada e sistema único de ensino, combatido pelo Rosa e CAEL, contradizendo a defesa verbal do “socialismo” aprovada como primeiro ponto programático. Também demandamos o não uso da expressão de “classe trabalhadora”, por diluir a classe operária entre o conjunto de trabalhadores, mas perdemos no voto. Foram aprovados, por proposta nossa, a defesa do método da ação direta coletiva, contra a canalização das lutas para os meios virtuais e parlamentares; e como método de construção, a garantia da deliberação nas plenárias, por votação, e liberdade de crítica por parte das posições minoritárias. Defendemos a proporcionalidade, mas foi aprovada uma proposta atenuada de abrir esse debate no próximo congresso.

Na discussão sobre a composição da diretoria nacional (11 nomes principais, dentre os quais os do “triumvirato” com presidente, secretário-geral e tesoureiro) chegou-se a um impasse. O CAEL propôs um critério numérico, como um tipo de “proporcionalidade” em que cada agrupamento autoindicaria seus componentes, a partir de critérios definidos coletivamente. O coletivo Rosa se opôs, solicitando uma avaliação política. Reabriram-se antigas divergências entre o Rosa e o Militância Classista (MC), outro coletivo de oposição. Ante o impasse, houve tentativas de resolver por meio de reuniões da coordenação dos coletivos, defendemos que essas reuniões não substituíssem as plenárias, mesmo assim, houve um desvio momentâneo do debate para as cúpulas e bastidores, insistimos no retorno da plenária, que deveria decidir inclusive sobre o método de composição (autoindicação pelos coletivos em cotas definidas ou avaliação política). Durante o Congresso, realizamos uma primeira plenária, mas o Rosa decidiu não participar. Foram indicados os nomes para o “triumvirato”, pelo pouco tempo e por serem os únicos obrigatórios para a inscrição da pré-candi-

data, no último dia do Congresso. Houve debate político e a votação de 3 nomes em caráter provisório, considerando a decisão de continuar tentando a unidade com o Rosa. Nós da CPE não nos auto-indicamos para os cargos principais, considerando nosso caráter embrionário, porém, independentes e outras correntes nos indicaram, como reconhecimento pela atuação na greve e no debate sindical nos últimos anos, aceitamos a indicação. Obtivemos 24 votos, o indicado do CAEL teve 23, um segundo nome do CAEL teve 17 e um do Graúna (outro coletivo de oposição que resolveu ingressar às vésperas do Congresso) obteve 16. Ainda permaneceram as negociações para o ingresso do Rosa, que vendo a aplicação do método da avaliação, aceitou realizar uma nova plenária no dia da inscrição da chapa e indicou um nome, submetido ao debate coletivo, a candidata do Graúna retirou sua candidatura. Fechou-se assim a chapa com um docente do Rosa na presidência, um do CAEL como Secretário Geral e uma da CPE como tesoureira. Infelizmente não foi possível manter todos os coletivos, e MC e Graúna romperam. Consideramos que o compromisso de todos em subordinar as decisões das plenárias, que expresse um movimento de oposição e não apenas uma soma de correntes, teria evitado os desgastes e rupturas.

No último dia do Congresso, inscrevemos a chapa e a apresentamos, junto com dezenas de apoiadores no palco. O manifesto protocolado na inscrição pode ser conferido em <https://linktr.ee/andes.classista>. Temos agora o desafio de construir a chapa completa com os 83 nomes até 06 de março e deflagrar a campanha. O detalhamento das propostas certamente expressará diferentes concepções táticas e estratégicas, porém, para nós da CPE, mantido o método democrático da deliberação em plenária e a liberdade de crítica, é possível seguirmos unificados. Consideramos que é importante a existência de uma chapa que se confronte com as variantes do governismo. As eleições acontecerão nos dias 07 e 08 de maio. No âmbito do movimento docente nacional, seguiremos batalhando pela formação de uma fração revolucionária.

Fala de conjuntura da Corrente Proletária na Educação do 43º Congresso do ANDES-SN

Adaptamos o texto eliminando alguns traços de oralidade.

Eu vou apresentar a tese que nós construímos junto com os companheiros da Corrente Proletária na Educação, ela parte de uma caracterização que nós temos grandes desafios no próximo período, porque todas as tendências mostram que nós estamos enfrentando e continuaremos enfrentando profundos ataques à educação pública ao funcionalismo e às condições de trabalho e existência das maiorias exploradas e oprimidas. Nesse congresso, temos a tarefa de aprovar um verdadeiro plano de lutas, então a análise de conjuntura tem que estar completamente conectada com as decisões que nós vamos tomar, procurando garantir a nossa ação unitária como trabalhadores docentes e buscar a unidade com outros setores dos trabalhadores. Para isso não basta a gente analisar os elementos da conjuntura internacional e nacional, precisamos também fazer um balanço das nossas lutas no último período e um balanço da direção do sindicato para que a gente reflita sobre o tipo de direção que é necessário para a gente enfrentar essa conjuntura tão difícil de crise de direção. Nossa resposta precisa estar no campo da independência de classe, ou seja, frontalmente avessa a qualquer variante de governismo que nos amarre na necessária resposta a esses ataques que a gente está enfrentando.

Nossa tese parte da caracterização internacional de que a eleição do fascista Trump está expressando a decomposição do capitalismo e da democracia burguesa, no momento em que essas potências imperialistas estão tentando fazer uma nova partilha do mundo. É isso que se vê no desenvolvimento da guerra comercial

e também das tendências bélicas. Isso envolve a guerra da Ucrânia que está pra completar três anos e que sob Trump provavelmente vai se estabelecer uma paz, mas não aquela paz que expresse o internacionalismo proletário, na medida em que essa guerra ela foi provocada pelo cerco imperialista da OTAN à Rússia, mas foi respondida por Putin com os métodos burgueses de violar a autodeterminação do povo ucraniano, se caminha pra uma paz com anexações. Apesar das sanções que penalizaram tanto os trabalhadores no mundo, porque isso leva à alta do custo de vida, não houve uma resposta organizada do ponto de vista do internacionalismo, se ficou muito mais entre um alinhamento com a OTAN ou com Putin. Trump se direciona pra centrar as tendências bélicas no entorno da China, alimentando não só a guerra comercial, mas caminhando para esse enfrentamento bélico que traz grandes riscos de conflagrações entre potências nucleares.

O genocídio do povo palestino, a gente não pode deixar de falar dele, mostra a face mais cruel do Imperialismo, com a montanha de mortos e nós estamos nesse momento a poucos dias depois da assinatura do cessar fogo, mas não se tem nenhuma garantia de paz porque Israel já está violando os acordos. Por um lado esse cessar fogo expressa uma conquista parcial porque Israel não conseguiu eliminar o Hamas e ocupar o norte de Gaza mas ele está mostrando seu direcionamento para mais anexações de territórios na Cisjordânia e também nos países da região. Além de lutar pela libertação da Palestina e procurar desenvolver ações concretas é preciso saber que a resposta à libertação do povo palestino não vai vir de nenhuma ala da burguesia: obviamente não virá do Imperialismo estadunidense, não virá da ONU - que é responsável pela criação do problema -, não virá das burguesias nacionais árabes. É preciso ter uma resposta socialista ao problema da autodeterminação dos povos e precisamos seguir exigindo que as centrais e os sindicatos, inclusive o nosso sindicato nacional, realizem ações concretas porque há um descompasso: enquanto o genocídio prossegue e se acentua, os comitês e os atos de rua estão definindo. É preciso superar esse descompasso e é claro que o próprio Andes não é capaz de resolver toda essa crise no movimento sindical, mas que a gente possa contribuir pra fortalecer os comitês e os atos de rua para denunciar a continuidade desse genocídio que, apesar de cessar fogo, está colocada a continuidade desses planos.



Há uma conexão da conjuntura internacional e nacional, que mostra como a crise econômica alimenta as crises políticas e são vários os países que têm sido atravessados pelas crises políticas. Aqueles governos que alimentam ilusões de solucionar pela via eleitoral os problemas das massas levam a desilusões atrás de desilusões, vemos isso no Chile de Boric, na Argentina em que na sequência de um governo nacional-reformista do peronismo vem um Milei. As massas veem os governos que prometem solucionar seus problemas aplicando as mesmas contrarreformas, favorecendo o capital financeiro e se direcionam para saídas de ultradireita, como um voto de castigo. Isso está colocado também aqui no Brasil, as ameaças golpistas da ultradireita têm que ser levadas a sério. Se alguém duvidava disso vendo só o 8 de janeiro de 2022, a revelação dos planos inclusive para assassinar Lula mostram a gravidade dessas tendências golpistas e elas vão ser alimentadas quanto mais o governo se submeter ao capital financeiro e em nome da sustentação dos interesses dos credores da dívida pública e dos compromissos com a oligarquia política que domina o Congresso Nacional. Quanto mais o governo se submeter a esses interesses e atacar o povo, mais essas tendências fascistas vão encontrar terreno para se desenvolver no nosso país, por isso para combater a ultradireita golpista não se deve alimentar qualquer tendência governista. Não se pode cair na história de que se a gente lutar pelos nossos direitos, pelos nossos salários, a gente vai estar, de alguma maneira, fazendo o jogo da direita. Pelo contrário, para conseguir enfrentar de conjunto todos os ataques da burguesia, nós precisamos ter uma resposta com independência.

Apesar da simbologia da subida da rampa do governo Lula, com vários segmentos oprimidos, se comprova mais uma vez que

não há como conciliar interesses antagônicos. Apesar das promessas do governo de fazer com que todos ganhem, não há como conciliar os interesses dos patrões e dos trabalhadores. Apesar de alguns índices positivos na economia, eles são efêmeros e eles vem acompanhado de uma profunda precarização da vida dos trabalhadores, uma precarização insuportável. Nós temos uma oportunidade de colocar essa insatisfação em movimento no campo classista e da independência, por exemplo, na pauta do fim da escala 6x1 que ganhou repercussão de massas: o povo trabalhador está falando quão desumana é essa escala. Mas o que nós vemos também nessa pauta, que tem o potencial de colocar bandeiras históricas da luta pela redução da jornada sem redução do salário, da luta pela revogação da contrarreforma trabalhista? Qual é o movimento e esquerda? É um movimento de canalizar para o parlamento e esvaziar as ruas, então a gente precisa exigir que as centrais, os sindicatos e o nosso sindicato pode contribuir com esse chamado, que organizem um verdadeiro dia nacional de lutas para a gente derrubar esse pacote de contrarreformas que vai penalizar os setores mais empobrecidos da população que dependem do BPC, do salário mínimo, e que também tem consequências em relação ao corte no orçamento das áreas sociais e ao arrocho salarial do funcionalismo. Nós precisamos organizar essa luta unitária.

Também é muito importante a gente fazer o balanço da nossa greve, vou concluir com isso, que nós caracterizamos que houve o desmantelamento da nossa greve por conta do governismo, por conta uma unidade que se formou entre a diretoria, a partir do grupo da ALB com o Renova, que desmantelou a nossa greve e levou essa situação em que nós não temos nem mesmo a garantia do cumprimento desse acordo.

São Paulo - ABC

Abaixo a condenação de Aldo Santos! Não à criminalização das lutas e lutadores!

Condenado por improbidade administrativa, com perda de direitos políticos por cinco anos e multa de mais de um milhão de reais em valores atuais, dentre outras penas, em 9 de fevereiro de 2025, o professor Aldo Santos recebeu um mandado de intimação e penhora da sua residência e veículo.

O companheiro está sendo criminalizado por ter apoiado a Ocupação Santo Dias realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no terreno da Volkswagen em São Bernardo do Campo, quando era vereador pelo município em 2003.

O POR rechaça a perseguição e criminalização política dos lutadores, somando-se ao Comitê pela Anistia de Aldo dos Santos e Camila Alves. É necessário impulsionar uma grande campanha que imponha, pela força das massas, a derrubada dessa condena-

ção, pois trata-se de uma ação do Estado burguês contra a luta dos explorados em defesa de suas condições de vida!

Adquira com o distribuidor de Massas:

“A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.”

R\$5

Balanço da greve da USP
2018



A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pós-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

POR Partido Revolucionário MASSAS

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Nesta edição:

Declaração do CERQUI - O governo Trump está avançando com suas ameaças anexionistas, medidas de guerra comercial e perseguição de imigrantes, especialmente na América Latina;

Palestina – Frente única anti-imperialista para pôr abaixo os planos anexionistas de Trump!;

Bolívia - Acerca da discussão sobre os planos de ajuste econômico que devem ser aplicados na atual conjuntura de crise;

Chile - Os governos burgueses são sempre constituídos por tendências pequeno-burguesas, quer se autoproclamem de esquerda ou de direita;

Argentina - Unidade para derrotar a política do governo Milei;

Trotsky - 80 anos do Holocausto - O que é nacional-socialismo?;

33 anos da Dissolução da URSS – XVII Congresso do POR.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

O governo Trump está avançando com suas ameaças anexionistas, medidas de guerra comercial e perseguição de imigrantes, especialmente na América Latina

3 de fevereiro de 2025

Desde o show da cerimônia de posse, assinando uma série de decretos, Trump age com toda prepotência e intensidade, para impor por todos os meios suas políticas voltada a recuperar o papel hegemônico dos Estados Unidos. Usa todo o seu poder econômico e militar objetivando impor sua política imperial, que agravará a submissão e o atraso das semicolônias.

Imediatamente, Trump, se lançou à deportação em massa de imigrantes, aos quais acusou de cometer roubos, assassinatos e estupro, acusação contra os pobres que tentam entrar nos Estados Unidos por todos os meios em busca de trabalho. Os policiais invadem locais de trabalho e casas, procurando registros escolares. Concentram os prisioneiros por país de origem e os transportam por aviões em condições humilhantes, inclusive crianças. Vários países latino-americanos receberam esses aviões. E se não os aceitarem, como foi o caso da Colômbia, imediatamente é ameaçado com fortes sanções comerciais. A população latina ultrapassa 65 milhões de pessoas e há cerca de 11 milhões sem documentos, a grande maioria dos quais são mexicanos. Trump também emitiu uma ordem exigindo uma investigação completa de todos os 300.000 casos de asilo envolvendo venezuelanos. O objetivo dessa ofensiva, com todo o seu desdobramento repressivo, é disciplinar os trabalhadores, avisando-lhes que terão de suportar tempos difíceis para que os EUA recuperem sua grandeza.

Trump reiterou sua ofensiva expansionista, para recuperar o Canal do Panamá, “que nunca deveria ter sido devolvido” aos pa-

namenhos e que acusa de ser controlado pela China. Na realidade, 75% do uso do Canal são feitos pelos Estados Unidos transportando mercadorias entre as costas leste e oeste de seu país. Reitera a sua intenção de comprar a Groenlândia à Dinamarca ou de a ocupá-la pela força, afirmando que se trata de uma questão de segurança nacional, devido à exploração das rotas marítimas no Ártico e à exploração dos seus minerais. Insiste em seu discurso que o Canadá deve se juntar aos EUA e ser seu 51º estado. Ameaça intervir no México, acusando seu governo de manter relações com o narcotráfico.

EUA potenciam a guerra comercial aplicando altas tarifas alfandegárias com a desculpa de combater a entrada de fentanil em suas fronteiras, droga essa que causa a morte de dezenas de milhares de pessoas ao ano, combater os cartéis de drogas e combater a chegada de imigrantes. É claro que isso é uma desculpa, pois Trump insiste que “as taxas são inevitáveis”, porque os EUA precisam equilibrar sua balança comercial e aumentar a arrecadação de impostos, mesmo que isso resulte em uma inflação mais alta. Mas seu objetivo final é que as fábricas se desloquem e voltem a produzir em seu país, sem se preocupar em romper os acordos de integração econômica com o Canadá e o México, seus principais parceiros, que estão em vigor há 30 anos, quebrando as cadeias de suprimentos das fábricas, criando uma situação de maior caos na economia. A suspensão temporária, por 30 dias, da imposição de 25% das tarifas deve-se ao fato de os governos se terem comprometido a reforçar o controle migratório e a ajudar a impedir a entrada de fentanil. Mas o próprio Trump teve o cuidado de esclarecer que a suspensão das tarifas com o Canadá depende de que aceite um “novo acordo econômico final”.

O problema do fentanil é fundamentalmente um problema dos Estados Unidos, do grande capital envolvido com o narcotráfico, dos bancos por onde circulam os bilhões de dólares do negócio mais lucrativo.

Também ameaça o BRICS com tarifas pesadas se eles se atreverem a questionar o dólar como moeda para suas transações comerciais e tentarem promover outra moeda.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



A imposição destas medidas unilaterais, fortemente protecionistas, que rompem com todos os acordos e regras estabelecidas por eles mesmos, é produto de seu desespero para recuperar o seu papel predominante na economia mundial, mantendo a velha ordem constituída após a Segunda Guerra. Ainda pesa a grande crise de 2008-2009, que atingiu o coração de sua economia e da qual não conseguiu se recuperar. Essas medidas provocam um tremor na economia altamente globalizada e integrada, provocando quedas nas bolsas de valores e desvalorização das moedas locais.

Esta ofensiva abertamente colonialista encontra uma resistência crescente por parte da maioria oprimida que se sente subjogada e que compreende que todo este ataque se descarrega nas suas costas. A viagem do secretário de Estado Marco Rubio à América Central começou no Panamá, a resposta foram três dias de mobilizações de trabalhadores e estudantes, liderados pelo sindicato da construção, rechaçando sua presença e defendendo a soberania sobre o Canal, queimando bandeiras americanas e levantando a bandeira anti-imperialista “o que está no Panamá pertence aos panamenhos”. O governo reprimiu os protestos e, enquanto o presidente Melino falava sobre a defesa da soberania do Panamá sobre o Canal, anunciou que não renovará o acordo com a China no âmbito da Rota da Seda. Rubio exigiu “mudanças imediatas” sobre o Canal diante da suposta “influência e controle do Partido Comunista Chinês”.

Na Argentina houve uma extraordinária mobilização nacional com centenas de milhares nas ruas contra as políticas de Milei que reproduzem a orientação política de Trump e Elon Musk. Convocada sob a bandeira do “orgulho antifascista e antirracista”, teve um claro caráter anti-imperialista de rejeição a todos os ataques do governo e das grandes corporações.

A resistência às medidas racistas e repressivas também está aparecendo nos Estados Unidos. Alguns estados rejeitam as políticas migratórias, juízes rejeitam como inconstitucional negar nacionalidade a crianças nascidas nos Estados Unidos, rejeitam cortes na saúde e assistência aos setores mais desprotegidos. Nas igrejas e escolas há medidas para organizar a solidariedade com os perseguidos pelos ataques do Governo Federal. O governo federal ameaça os governadores que não aderirem à sua política cortando a ajuda financeira. Na Flórida, a economia está praticamente paralisada, principalmente nas áreas agrícolas, devido ao medo dos imigrantes em se locomoverem, em mandarem os filhos para a escola, em irem trabalhar, em procurarem os hospitais. Em Porto Rico, acontece a mesma coisa: agentes do Departamento de Imigração e Controle de Alfândega dos Estados Unidos (ICE) realizam incursões contra imigrantes, detendo dezenas de pessoas, especialmente dominicanos e haitianos. É evidente que a perseguição não é contra criminosos, mas contra trabalhadores. Os Estados Unidos estão impondo um regime repressivo de terror. Trump ordenou que as prisões de Guantánamo fossem colocadas em condições de abrigar as 30.000 pessoas mais perigosas. O sanguinário Nayib Bukele, presidente de El Salvador, serviçal dos Estados Unidos, ofereceu sua gigantesca prisão, a maior da América Latina, - Centro de Confinamento do Terrorismo (Cecot) - para que Trump enviase prisioneiros, contribuindo com uma pequena taxa. El Salvador é o país que exibe a maior número de encarcerados do mundo. Os governos latino-americanos que contribuem ativa ou passivamente com as medidas fascistas de Trump devem ser combatidos duramente pela classe operária e demais trabalhadores, impulsionado a luta anti-imperialista.

A maioria oprimida percebe em todos os países a magnitude do ataque que se aproxima. O extremo protecionismo dos EUA forçará outros países a adotar medidas semelhantes, afetando a economia como um todo e prejudicando especialmente as economias mais fracas. A China já respondeu com imposições tarifárias. E a Europa promete reagir no caso de ser atingida. Assim, a guerra comercial tende a se generalizar e elevar a sua temperatura.

Os governos burgueses da América Latina estão abalados com

o ataque aberto e têm de ensaiar uma resposta em defesa de sua soberania, enquanto se submetem aos ditames imperiais, traduzindo o alinhamento das burguesias nacionais com o capital financeiro, evitando ao máximo atritos e confrontos. É claro que não é falando que essa ofensiva pode ser interrompida. A presidente do México advertiu que resistirá e que são os Estados Unidos que fornecem armas poderosas aos cartéis de drogas, mas, ao mesmo tempo, cede a Trump, mobilizam 10.000 soldados da Guarda Nacional para controlar a migração na fronteira. É um teste duro para os governos nacional-reformistas forçados a dar respostas concretas a tal ameaça, que não se limitam aos discursos.

Se impõe a luta anti-imperialista em todo o continente para rejeitar taxativamente as políticas colonialistas, rejeitando a deportação de imigrantes. A migração é o produto do atraso, da pobreza e do desemprego nos países semicoloniais, portanto, provocado pela submissão ao imperialismo. Para rechaçar sua pretensão expansionista, defendendo o Canal do Panamá que deve permanecer nas mãos dos panamenhos; defendendo a Venezuela contra qualquer tentativa de impor outro presidente ao país, contrapondo-se ao aumento das sanções e do bloqueio a Cuba; rejeitando a instalação das bases militares dos EUA e da OTAN no continente; desconhecendo os programas do FMI e as dívidas; expulsando as multinacionais que saqueiam nosso território e se apoderaram de setores vitais da economia.

O encontro de Trump com o carniceiro Netanyahu, no dia 4, teve o objetivo de declarar que a intervenção e a matança na Faixa de Gaza somente terminarão com a liquidação do Hamas, a submissão do povo palestino e a anexação definitiva do que restou à nação oprimida. O chefe do imperialismo não se conteve em declarar que os Estados Unidos estão prontos para tomar conta da Faixa de Gaza, em nome de sua reconstrução. E ofereceu aos palestinos sua expulsão para países árabes. Indicou que recrudescerá os ataques ao Irã e aliados enquanto retomará o almejado Acordo de Abraão, que submete os países árabes associados ao objetivo de proteger o Estado sionista de Israel contra a resistência palestina. Netanyahu referiu-se a uma reconfiguração do Oriente Médio. Está posta, portanto, em marcha uma ampla ofensiva dos Estados Unidos contra a luta das nações oprimidas contra a dominação colonialista. Certamente, as massas árabes, persas e demais nacionalidades se verão diante da necessidade de resistir, lançando-se à resistência anti-imperialista.

A amplitude do combate é de ordem mundial. O que está refletindo o adiantado estado de putrefação do capitalismo da época imperialista, que é de transição ao socialismo. Tudo indica que a escalada militar não somente se manterá como recrudescerá. Está à vista dos explorado em todas as latitudes a rota de colisão dos Estados Unidos com a China.

A classe operária é chamada a desempenhar um papel de vanguarda, de caudilho nesta luta, com suas próprias bandeiras, com o programa da revolução social, com sua própria estratégia revolucionária. É urgente que resolva a crise de direção construindo partidos revolucionários em todos os países como parte do Partido mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional, a fim de assumir a direção das lutas que estão em andamento. Esta é a tarefa que enfrentamos desde o CERQUI e suas seções.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30

Abraham Leon
A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Publicamos abaixo o manifesto distribuído no ato da Palestina

Frente única anti-imperialista para pôr abaixo os planos anexionistas de Trump!

A libertação completa da Palestina será obra dos próprios palestinos e dos oprimidos do mundo todo!

Nos aproximamos do primeiro mês do acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas que, longe de representar um respiro para os palestinos, numa guerra que já vitimou aproximadamente 50 mil pessoas, se transformou em um período de permanência dos ataques, ainda que localizados. Ampliaram-se as ações de Israel na Cisjordânia. Consta-se o avanço do imperialismo em seu objetivo estratégico em relação ao Oriente Médio.

Donald Trump, desde que assumiu a presidência da República dos EUA em janeiro, lançou um conjunto de decretos que têm dado novo impulso à guerra comercial com a China, sendo um dos mais significativos aquele que eleva a taxa de exportações de aço para 25%. O Brasil será um dos principais atingidos pela medida. Trump defendeu o alinhamento da Europa com os EUA na guerra comercial contra a China e a elevação da contribuição dos membros da OTAN para 5%. Lançou também um conjunto de decretos relativos à chamada “pauta dos costumes”, atacando direitos conquistados pelos LGBTs. Deportou, com requintes de crueldade, centenas de imigrantes. Essas são apenas algumas das medidas que marcam o primeiro mês do novo governo estadunidense e que indicam os caminhos da crise mundial no próximo período.

Durante a visita do genocida Benjamin Netanyahu à Casa Branca, Trump expôs sua proposta de limpeza étnica. Apresentou um plano de remoção dos palestinos da Faixa de Gaza para sua reconstrução, sendo que não teriam o direito de retornar para suas casas. Segundo o republicano, não precisariam voltar porque seriam construídas casas melhores para eles, longe dali. afirmou ainda que Israel daria o controle de Gaza aos EUA depois do cessar-fogo. As afirmações trumpista repercutiram rapidamente na grande mídia. Diferentes governos declararam sua rejeição a tal plano temerário. Lula reativou sua declaração de que o que acontece na Palestina se trata de um genocídio e caracterizou as declarações de Trump como “bravatas”. Os países árabes, mesmo os aliados dos EUA, se colocaram contra. Em um encontro com o rei da Jordânia, Trump reafirmou seu plano e acrescentou que os dois milhões de palestinos seriam deslocados principalmente para o Egito e para a Jordânia. O Ministro das Relações Exteriores do Egito, Badr Abdelatty, disse ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, nesta segunda-feira (10), que os estados árabes rejeitam o plano de Donald Trump de assumir o controle de Gaza. O rei da Jordânia, Abdullah 2º, não confrontou diretamente o novo chefe do imperialismo, e se limitou a afirmar que “A questão é como fazer isso funcionar de uma forma que seja boa para todos”, uma resposta covarde, que se explica pela ameaça de Trump de manter bloqueada a ajuda econômica dos EUA à Jordânia, que tem servido nos últimos anos como um entreposto dos Estados Unidos para alocação de tropas e recursos no Oriente Médio.

Não existe forma boa para todos. A opressão do imperialismo sobre o Oriente Médio é de ordem histórica. Passou da dominação inglesa para a estadunidense no contexto da 2ª Guerra Mundial, sem que houvesse uma modificação da condição aos árabes e persas da região, especialmente aos palestinos. Pelo contrário, com a criação do Estado sionista, defendido pelo capital financeiro desde o século XIX, a opressão deu um salto. A oposição árabe logo

se desfez com o crescimento do poderio militar de Israel, apoiado sempre pelos Estados Unidos. Israel se tornou uma potência militar, que avançou sobre as terras palestinas guerra após guerra, acordo após acordo, ao longo de mais de 70 anos. Mas foi a partir de 7 de outubro de 2023 que seu plano anexionista ganhou um grande impulso. O plano de cessar-fogo de janeiro de 2025 se deu sobre a base de uma pilha de mortos, idosos, mulheres e crianças. Se deu sobre a base da destruição da infraestrutura e do retrocesso das forças produtivas palestinas, já amplamente estranguladas pelo cerco sionista. Os EUA foram o fiador do cessar-fogo, para em seguida se colocar como “comprador” das terras palestinas.

Como se vê, a eleição de Donald Trump, expressão fascitizante de uma fração da burguesia norte-americana, tem dado novo curso à crise capitalista, principalmente no que se refere à guerra comercial e às guerras de dominação. Em relação a Gaza, foram os democratas, liderados por Biden, que financiaram Israel com recursos e armamento para que este levasse a cabo seu plano de destruição. Atuaram de forma decisiva na proteção do Estado sionista contra as retaliações dos países aliados da Palestina colocando seus porta-aviões no Mediterrâneo. E completaram o apoio com sua ação política na ONU, onde bloquearam todas as tentativas de cessar-fogo e resoluções contrárias ao massacre.

A resposta à guerra de dominação na Faixa de Gaza, que é de responsabilidade principal dos EUA, mostrou, nos primeiros seis meses, o caminho para uma luta anti-imperialista internacional. Multidões tomaram as ruas em diversas cidades e marcharam com as bandeiras palestinas contra a matança em Gaza. Milhares de estudantes ocuparam suas universidades em apoio à causa palestina. No entanto, o curso dos acontecimentos fez com que a crise de direção se impusesse. Alimentaram-se as ilusões nas massas de que o conflito poderia ser resolvido pelas instituições da própria burguesia internacional, como a ONU, o TPI etc. Sem dúvida, as resoluções tomadas nesses organismos e as declarações desse ou daquele governo burguês serviram para ampliar a denúncia, mas não poderiam dar um curso progressivo para o problema, já que encontram-se amarrados pelos pés e pelas mãos ao poder econômico dos EUA. A resposta internacional refluuiu. As manifestações se tornaram isoladas e as ocupações foram duramente reprimidas pelos governos. Foi diante desse retrocesso da luta que os planos do imperialismo foram se impondo.

A classe operária internacional, os demais trabalhadores, os estudantes e todos aqueles que se colocam ao lado dos palestinos estão diante da necessidade urgente de retomar o caminho da luta através das grandes manifestações, das greves, bloqueios e ocupações. É preciso aprender com a experiência e abandonar as ilusões nas instituições da burguesia. A tarefa de formar uma frente única anti-imperialista retoma toda sua força diante da revelação nua e crua dos planos do imperialismo de anexar completamente a Palestina, transformando-a no que se está chamando de “Riviera do Oriente Médio”.

No Brasil, a bandeira que exige do governo Lula o rompimento das relações econômicas e diplomáticas com Israel ganhou grande projeção, mas não pode ser entendida da mesma forma que há 16

meses. Hoje, serve muito mais como denúncia da passividade do governo petista do que de caminho para apoiar a luta dos palestinos. O governo seguiu seus negócios com Israel, enquanto Lula se limitou às bravatas, sem nenhuma implicação prática. Somente no terreno da luta de classes, com greves, ocupações e outras movimentações é que se poderia impor ao governo o corte de relações com o Estado sionista. O governo das direções sindicais, no entanto, pesou para o lado da passividade.

Diante da ofensiva imperialista sobre o Oriente Médio, é preciso levantar bem alto as bandeiras que unificam os explorados do mundo todo em defesa da autodeterminação da Palestina.

Abaixo os planos anexionistas de Trump!

Que os EUA e Israel tirem suas mãos sujas de sangue da Palestina!

Por uma Frente Única Anti-imperialista, organizada desde os sindicatos e organizações dos trabalhadores para responder aos planos dos Estados Unidos!

Por uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Bolívia

Acerca da discussão sobre os planos de ajuste econômico que devem ser aplicados na atual conjuntura de crise

Na hora de discutir as questões sobre a política econômica que corresponde aplicar, não devemos perder de vista o fato de que a atual crise capitalista é estrutural, não apenas do “modelo do MAS”, como a velha direita pretende se acredite. É uma crise do sistema capitalista em escala mundial, em que as forças produtivas são estranguladas e destruídas quando colidem com as fronteiras nacionais e com as relações de produção baseadas na grande propriedade privada burguesa dos meios de produção. Isso se expressa na intensificação da guerra comercial e sua transformação em confrontos armados e conflitos sociais que atravessam o mundo.

Em matéria econômica não há medidas puramente técnicas, todas as medidas econômicas, ainda mais aquelas destinadas a evitar os efeitos da crise, têm um conteúdo de classe, respondem a certos interesses que estão relacionados aos interesses da classe dominante ou de algum setor dela que está em posição de impor suas “soluções”, sacrificando outros setores mais fracos, dadas as condições da crise. A este respeito, é ilustrativo observar como a burguesia imperialista norte-americana submeteu a economia europeia aos seus interesses, impondo condições adversas para o desenvolvimento de certos setores da burguesia europeia.

Mas, em geral, todas as variantes da política econômica burguesa na atual conjuntura visam buscar como aplicar medidas de “ajuste” ao custo de descarregar a crise sobre a classe operária, as nações oprimidas e a maioria empobrecida do planeta, ao mesmo tempo em que concede amplas vantagens para a livre ação dos grandes capitais, que são potências à custa da destruição dos menores.

As possibilidades de um plano burguês de ação econômica destinado a aliviar as consequências da crise com base num amplo programa de reformas sociais são limitadas, dada a magnitude da crise atual. Os Estados burgueses sobrecarregados pela dívida interna e externa, pela contração de seus recursos e pela recessão econômica mundial não têm recursos suficientes para sustentar os velhos programas de assistência social e atenção aos serviços de saúde, educação e renda da velha geração que não pode mais trabalhar.

Na atual conjuntura, a política econômica burguesa visa acelerar esse processo de destruição das forças produtivas para dar origem a um rearranjo na redistribuição do mundo entre o grande capital. Essa política está disfarçada por trás de uma suposta “luta pela liberdade” contra o “totalitarismo estatista” que, de má-fé, é apresentado como sinônimo de socialismo. O fato de que o retorno do capitalismo de livre mercado não é possível na época da economia mundial dominada pelo capital financeiro imperialista

(multinacionais) é deliberadamente ocultado. “Liberalismo econômico” nesta época significa apenas preparar os pequenos para a festa dos grandes.

Os partidos burgueses da velha direita (Tutos, Dorias etc.) e da nova direita boliviana (MAS) não têm capacidade para propor nada além do prato requeimado do velho e fracassado programa neoliberal. Nenhum se atreve a formular propostas destinadas à defesa de interesses nacionais e populares. O chamado “processo de mudança” do MAS, apesar do período excepcional de prosperidade econômica, não conseguiu fortalecer uma poderosa burguesia nacional que dispute espaços com o imperialismo no mercado mundial. Nessas eleições, confirma-se mais uma vez o caráter submisso e servil da raquítica classe dominante boliviana, expresso no variegado espectro de partidos burgueses, incluindo o MAS (evistas e arcistas).

A formulação de um plano econômico que corresponda aos interesses operários, nacionais e populares, só pode vir de baixo, das fileiras do movimento operário organizado, cujo conteúdo deve começar reivindicando o estatismo protecionista, concebido como uma mola que projeta ações econômicas para a socialização completa dos meios de produção e o planejamento da economia voltado para a superação da fome, o atraso e a exploração do homem pelo homem. Deve ficar claro que um plano como este só pode ter sucesso se o Estado passar para as mãos do proletariado e for projetado para a constituição dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, porque, como ensina a experiência, a estatização nas mãos do Estado burguês acaba encharcada na corrupção, ineficiência e destruição das conquistas sociais, além de que é impossível construir o socialismo em um único país.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2824, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

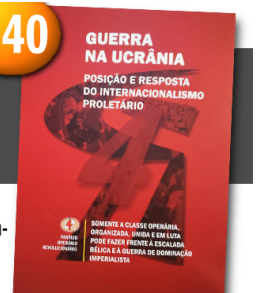
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICIÓN E RESPUESTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Chile

Os governos burgueses são sempre constituídos por tendências pequeno-burguesas, quer se autoproclamem de esquerda ou de direita

Em 53 anos, tivemos governos burgueses que prometeram criar o socialismo por meio de leis burguesas, mantendo a propriedade privada dos meios de produção; um governo de ditadura militar que eliminou fisicamente a vanguarda operária, bem como destruiu a propriedade nacional das riquezas mineiras, pesqueiras e florestais favorecendo a submissão ao imperialismo norte-americano e eliminando toda a indústria manufatureira. Assim, o Chile mantém um minúsculo proletariado mineiro, pesqueiro, florestal e agroindustrial, perpetuando o atraso econômico nos marcos da sociedade capitalista.

O Chile não é tão somente um país dependente, mas um país esmagado pelo capital financeiro imperialista. Que não só se apropria dos recursos naturais, mas também aumenta a superexploração de todos os trabalhadores. Saqueia os fundos previdenciários, fruto do seu trabalho para se protegerem na velhice, ou seja, a segurança social que permita a todo operário e trabalhador viver após os longos anos de labuta durante os quais contribuiu na sua juventude.

Na ditadura militar fascista de Pinochet, chegaram os economistas formados nos Estados Unidos, chamados de Chicago boys, entre os quais se destacou José Piñera, irmão do Presidente da República Sebastián. Durante o seu governo, houve uma rebelião popular. A repressão foi brutal: pessoas torturadas e mortes de muitos manifestantes. São crimes que não podem prescrever, segundo as próprias leis burguesas, que os consideram como “crimes contra a humanidade”. Foi o que se passou também, anteriormente, durante a ditadura militar fascista.

Todas as frações da politicagem burguesa, diante rebelião popular e da sanguinária repressão, assinaram um acordo pela paz e não violência, do qual participou Ga-

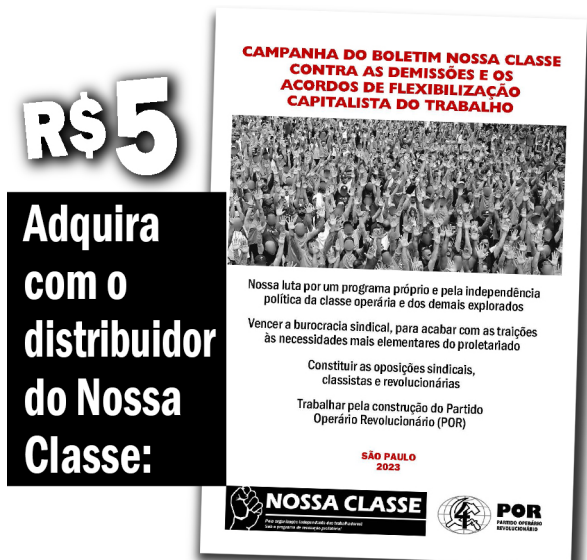
briel Boric. Num acordo com o ex-presidente Piñera, Boric, se eleito presidente, se comprometeu a anular os processos contra o ex-presidente acusado de crimes muito graves. Boric mais do que cumpriu, da mesma forma que, neste momento, o faz ratificando as políticas trabalhista e previdenciárias de José Piñera, irmão do ex presidente, aquele que, na ditadura militar, colocou todo o seu servilismo para aprender na escola de Milton Fredman, com a ideia e criação do sistema de “capitalização individual” dos fundos de pensão contra o sistema de repartição simples estabelecido pela constituição de 1925, que já não era um grande benefício, mas, era melhor do que o sistema atual.

A capitalização é um escárnio aos trabalhadores, sejam proletários, funcionários públicos ou trabalhadores em geral. O proletariado é a classe que mantém o sistema de capitalização privada. A poupança não é um bem para ser capitalizada, mas para manter vivo o trabalhador depois de ter servido à classe burguesa. Do mesmo modo, o termo “indústria previdenciária” é, na verdade, a indústria de um roubo institucionalizado dos fundos de pensão, produto do trabalho humano. Trata-se de uma indústria do roubo. Quando se cometem violações aos direitos fundamentais dos explorados, não se consideram crimes, mas respeitadores das leis criadas por outros criminosos, mais poderosos, os magnatas do decadente sistema de produção capitalista.

Criminosos que se gabam de roubar as economias dos trabalhadores, como os Administradores dos Fundos de Previdência. O atual governo pró-imperialista, liderado por Boric, através de uma coalizão formada pela pequena burguesia da Frente Ampla e o PCCH estalinista-aburguesado, aprovou uma reforma previdenciária sob medida em conformidade com a burguesia, proprietária dos Fundos de Previdência Social chilenos. Uma reforma que fortalece esse nefasto instrumento de espoliação da poupança, resultado de décadas de trabalho, é posto a serviço da burguesia parasitária exploradora e decadente.

A libertação de todos os trabalhadores do país só será resolvida pela expropriação dos meios de produção privados e sua transformação em propriedade social, colocados a serviço de todos os seres humanos. Essa é via para acabar com o governo burguês que se põe a serviço dos ladrões capitalistas e seus políticos de turno, que agem diretamente contra a classe operária e contra todos os trabalhadores da nação. Construamos o Partido Operário Revolucionário contra o sistema capitalista em unidade e voltado à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, isto é, à reconstrução da Quarta Internacional, com base no marxismo-leninismo-trotskismo.

(Nota extraída do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)



R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

CAMPAÑA DO BOLETIM NOSSA CLASSE CONTRA AS DEMISSÕES E OS ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO

Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as trações às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO 2023

NOSSA CLASSE

POR

Argentina

Publicamos abaixo a Declaração do Partido Operário Revolucionário, distribuído no ato contra as medidas obscurantistas do governo Milei

Unidade para derrotar a política do governo Milei

Enorme resposta às provocações fascistas de Milei. Assembleias massivas repudiaram seu discurso, debateram como organizar o protesto generalizado em todo o país e ganhar as ruas com uma convocação massiva e imediata. Numerosas organizações sindicais, sociais e políticas se juntaram à mobilização. O inimigo é Milei e seu governo, que concentra todos os ataques. Claro que é uma luta política. Esta resposta multitudinária não visa pressionar por esta ou aquela lei ou por uma medida específica - expressa a necessidade de responder a todos os ataques de conjunto.

O discurso violento em Davos é coerente com sua política de ataque permanente à saúde e à educação, com dezenas de milhares de demissões no Estado, nas repartições públicas, paralisação total das obras públicas, fechamento de refeitórios, ataque aos salários e aposentadorias, abertura indiscriminada de importações, fechamento de fábricas, suspensões, redução ou eliminação de locais de memória e setores dedicados à preservação de documentos e continuidade das investigações sobre os crimes da ditadura; com a pilhagem da economia e a eliminação completa de regulamentações e controles sobre os capitalistas mais poderosos. É coerente com seus protocolos repressivos desde o primeiro minuto, suas ameaças e pressão permanente contra aqueles que não se disciplinam. Desde antes que assumisse o cargo, o POR caracterizou que seria um regime de ditadura civil, que, mesmo que tivesse milhões de votos, governaria para um punhado de banqueiros e empresários, para o FMI, para o setor mais rico e concentrado da economia.

O ajuste violento e repressivo, a negação dos direitos mais elementares, visa agradar o capital financeiro a todo custo, é um experimento das grandes corporações nacionais e estrangeiras para verificar até onde se pode chegar com o sofrimento das massas, indo até o fundo, arrebatando todas as conquistas, retrocedendo as condições de vida e trabalho da imensa maioria, empobrecendo e esfomeando.

É a confirmação do fracasso e da decadência da burguesia, em todas as suas expressões, que não pode resolver sua crise e decomposição, que nos leva à barbárie. O discurso fascista é também a demonstração do fracasso e esgotamento da democracia burguesa em que foi concebido. Foi nos meios de comunicação de massa do grande capital, nos próprios partidos que lhe forneceram candidatos, recursos, fiscais, para poder participar das eleições; nos poderosos empresários que também colocaram seus ovos na cesta de Massa e Bullrich. Está se tornando cada vez mais claro que a democracia burguesa é uma das formas da ditadura do capital que agora está se mostrando sem disfarce.

Essa expressão selvagem também expressa a impotência diante de mais outro fracasso das receitas econômicas que tentaram várias vezes nas últimas décadas. Sua política está vazando por toda parte, estão desesperados e só se lhes ocorre descarregá-la nas costas dos oprimidos com mais e mais ajustes.

Para derrotar todos esses ataques é preciso ganhar as ruas e também a greve, os trabalhadores têm o poder de paralisar o país para golpear como um único punho. Os sindicatos e as centrais devem levar essa luta juntos, abandonando sua cúmplice passividade. É preciso voltar ao caminho do ano passado, o da luta de classes, é o único idioma que entendem, que os fará retroceder.

Para preparar a luta é necessário realizar assembleias nos locais de trabalho, nos bairros, nos locais de estudo, nas praças, para garantir a presença e a participação massivas, restabelecer todos os laços entre os oprimidos, desencorajando qualquer ilusão nas eleições ou no Congresso. O Congresso aprovou as piores leis contra o país e é incapaz de limitar a prepotência ditatorial do governo.

Milei é a expressão local de um fenômeno internacional, de crescimento de tendências de ultradireita, impulsionado por setores altamente concentrados do capital que têm um denominador comum: a perseguição aos imigrantes, perseguição e criminalização daqueles que resistem, destruição de suas organizações sindicais e sociais, liquidação de todos os direitos das massas, promoção da discriminação e o ódio contra toda expressão crítica, eliminação de todas as políticas de proteção aos setores mais empobrecidos da sociedade. Na raiz dessa política, está a decomposição capitalista, um sistema que não pode ser reformado, melhorado ou humanizado.

A mais ampla unidade é necessária para a luta, para ganhar as ruas massivamente, para preparar a greve geral, há que debater a lista de reivindicações que concentre todas as reivindicações sociais, democráticas, anti-imperialistas. Temos de debater como nos preparamos para governar, como os oprimidos, liderados pela classe operária, tomam as rédeas do país para impedir que nos afundem na barbárie, como erguer uma frente anti-imperialista que encarne este programa.

Só conheceremos a verdadeira democracia quando tivermos acabado com o domínio do FMI e das multinacionais, quando tivermos acabado com as corporações que controlam as molas vitais da economia. Quando os principais meios de produção sejam socializados, cortando pela raiz as bases materiais do fascismo.

É o capitalismo em decomposição que gera flagelos como o Milei, Trump ou Musk

(Manifesto do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

R\$5

Adquira com o distribuidor do Massas:


Lei do desenvolvimento desigual e combinado


—

Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora

—

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx



O que é nacional-socialismo?

80 anos do Holocausto

Somente a classe operária pode encarnar a luta contra o Holocausto

A ONU consagrou, em 2005, o 27 de janeiro como “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto”, momento em que se pôs fim ao campo de extermínio de Auschwitz. Seis milhões de judeus foram mortos pelo regime nazista de Hitler. Entre elas, mais de um milhão de crianças, dois milhões de mulheres e três milhões de homens. Está aí o sentido histórico do Holocausto, que significa catástrofe, destruição. É necessário assinalar que os nazistas assassinaram 12,5 milhões de escravos, 3 milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, 2 milhões de poloneses, 1,5 milhão de ciganos, 250 mil deficientes, 15 mil homossexuais, entre outros. Os judeus, no entanto, sofreram a perseguição orientada pelo antissemitismo. Eis por que ficou marcado na história do século XX como um genocídio.

A classe operária e os demais explorados em todo o mundo não só condenam o Holocausto como têm em seu programa o objetivo de eliminar todo tipo de opressão. O racismo, comprovadamente, não se limita ao antissemitismo. A compreensão do que foi o Holocausto e a necessidade de persistir na luta contra o antissemitismo, aproveitando o dia 27 de janeiro, é de grande importância histórica, uma vez que o capitalismo em decomposição retoma as tendências da barbárie, próprias de sua época imperialista, que é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Era de se esperar que os sionistas realizassem eventos para justificar a carnificina que o Estado de Israel, apoiado e orientado pelos Estados Unidos, vem realizando na Faixa de Gaza contra os palestinos. Eis o que disse o presidente do Congresso Mundial Judaico, Ronald Lauder: “O que aconteceu em Israel no dia 7 de outubro e o que aconteceu aqui em Auschwitz têm um traço em comum, o antigo ódio aos judeus”. Esse foi o conteúdo impresso ao “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto” pelas autoridades, no cerimonial que se realizou na Polônia.

Assim como o regime de Hitler montou

a farsa racial contra os judeus, o regime sionista monta a sua contra os palestinos que não têm outro caminho a não ser combater pela sua autodeterminação. Hitler e seus asseclas do nacional-socialismo foram às últimas consequências na perseguição aos judeus, ocultando o caráter de classe do antissemitismo e justificando os métodos fascistas de eliminação com as falsificações teóricas da superioridade da raça ariana. O regime sionista de Israel vão às últimas consequências contra os palestinos, ocultando o caráter da opressão nacional e justificando os métodos militares da devastação da Faixa de Gaza com a bandeira de defesa nacional. Na Alemanha, o Terceiro Reich se constituiu como obra do imperialismo. Em Israel, o regime sionista se constituiu como obra do imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos.

Como se vê, a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida devem denunciar as falsificações da burguesia sionista sobre o que se passa nesse exato momento na Palestina e a bárbara utilização do “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto”. Os judeus que resguardam a verdade histórica devem rejeitar as falsificações do Congresso Mundial Judaico, que age como instrumento dos Estados Unidos e do Estado sionista de Israel para subjugar os palestinos custe o que custar.

Pouco dias depois das comemorações, Trump se encontrou com Netanyahu e apresentou o objetivo de expulsar os palestinos da Faixa de Gaza, enviá-los a outros países e reconstruir o território sob o poder dos Estados Unidos. Trump enterrou a farsa dos dois Estados, divulgada por Biden e aliados. Já não era possível ocultar o genocídio desfechado pela burguesia sionista e pelo imperialismo contra um povo desarmado. A acusação de antissemitismo àqueles que condenam e combatem pelo fim da carnificina, retirada imediata das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza e direito de autodeterminação dos palestinos

é própria dos opressores que necessitam justificar a matança, quando no passado, não muito distante, o povo judeu sofreu na carne os golpes da burguesia alemã, que recorreu ao nazismo para garantir à Alemanha um posto chave entre as potências imperialistas.

Recorremos a um documento de valor histórico, redigido por Trotsky, em junho de 1933, onde expõe os fundamentos econômico-social do antissemitismo urdido no capitalismo. Chama a atenção, diante do que se passa na atualidade, as seguintes passagens:

“O nacionalismo na economia se reduz, na prática, a explosões antissemitas, impotentes, apesar de sua brutalidade. Os nazistas abstraem o capital usurário ou bancário do sistema econômico moderno, como se fosse o demônio. É precisamente neste plano onde a burguesia judaica ocupa uma posição importante”.

“Os pequeno-burgueses se inclinam diante do capital em seu conjunto, mas declaram guerra ao maléfico espírito de acumulação, sob a forma de um judeu polonês de sobrecasaca, que, a miúdo, não tem um centavo em seu bolso. O programa se torna a evidência suprema de superioridade racial”.

Com conclusão, Trotsky indica que “a órbita política do nazismo desembocará na alternativa: guerra ou revolução”. A revolução proletária era a condição para evitar que a Alemanha desencadeasse a Segunda Guerra Mundial. E essa era a condição para derrotar o nacional-socialismo e inviabilizar suas medidas antissemitas. Estimam-se que morreram diretamente na guerra entre 50 e 56 milhões de seres humanos. Os 6 milhões de judeus são parte, portanto, dessa barbárie. Para se evitar novos Holocaustos, é necessário que a classe operária se reorganize e marche empunhando o programa da revolução social.

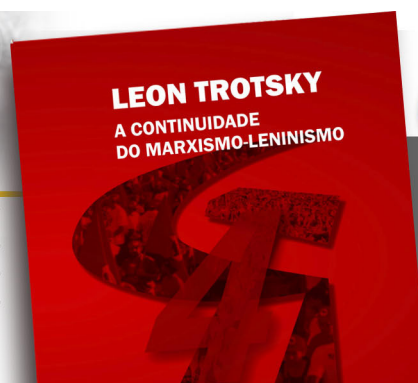
A seguir editamos o documento *O que é o nacional-socialismo?*

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

O que é nacional-socialismo?

Trotsky, junho de 1933

Os ingênuos acreditam que o ofício da realeza reside no próprio rei, em seu manto de arminho e sua coroa, em sua carne e sangue. Na verdade, o ofício da realeza é uma relação entre as pessoas. O rei somente é rei porque nele se refletem os interesses e os preconceitos de milhões de pessoas. Quando essas relações são superadas pela torrente da evolução, o rei se transforma em um homem comum. A esse respeito, se poderiam ocorrer imprecisões recentes a quem se chamava anteriormente de Alfonso XIII.

O chefe pela vontade do povo se diferencia do chefe pela graça divina pelo fato de estar obrigado a abrir caminho em circunstâncias favoráveis com suas próprias mãos. Mas também o chefe é uma relação entre pessoas, uma realização individual diante de uma demanda coletiva. As discussões sobre a personalidade de Hitler são tão acaloradas que se trata de desvendar o mistério de sua vitória. Nesse ínterim, seria difícil encontrar outra figura política que seja na mesma medida o foco de forças históricas imensoas. Nem todo pequeno-burguês exasperado poderia ter se tornado Hitler, mas uma partícula de Hitler está alojada em cada pequeno-burguês exasperado.

O rápido crescimento do capitalismo alemão, antes da Primeira Guerra Mundial, não significou uma simples destruição das classes médias. Embora tenha arruinado algumas camadas da pequena burguesia, o capitalismo criou outras: artesãos e pequenos comerciantes, que se instalaram em torno às fábricas; dentro das fábricas, técnicos e executivos. Mas enquanto se preservam e até crescem numericamente - a velha e a nova pequena burguesia compõem um pouco menos da metade da população alemã - as classes médias perderam a última sombra da independência. Elas passaram a viver na periferia da grande indústria e do sistema bancário, e vivem das migalhas da mesa dos monopólios e cartéis e da esmola espiritual de seus teóricos e políticos profissionais.

A derrota em 1918 ergueu um muro no caminho do imperialismo alemão. A dinâmica externa mudou para interna. A guerra transformou-se em revolução. A socialdemocracia, que ajudou os Hohenzollerns a levar a guerra à sua trágica conclusão, não permitiu ao proletariado levar a revolução à sua conclusão. A democracia de Weimar passou quatorze anos encontrando desculpas intermináveis para sua própria existência. O Partido Comunista convocou os operários a uma nova revolução, mas se mostrou incapaz de conduzi-la. O proletariado alemão, com altos e baixos, passou pelo surgimento e colapso da guerra, revolução, parlamentarismo e pseudo-bolchevismo. Na época em que os velhos partidos da burguesia se debilitavam, o poder dinâmico da classe operária também se viu debilitado.

O caos do pós-guerra atingiu os artesãos, os comerciantes e os funcionários públicos com a mesma crueldade que os operários. A crise econômica na agricultura estava arruinando o campesinato. A decadência das camadas médias não podia levar a sua proletarianização, pois no próprio proletariado emergia um gigantesco exército de desempregados crônicos. A pauperização da pequena burguesia, apenas dissimulada pelas gravatas e meias de seda artificial, corroeu todas crenças oficiais e, sobretudo, a doutrina do parlamentarismo democrático.

A multiplicidade de partidos, a febre eleitoral e as mudanças intermináveis de ministérios agravaram a crise social ao criar um caleidoscópio de combinações políticas estéreis. A atmosfera saturada pela guerra, pela derrota, pelas reparações, pela inflação, pela ocupação do Ruhr, pela crise, pela miséria e pelo desespero, a pequena burguesia se levantou contra todos os velhos partidos que a haviam enganado. Os violentos motivos dos pequenos proprietários mergulhados na bancarrota, seus filhos universitários sem

emprego e sem clientes, suas filhas sem dote e sem pretendentes exigiam ordem e mão de ferro.

A bandeira do nacional-socialismo foi erguida por iniciantes de escalões de comando inferior e médio do antigo exército. Condecorados com medalhas por serviços distintos, oficiais e suboficiais não podiam acreditar que seu heroísmo e sofrimento pela Pátria não apenas haviam dado em nada, mas também não lhes deram nenhum direito especial de recompensa. Daí seu ódio à revolução e ao proletariado. Ao mesmo tempo, eles não queriam se reconciliar com o fato de serem enviados pelos banqueiros, industriais e ministros de volta aos modestos postos de contadores, engenheiros, carteiros e professores. Daí o seu "socialismo".

No Yser e Verdun, eles aprenderam a sacrificar a si mesmos e aos outros, e a falar a linguagem de comando, que intimidava poderosamente os pequenos burgueses. Assim, essa gente se transformou em chefes.

No início de sua carreira política, Hitler, talvez, se destacou apenas pelo seu firme caráter, por uma mediocridade intelectual mais segura de si mesma e por uma potente voz. Não trouxe para o movimento nenhum programa pronto, se desconsideramos a sede de vingança de um soldado ultrajado. Hitler começou com queixas e reclamações sobre os termos de Versalhes, o alto custo de vida, a falta de respeito diante dos valentes suboficiais e das intrigas de jornalistas e banqueiros judeus. Havia no país muitas pessoas arruinadas e se afogando com cicatrizes e hematomas recentes. Todos queriam bater com os punhos na mesa. Hitler poderia fazer melhor do que outros. Ainda que não soubesse qual era o remédio para o mal. Mas suas exposições ressoavam, ora como ordens, ora como pregações dirigidas ao destino cruel. As classes condenadas - como os doentes desesperados - não se cansam de mudar suas queixas, nem de ouvir consolos. Os discursos de Hitler foram todos sintonizados com esse tom. O sentimentalismo amorfo, ausência de uma disciplina de pensamento, a ignorância unida a leituras desordenadas, foram negativos que se transformaram em positivos, dando a Hitler a possibilidade de unir na bolsa de mendigo do nacional-socialismo todos os tipos de descontentes e de liderar a massa na direção em que era empurrada. Na mente do agitador foi preservado, entre suas primeiras improvisações, tudo o que encontrou a aprovação. Seu pensamento político foi fruto da acústica oratória. Assim foi a seleção das consignas. Foi assim que o programa se consolidou. É assim que o "líder" se forma a partir da matéria bruta.

Desde o início, Mussolini soube aproveitar a matéria social mais conscientemente que Hitler, de quem está mais próximo do misticismo policial de um Metternich que a álgebra política de um Maquiavel.

Do ponto de vista intelectual, Mussolini é mais valente e cínico. Basta assinalar que o ateu de Roma se serviu da religião da mesma forma que da polícia ou da justiça, enquanto seu colega de Berlim acreditou realmente na infalibilidade da Igreja Romana. Durante o tempo em que o futuro ditador italiano considerava Marx como "nosso mestre comum imortal", defendia habilmente a teoria de que na sociedade contemporânea, antes de tudo, vê a relação de duas forças fundamentais: a burguesia e o proletariado. É verdade, escreveu Mussolini em 1914, que entre essas forças existem numerosas camadas intermediárias que formam "uma espécie de rede de união do coletivo humano", mas, "durante os períodos de crise, as classes intermediárias gravitam, dependendo de seus interesses e suas ideologias, para uma ou outra das classes fundamentais." Uma generalização muito importante. Assim como a medicina científica dá a possibilidade não só de curar os

enfermos, mas de enviar um homem saudável a outro mundo pela via mais curta, também a análise científica das relações de classe, destinada seu criador para a mobilizar o proletariado, permitiu a Mussolini, depois de ter saltado para o campo oposto, mobilizar as classes médias contra o proletariado. Hitler realizou o mesmo feito ao traduzir a metodologia do fascismo para a linguagem do misticismo alemão.

As fogueiras que queimam a literatura ímpia do marxismo iluminam brilhantemente a natureza de classe do nacional-socialismo. Embora os nazistas agissem como um partido e não como um poder de Estado, quase não encontraram acesso à classe operária. Por outro lado, a grande burguesia, mesmo aqueles que apoiavam Hitler com dinheiro, não consideravam seu partido como deles. O “renascimento” nacional apoiou-se inteiramente nas classes médias, a parte mais atrasada da nação, o pesado lastro da história. A arte política consistia em fundir a pequena burguesia na unidade por meio de sua hostilidade comum ao proletariado. O que deve ser feito para melhorar as coisas? Em primeiro lugar, estrangule aqueles que estão por baixo. Impotente perante o grande capital, a pequena burguesia espera no futuro recuperar a sua dignidade social com a ruína dos operários.

Os nazistas designam seu golpe de Estado com o nome usurpado da revolução. Na verdade, tanto na Alemanha quanto na Itália, o fascismo deixa o sistema social intacto. O golpe de Estado de Hitler – tomado em si – não tem sequer o direito ao nome de contrarrevolução. Mas não se pode considerá-lo isoladamente. É a conclusão de um ciclo de rupturas iniciado na Alemanha em 1918. A Revolução de novembro, que deu o poder a um conselho de operários e soldados, foi proletária em suas tendências fundamentais. Mas o partido que estava à frente do proletariado devolveu o poder à burguesia. Nesse sentido, a socialdemocracia abriu a era da contrarrevolução antes que a revolução pudesse completar sua tarefa. No entanto, a burguesia ainda dependia muito da socialdemocracia, isto é, dos operários, conservando o colaboracionismo. Mesmo assim, a situação internacional e interna do capitalismo alemão já não deixava espaço para concessões. Enquanto a socialdemocracia salvava a burguesia da revolução proletária, o fascismo veio por sua vez para libertar a burguesia da socialdemocracia. O golpe de Estado de Hitler é apenas o elo final na cadeia de deslocamentos contrarrevolucionários.

O pequeno-burguês é hostil à ideia de evolução, pois a evolução vai inevitavelmente contra ele. O progresso não lhe trouxe nada, exceto dívidas impagáveis. O nacional-socialismo repudia não apenas o marxismo, mas também o darwinismo. Os nazistas amaldiçoam o materialismo, porque as vitórias da técnica sobre a natureza significam o triunfo do grande capital sobre o pequeno. Os líderes do movimento liquidam o “intelectualismo”, porque eles próprios possuem intelectos de segunda e terceira categorias e, acima de tudo, porque seu papel histórico não lhes permite perseguir um único pensamento até sua conclusão. O pequeno-burguês precisa de uma autoridade superior, que esteja acima da natureza e da história, e que seja protegida da concorrência, da inflação, da crise e do leilão público. À evolução, à concepção materialista, ao racionalismo – aos séculos XX, XIX e XVIII – contrapõe-se em sua mente com o idealismo nacional, fonte de inspiração heroica. A nação de Hitler é a sombra mitológica da própria pequena burguesia, um delírio patético de um reinado milenar.

Para elevar a nação acima da história, recorre ao apoio da raça. A história é vista como a emanção da raça. As qualidades da raça são construídas independentemente das diversas condições sociais. Ao rechaçar a concepção econômica como inferior, o nacional-socialismo retrocede a uma etapa mais baixa: do materialismo econômico, recorre ao materialismo zoológico.

A teoria da raça – como se tivesse sido criada especialmente por um autodidata pretensioso que buscava a chave universal de todos os mistério das vida – aparece antes de tudo lamentável à

luz da história das ideias. Para criar a religião do sangue puro alemão, Hitler teve de tomar emprestadas de segunda mão as ideias do racismo de um francês, diplomata e escritor aficionado: o conde de Gobineau. Hitler encontrou a metodologia política na lista dos italianos, pois Mussolini utilizou amplamente a teoria da luta de classes de Marx. O próprio marxismo é fruto da união entre a filosofia alemã, a história francesa e a economia inglesa. Mas, remontando à genealogia das ideias, sejam as mais reacionárias e as mais estúpidas, não se encontram rastros de racismo.

A imensa pobreza da filosofia nacional-socialista não impediu, é claro, que as ciências acadêmicas entrassem no rastro de Hitler com todas as velas desfraldadas, uma vez que sua vitória fosse suficientemente clara. Os anos do regime de Weimar foram uma época de problema e inquietude para a grande maioria dos professores. Os historiadores, economistas, juristas e filósofos perderam-se em suposições sobre qual dos critérios de verdade era o correto, isto é, qual dos campos se revelaria no final o dono da situação. A ditadura fascista dissipou todas as dúvidas de “Fausto” e as vacilações de “Hamlet” da cátedra universitária. Do crepúsculo da relatividade parlamentar, a ciência entrou novamente no reinado do absoluto. Einstein foi obrigado a deixar a Alemanha.

No plano da política, o racismo é uma variação presunçosa e bombástica de chauvinismo mesclada com a frenologia. Assim como a nobreza arruinada buscava consolo na nobreza de seu sangue, a pequena burguesia empobrecida se embriaga com contos de fadas sobre as superioridades especiais de sua raça. Digno de atenção é o fato de que os líderes do nacional-socialismo não são alemães nativos, mas provenientes da Áustria, como o próprio Hitler, das antigas províncias bálticas do império dos czares, como Rosenberg, e de países coloniais, como Hess, que é o atual suplente de Hitler na direção do partido. Um barulho bárbaro de nacionalismos nas fronteiras da civilização foi necessário para instilar em seus “líderes” aquelas ideias que mais tarde encontrariam eco nos corações das classes mais atrasadas da Alemanha.

Personalidade e classe – liberalismo e marxismo – são o mal. A nação – é o bem. Mas, no limiar da propriedade privada, essa filosofia é invertida. A salvação está apenas na propriedade privada pessoal. A ideia de propriedade nacional é como se fosse um fruto do bolchevismo. Deificando a nação, a pequena burguesia não quer dar nada a ela. Pelo contrário, espera-se que a nação o dote de propriedades e o proteja do operário e do servidor. Infelizmente, o Terceiro Reich não concederá nada aos pequeno-burgueses, exceto novos impostos.

No plano da economia moderna, internacional em seus laços e anônima em seus métodos, o princípio da raça parece desenterrado de um cemitério medieval. Os nazistas partiram com concessões de antemão; a pureza da raça, que deve ser atestada no reino do espírito por um passaporte, deve ser demonstrada na esfera da economia principalmente pela eficiência. Nas condições contemporâneas, isso significa capacidade para competir. Pela porta dos fundos, o racismo retorna ao liberalismo econômico, livre das liberdades políticas.

O nacionalismo na economia se reduz, na prática, a explosões antisemitas, impotentes, apesar de sua brutalidade. Os nazistas abstraem o capital usurário ou bancário do sistema econômico moderno, como se fosse o demônio. É precisamente neste plano onde a burguesia judaica ocupa uma posição importante.

Os pequeno-burgueses se inclinam diante do capital em seu conjunto, mas declaram guerra ao maléfico espírito de acumulação, sob a forma de um judeu polonês de sobrecasaca, que, a miúdo, não tem um centavo em seu bolso. O programa se torna a evidência suprema de superioridade racial.

O programa com o qual o nacional-socialismo chegou ao poder lembra, infelizmente, uma loja de departamentos judaica em uma província distante. O que não se pode ali encontrar a um preço baixo e de uma qualidade ainda mais baixa! Lembranças dos dias

“felizes” de livre concorrência e evocações nebulosas da estabilidade da sociedade de castas; esperanças de regeneração do império colonial e sonhos de uma economia fechada; frases sobre um retorno do direito romano ao velho direito germânico e apelos por uma moratória americana; uma hostilidade invejosa à desigualdade na pessoa do proprietário de um automóvel e um medo animal da igualdade na pessoa de um operário de boné e sem colarinho; o delírio do nacionalismo e o medo dos credores mundiais ... todas imundices do pensamento político internacional serviram para encher o tesouro intelectual do novo messianismo germânico.

O fascismo elevou os fundos baixos da sociedade até a política. Hoje, não só nas casas de camponeses, mas também nos arranha-céus das cidades, vivem ainda junto ao século XX os séculos X e XIII. Milhões e milhões de pessoas usam eletricidade e ainda acreditam no poder mágico dos signos e exorcismos. O Papa de Roma transmite no rádio sobre a milagrosa transformação da água em vinho. As estrelas de cinema vão para os médiuns. Aviadores que pilotam mecanismos milagrosos criados pelo gênio do homem usam amuletos em suas roupas. Que reserva inesgotável de trevas, ignorância e selvageria! O desespero os colocou de pé, o fascismo lhes deu uma bandeira. Tudo o que deveria ter sido eliminado do organismo nacional na forma de excremento cultural no curso do desenvolvimento normal da sociedade agora jorrou da garganta: a sociedade capitalista está vomitando a barbárie não digerida. Essa é a fisiologia do nacional-socialismo.

O fascismo alemão, como o italiano, subiu ao poder nas costas da pequena burguesia, que transformou em um aríete contra as organizações da classe operária e as instituições da democracia. Mas o fascismo no poder é menos que tudo o domínio da pequena burguesia. Pelo contrário, é a ditadura mais implacável do capital monopolista. Mussolini tem razão: as classes médias são incapazes de políticas independentes. Durante os períodos de grande crise, são chamadas a reduzir ao absurdo a política de uma das duas classes fundamentais. O fascismo conseguiu colocá-las a serviço do capital. Consignas como estatização dos trusts e eliminação dos ganhos ilegítimos foram lançados ao mar imediatamente após a tomada do poder. Em vez de, o particularismo das “terras” alemãs apoiadas nas peculiaridades da pequena burguesia deu lugar ao centralismo capitalista e policial. Todo sucesso das políticas interna e externa do nacional-socialismo significa, inevitavelmente, o esmagamento do pequeno capital pelo grande capital.

O programa das ilusões pequeno-burguesas não é descartado; é simplesmente arrancado da realidade e dissolvido em atos ritualísticos. A unificação de todas as classes se reduz ao semi simbolismo do serviço obrigatório do trabalho e do confisco “a favor do povo” da festa operária do 1º de Maio. A preservação da escrita gótica em lugar da latina é um revanche simbólico contra o curso do mercado mundial. A dependência em relação aos banqueiros internacionais, incluindo os judeus, não diminui nem um pouco. Em compensação, está proibido sacrificar animais segundo o ritual Talmud. Se o inferno está pavimentado de boas intenções, os caminhos do Terceiro Reich estão pavimentadas com os símbolos.

O nacional-socialismo cresce por cima da nação como a pior forma do imperialismo, ao reduzir o programa das ilusões pequeno-burguesas a simples máscaras burocráticas.

A esperança de que o governo de Hitler poderia cair hoje ou amanhã vítima de sua própria inconsistência intrínseca é totalmente vã.

Para chegar ao poder, os nazistas necessitavam de um programa, mas o poder não lhes serve de nada para cumprir esse programa. O capital monopolista é que fixou a tarefa. A concentração obrigatória de todos os recursos e meios do povo segundo os interesses do imperialismo – real missão histórica do fascismo – significa a preparação para a guerra. Essa tarefa, por sua vez, não tolera resistência interna e leva a uma concentração mecânica de poder adicional. O fascismo não se pode reformar, nem renunciar, somente se pode derrubá-lo.

A órbita política do nazismo desembocará na alternativa: guerra ou revolução. O primeiro aniversário da ditadura nazista se aproxima. Todas as tendências do regime tiveram tempo de assumir um caráter claro e distinto. A “revolução socialista”, que as massas pequeno-burguesas acreditavam ser o complemento indispensável da “revolução nacional”, está oficialmente condenada e liquidada. A confraternização entre as classes culminou no fato de que, em um dia especialmente designado pelo governo, os ricos renunciaram aos aperitivos e à sobremesa em favor dos pobres. A luta contra o desemprego desembocou na redução pela metade das rações de fome. O restante é a tarefa da estatística bem manejada. A autarquia “planificada” é simplesmente um novo estágio de desintegração econômica.

Quanto mais impotente é o regime policial nazista no campo da economia nacional, mais se vê obrigado a dedicar seus esforços para o campo da política externa. Isso corresponde inteiramente à dinâmica interna do capital alemão, agressivo por completo. A repentina virada dos líderes nazistas para declarações pacifistas só pode enganar os mais tontos. Que outro método permanece à disposição de Hitler para transferir a responsabilidade dos desastres internos para inimigos externos e para acumular, sob a pressão da ditadura, a força explosiva do imperialismo? Esta parte do programa, delineada abertamente mesmo antes da tomada do poder pelos nazistas, agora está sendo cumprida com uma lógica férrea diante dos olhos do mundo. A data da nova catástrofe europeia será determinada pelo tempo necessário para o rearme alemão. Não é uma questão de meses, mas também não é uma questão de décadas. Se Hitler não for detido a tempo pelas forças internas da Alemanha, alguns anos bastarão para que a Europa se encontre novamente lançada a uma guerra.

2 de novembro de 1933

Fragmento do “O bonapartismo alemão” escrito em 10 de junho de 1933, publicado em *Écrits*, tomo III, quadrième internationale, Paris, 1959



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Neste número do *Jornal Massas*, concluímos a publicação de extratos dos Congressos do POR referentes ao processo de restauração capitalista e destruição da URSS pela contrarrevolução estalinista. Assinalamos que em janeiro de 2024, decidimos realizar a apresentação das formulações sobre a derrocada da URSS, quando havia completado 32 anos em dezembro de 2023.

Damos continuidade a esse trabalho, cobrindo os 33 anos. No *Jornal Massas*

730 e 731, se encontram respectivamente as formulações de Lênin e Guillermo Lora. A conclusão da publicação dos Congressos do POR nos jornais 732 e 733, incluindo uma referência ao V Congresso do CERQUI, teve como objetivo deixar absolutamente claro a dedicação do partido em estudar, compreender e responder ao fenômeno histórico da restauração capitalista. Tarefa essa que somente pode ser realizada pelo

marxismo-leninismo-trotskismo.

A vanguarda com consciência de classe que se empenha em construir o partido revolucionário como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista tem em suas mãos um rico material para recorrer aos grandes acontecimentos que levaram ao triunfo do termidor encarnado pelo revisionismo estalinista do marxismo-leninismo.

XVII Congresso do POR

Nos dias 2 e 3 de março de 2024, se realizou o XVII Congresso. Ocorreu dois anos após o XVI Congresso e um ano e cinco meses depois do V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), realizado em 10 e 11 de setembro de 2023. A Resolução Internacional expressou a aplicação das decisões do V Congresso do CERQUI e deu continuidade à linha estabelecida no XVI Congresso. A guerra na Ucrânia havia completado dois anos e a intervenção militar do Estado sionismo de Israel na Faixa de Gaza atingia quatro meses. O imperialismo norte-americano sustentava ambas as guerras e impulsionava a guerra comercial com a China. A Resolução evidencia um fator determinante da situação mundial, que se reflete na escalada militar. O fundamento geral da Resolução se baseia na defesa da revolução social e na tarefa de resolver a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O lugar da Rússia no mar revolto da crise está configurado nas seguintes teses:

a) O marco dos retrocessos mais amplos e profundos se encontra no desmoronamento da URSS. Ao contrário de a revolução mundial se impor diante do capitalismo decadente e do imperialismo que encarna a barbárie, perdeu terreno e cedeu às forças da contrarrevolução restauracionista. O nazifascismo e o movimento de conjunto das potências em direção à Segunda Guerra, nas condições de debacle da economia mundial, colocaram para o proletariado a tarefa de se erguer com o programa da revolução social e do internacionalismo socialista. As experiências e as diretrizes da Revolução Russa na Primeira Guerra Mundial, a consequente edificação da URSS e construção da III Internacional haviam assentado as bases do enfrentamento à Segunda Guerra Mundial, da defesa das conquistas das massas e do avanço da transição do capitalismo ao socialismo. O fundamento marxista-leninista sobre a guerra de dominação imperialista e a guerra de libertação dos explorados, no

entanto, foi eliminado pelo revisionismo estalinista, sendo substituído pelo da colaboração e coexistência pacífica com a ordem capitalista e imperialista. Abandonou-se a concepção e os métodos da revolução mundial. Recorreu-se ao socialismo nacional. Submeteu-se a III Internacional às divisões interimperialistas. Reviveu-se o socialchauvinismo da socialdemocracia reformista e da II Internacional falidas. Sob a máscara do comunismo e do marxismo-leninismo, o estalinismo armou a via do termidor e fortaleceu a fração burocrática restauracionista. As ilusões de que a participação da URSS no acordo de paz, ditado pela aliança imperialista vencedora, foi uma vitória de Stalin, sob a direção dos Estados Unidos, duraram pelo período em que a nova partilha do mundo e a reconstrução do pós guerra possibilitaram a acomodação dos interesses nacionais da burocracia - que se estendeu da URSS ao Leste Europeu e Balcãs - aos do imperialismo. A expansão norte-americana e sua hegemonia econômico-militar criaram as condições para submeter a URSS, a China e as demais revoluções aos objetivos do imperialismo de interromper o processo de transição do capitalismo ao socialismo e impor um dos retrocessos mais profundos que a história já expressou. As leis da história de que, se a revolução socialista não impõe derrotas à burguesia, conserva suas conquistas e recupera-se das derrotas, o capitalismo não somente sobrevive como impõe grandes recuos. Avanços e recuos são inerentes à luta de classes, mas se tratou de um recuo qualitativo quanto à liquidação da URSS e ao processo de restauração de conjunto que arrastou as demais revoluções proletárias à órbita do modo capitalista de produção e distribuição. A burguesia mundial recuperou em grande medida o terreno perdido para a luta comunista do proletariado, sem poder, contudo, superar as contradições materiais e sociais que o reconduziram ao precipício da barbárie. O quadro de decomposição, a guerra na Ucrânia e as demais conflagrações evidenciam a necessidade objetiva do proletariado retomar o curso das revoluções, valendo-se agora da rica experiência e da confirmação de seu programa comunista. (Tese 7 da Resolução)

b) A derrocada da URSS resultou na mais significativa vitória do imperialismo em seu combate às revoluções sociais, ao desenvolvimento das forças comunistas, às lutas dos povos oprimidos pela independência nacional e aos avanços organizativos dos trabalhadores. Esse acontecimento, sob a condução de uma das frações da burocracia estalinista e diante dos olhos das demais frações impotentes do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), tomou a forma e o conteúdo mais acabado da restauração capitalista, depois de o termidor ter derrotado a Oposição de Esquerda Russa, eliminado grande parte dos opositores - dentre eles os dirigentes da Revolução de Outubro, principalmente, Trotsky - cercado por todos os lados a fundação da IV Internacional e liquidado programático e organizativamente a III Internacional. A vitória da contrarrevolução restauracionista do estalinismo, as derrotas da classe operária das décadas de 1920 e 1930, a emergência do nazifascismo, a deflagração da Segunda Guerra, a nova ordem mundial estruturada sobre os escombros da guerra e a projeção da hegemonia dos Estados Unidos aplainaram o terreno para o imperialismo rearmar a Europa por meio da OTAN e sufocar a economia da URSS e de seus aliados do Leste Europeu. Coube aos dirigentes que sucederam à ditadura burocrática de Stalin, a partir de 1954, a consecução do golpe fatal sobre o regime soviético erigido sob a direção de Lênin, dissolvendo a URSS. Os Estados Unidos e sua aliança europeia contaram a seu favor com a contrarrevolução, gestada e organizada internamente à URSS, justamente quando o capitalismo já havia reconstruído em grande medida as forças produtivas, as crises de superprodução voltavam a se manifestar, o esgotamento da partilha do mundo ressurgia como um grande problema e uma nova etapa da luta de classes e convulsões sociais se estabelecia. A contrarrevolução chegava ao seu ponto mais alto com a destruição da mais avançada conquista do proletariado mundial, que era a URSS precisamente nas condições em que a decomposição do capitalismo ganhava novas dimensões e o imperialismo impulsionava a escalada militar. (Tese 8)

c) A crise entre a Rússia e a Ucrânia, que resultou na guerra iniciada em 24 de fevereiro de 2022, tem a particularidade de expressar diretamente o processo de restauração capitalista e de destruição da URSS. A base econômica da restauração se encontra na dominação imperialista. Os Estados Unidos contaram com a subordinação das ex-repúblicas soviéticas, entre elas a Rússia. As suas incorporações na União Europeia e o livre acesso a seus recursos pelos capitais norte-americanos completariam o processo de restauração que já havia tomado conta do Leste Europeu, nos Balcãs e nas ex-repúblicas soviéticas do Báltico. A restauração não apenas faria retroceder as conquistas revolucionárias e interromper o processo de transição do capitalismo ao socialismo como também eliminar os obstáculos à penetração do capital internacional e permitir a implantação na região da Eurásia do militarismo imperialista, que seria cumprido pela OTAN e diretamente pelos Estados Unidos. A Rússia herdou as fortalezas econômicas e militares erguidas pela URSS, de forma que a restauração não concluiu com sua total subordinação à hegemonia norte-americana e à sua aliança europeia. A manutenção do controle das ex-repúbli-

cas, porém, passou a ser a questão fundamental, que, depois de um processo de aproximação, resultou em confrontação com os Estados Unidos. A guerra na Ucrânia contém todos os elementos que correspondem aos objetivos de livre penetração do capital financeiro e das multinacionais no amplo e rico território da Eurásia sobre o qual se assentava a URSS, e, por sua vez, às necessidades da Rússia em garantir a sua economia, seu poder regional e sua independência nacional. A possibilidade de a Rússia restaurada continuar sobrevivendo nessas condições depende de enfrentar guerras, cujo fundamento econômico e de classe são de dominação. (Tese 9)

d) A longa e sanguinária guerra da Chechênia e a curta guerra da Geórgia refletiram as consequências da restauração e da liquidação da URSS. O imperialismo alimenta os interesses das oligarquias burguesas em nome do direito à autodeterminação. Quanto mais se afastarem da órbita da Rússia, mais dependente se tornam das potências europeias e dos Estados Unidos. As ex-repúblicas do Báltico são a demonstração mais clara e acabada. Foram completamente assimiladas pela União Europeia e colocadas sob a guarda da OTAN. Sua oligarquia e seus governos respondem aos ditames externos como condição de se manterem livres do controle da Rússia. Vêm servindo à aliança imperialista que fez da Ucrânia bucha de canhão. A paz entre a Geórgia e a Rússia é provisória. É o que tudo indica. Os primeiros confrontos da Ossétia do Sul e da Abicácia com o Estado da Geórgia se deram entre 1991 e 1993. Chegou-se a um entendimento provisório, com a mediação da ONU e da Rússia. Em 2008, a guerra se deu com a Rússia que se colocou pela independência das duas nacionalidades. Os Estados Unidos e sua aliança europeia influenciavam a oligarquia restauracionista da Geórgia a ingressar na União Europeia e se vincular à OTAN. Nota-se que a primeira crise aberta da Rússia com os Estados Unidos se deu em torno à Geórgia. Trata-se de rupturas dos laços socialistas criados pelo movimento revolucionário de 1917-1918 e criação da URSS. As forças centrífugas da restauração reconstituíram sobre novas condições as relações de opressão nacional próprias do funcionamento do capitalismo mundial. A mais recente intervenção do Azerbaijão para tomar o controle de Nagorno Karabakh seguiu sua confrontação militar com a Armênia desencadeado nos marcos de desmoronamento da URSS. A presença de forças externas, sendo a mais importante, a dos Estados Unidos, obrigou a Rússia a abdicar do lugar de mediadora. Por todos os poros da Eurásia, infiltram as relações mundiais de produção e comércio encarnadas pelas forças econômicas e militares do imperialismo. A necessidade de a Rússia manter as ex-repúblicas soviéticas sob a sua guarda é incompatível com o esgotamento da partilha do mundo da Segunda Guerra, uma vez que a dissolução da URSS foi expressão do esgotamento do “socialismo em um só país” e do fracasso da “coexistência pacífica”, preconizados pelo estalinismo e posto em prática na forma de contrarrevolução restauracionista. (Tese 10)

e) A invasão da Rússia na Ucrânia resultou de uma etapa de crise em torno à definição sobre se passaria a integrar a União Europeia, ou se permaneceria vinculada à Rússia. A anexação da Crimeia assinalou a resistência da burocracia

cia restauracionista russa em ceder território às potências europeias e aos Estados Unidos. O imperialismo condenou, mas não foi adiante com medidas militares. Essa vitória do governo russo se deu em meio à ofensiva da aliança imperialista em anexar a Ucrânia, o que compensaria provisoriamente a perda da Crimeia e o adiamento provisório da Geórgia em se submeter à OTAN. Os acontecimentos internos na Ucrânia, extremamente convulsivos ao ponto de desencadear uma guerra civil, e a presença aberta dos Estados Unidos, empurraram a Rússia a evidenciar sua disposição em impedir que a OTAN se instalasse em sua fronteira com a Europa, uma vez que já havia tomado conta do Leste Europeu, em particular, da Polônia, e se encontrava instalada nas ex-repúblicas soviéticas do Báltico. Desde a Revolução de Outubro, a formação da URSS e a Segunda Guerra, a Ucrânia se destacou por seu lugar estratégico para os interesses do imperialismo e para o avanço da contrarrevolução. A oligarquia ucraniana que se forjou no processo de restauração capitalista cumpriu um papel de primeira linha no movimento que levou ao desmoronamento da URSS. Faltamente, dirigiu-se ao encontro das potências europeias e dos Estados Unidos, sem ter em nenhum momento qualquer traço de independência. A sua autodeterminação se mostrou inviável sobre a base da reorganização capitalista, como de resto ocorreu e ocorre com as demais ex-repúblicas soviéticas. A Rússia, mesmo se mantendo como potência regional, em seu declínio, não teve como conservar seu domínio sobre o conjunto das ex-repúblicas soviéticas. A Eurásia se tornou um vasto campo de conflitos nacionais e de choques com a voraz penetração dos capitais imperialistas e com a ameaçadora ofensiva da OTAN. (Tese 11)

f) A Revolução Russa galvanizou as inúmeras nacionalidades que se achavam encarceradas no Grande-Império czarista e abriu um curso de superação da opressão nacional. Tarefa democrática que nenhuma das frações da burguesia tem como realizar. Do colonialismo constituído como sistema mundial, o capitalismo chegou ao imperialismo, que é de trava ao desenvolvimento das forças produtivas e de decomposição. As crises recorrentes, em geral, recaem sobre as massas na forma de superexploração do trabalho e sobre as nações oprimidas na forma de saque. Os confrontos mais amplos e contundentes nos vários continentes expõem a luta de classes e a luta nacional dos povos oprimidos. Na Eurásia, a edificação da URSS rompeu um elo dessa cadeia de exploração e opressão nacional. A expropriação da burguesia, o estabelecimento das bases da propriedade social, a estatização dos meios de produção, o estabelecimento do monopólio do comércio exterior e a economia planificada resultaram em uma profunda derrota da burguesia mundial. A intervenção do imperialismo britânico, francês e, sobretudo, alemão refletiu um esforço de guerra para interromper a transformação da revolução democrático-burguesa de fevereiro em revolução social, socialista. A vitória do proletariado, sob a direção do Partido Bolchevique, permitiu que o primeiro Estado Operário constituído e erguido

sobre a base da democracia soviética materializasse o fundamento histórico da ditadura do proletariado, necessária à transição do capitalismo ao socialismo e superação da sociedade de classe pela sociedade comunista. A liquidação da URSS resultou em demolição desse edifício, fortaleceu as oligarquias burguesas, reintroduziu a exploração do trabalho, promoveu as fronteiras nacionais, obstaculizou as forças produtivas, recompôs em um patamar mais elevado a opressão nacional e demoliu parte dos obstáculos à penetração das forças imperialistas. A guerra na Ucrânia se gestou em meio à engrenagem da restauração capitalista e trouxe consigo a sombra de uma terceira guerra mundial. Essa é a dimensão mais ampla da crise mundial, que se desenvolve desde 1970 e que na crise de 2008-2009 pôs às claras que no seu epicentro se encontram os Estados Unidos. (Tese 12)

Essas teses confirmam a justeza da Tese 13 do XVI Congresso do POR (ver o Jornal Massas 732) e o acerto da revisão realizada no V Congresso do CERQUI sobre a restauração capitalista e a destruição do Estado operário na ex-URSS.

Na apresentação do Boletim do CERQUI, nº 36, que consta a Resolução sobre a restauração capitalista na Rússia, se encontra a seguinte consideração:

“As resoluções aprovadas por imensa maioria refletem o esforço de compreensão das mudanças que levaram ao fraturamento e à extinção do PCUS, ao colapso da URSS, às guerras civis entre ex-repúblicas soviéticas, à golpes de Estado, à submissão diante das influências do imperialismo e à derrocada da economia nacionalizada, da planificação e do monopólio do comércio exterior.

A presente guerra na Ucrânia não pode ser corretamente caracterizada do ponto de vista marxista-leninista sem ir às raízes da desintegração da URSS. O que exigiu do CERQUI assumir a tarefa de estudar a que ponto chegou o processo de restauração capitalista e de liquidação do sistema estatal soviético. As resoluções aprovadas responderam a essa exigência, de forma que nasceram de uma imposição histórica impostergável, definida nos marcos da crise mundial do capitalismo em decomposição, que levou os Estados Unidos e seu braço armado na Europa, a OTAN, a utilizarem-se da Ucrânia como bucha de canhão”.

Conclusão

O POR, seção do CERQUI, encerra a publicação de seus Congressos expondo a trajetória de suas formulações sobre o processo de restauração capitalista que levou à liquidação da URSS. O XVII Congresso concretiza a aplicação da linha aprovada no V Congresso do CERQUI. Os acontecimentos que envolvem a crise mundial do capitalismo, em particular os que dizem respeito à guerra na Ucrânia, têm confirmado sua justeza e fortalecido a linha do internacionalismo proletário que conduz à superação da crise de direção, e, portanto, à luta pela reconstrução da IV Internacional.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

